



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Ciências Sociais e Humanas

África como centro de interesse na política externa da China. Caso de estudo Angola

Autor: Joana Filipa Jerónimo Borrego

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Relações Internacionais
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Luís Guilherme dos Santos Marques Pedro
Co-orientadora: Prof. Doutora Liliana Domingues Reis Ferreira

Covilhã, Abril de 2015

Dedicatória

Dedico esta dissertação aos meus exemplos de vida, aos meus queridos pais e à memória da minha avó materna, que esteve e estará sempre presente.

Agradecimentos

Este trabalho resulta da dissertação de mestrado em relações internacionais apresentada no ano lectivo de 2014/2015. Mais do que um trabalho individual, a concretização deste trabalho deve-se fundamentalmente ao apoio direto e indireto de várias pessoas, sem o qual se tornaria impossível de realizar. Cumpre-me assim agradecer, o apoio de várias pessoas que foram imprescindíveis neste projeto. Por esta razão quero expressar os meus sinceros agradecimentos:

A minha orientadora a professora Doutora Liliana Ferreira, por todo o seu saber, pela sua disponibilidade em guiar-me nesta árdua etapa, pela sua simpatia e pelas suas críticas construtivas, a si muito obrigada. Um especial agradecimento, a professora Doutora Teresa Cierco, pelo seu incondicional apoio e motivação, quer na licenciatura quer no mestrado, cujos ensinamentos ajudaram significativamente á pessoa que sou hoje, o meu bem-haja. A professora Doutora Carmen Amado Mendes da Universidade de Coimbra, pela sua disponibilidade e apoio bibliográfico.

Á Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade da Beira Interior, ao qual me orgulho em pertencer, agradeço a oportunidade para realizar esta dissertação. Em geral agradeço a todos os professores da Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais, e aos professores do Mestrado de Relações Internacionais, por terem contribuído tão significativamente na minha formação académica.

O meu muito obrigado às minhas grandes amigas, e colegas de licenciatura Adelina Vieira, e Mariana Moutinho, pela amizade, apoio e estímulo no desenvolvimento desta dissertação, e à minha amiga e colega de mestrado Maria Isabel Dias, pelas palavras de conforto, pelo apoio e pelos conselhos tão sensatos. Não poderia também deixar de agradecer a um amigo de longa data, ao João Galvão, o meu muito obrigada, pelo apoio e estímulo demonstrado. A todos o meu muito obrigado.

Finalmente e de forma especial agradeço aos meus pais, pelo amor, pelo estímulo e apoio incondicional, por me ensinarem a ser perseverante. Serão poucas as palavras para demonstrar tal agradecimento, a vitória é nossa. Agradeço, a todos aqueles que de um modo direto ou indireto, contribuíram de alguma forma para realizar esta dissertação. A todos bem-haja.

Resumo

A atual configuração do mundo depende exclusivamente em parte da evolução geopolítica da República Popular da China. Será nessa região do globo, que uma potência regional, com crescentes capacidades globais se têm convertido num ator internacional a mencionar. O Império do Meio, relativamente isolado no hemisfério ocidental, alcançou uma projeção hegemónica notável, a sua política externa têm vindo a ser desenvolvida fundamentalmente por motivações internas, e por uma diplomacia económica ativa, quer no plano multilateral como bilateral, combinando assim o exercício do *hard power e soft power*, como forma de assegurar os seus objetivos primordiais.

O reforço da presença chinesa no continente africano constitui uma das principais alterações económicas internacionais, suas motivações inserem-se essencialmente nos recursos energéticos e matérias-primas, porém os aspetos políticos e nomeadamente a questão de Taiwan, são um dos motivos impulsionadores da relação entre China e África. Todavia, será Angola o principal parceiro comercial da República Popular da China no continente africano. A relação entre Angola e China evoluíram de um passado tenso para uma aproximação significativa. Esta relação de cooperação irá beneficiar ambos os Estados, em setores multifacetados, contribuindo assim para satisfazer as necessidades internas de cada Estado.

Palavras-chave

Política Externa, República Popular da China, República de Angola, Relação de Cooperação

Abstract

The current world configuration depends exclusively on part of the geopolitical developments of China. In this part of the world, a regional power, with increasing global capabilities have been converted into an international actor to mention. The Middle Kingdom, relatively isolated in the Western Hemisphere, has achieved a remarkable hegemonic projection; its foreign policy has been developed primarily by internal motivations, and an active economic diplomacy, both multilaterally and bilaterally, thus combining the exercise of *hard power* and *soft power*, in order to ensure their primary goals.

The strengthening of the Chinese presence in Africa is one of the main economic changes, their motivations essentially fall in energy resources and raw materials, but the political aspects and the particular question of Taiwan, are the reason drivers of the relationship between China and Africa. However, it is Angola's main trading partner of the PRC on the African continent. The relationship between Angola and China has evolved from a past tense to a meaningful approach. This cooperative relationship will benefit both States, multifaceted sectors, thus contributing to the internal needs of each State.

Keywords

Foreign Policy, People's Republic of China, Republic of Angola, Cooperative Relationship

Índice

DEDICATÓRIA	III
AGRADECIMENTOS	V
RESUMO	VII
ABSTRACT	IX
ÍNDICE	XI
LISTA DE TABELAS.....	XV
LISTA DE ACRÓNIMOS.....	XVII
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO: A POLÍTICA EXTERNA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA EM ANGOLA	13
1. MODELAÇÃO TEÓRICA E CONCEPTUAL DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	13
1.1 A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA EXTERNA: TRAJETÓRIA E DESAFIOS	15
ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA DA CHINA EM ANGOLA	17
1.2 ANÁLISE DA VARIÁVEL DO PODER NA MATRIZ DA POLÍTICA EXTERNA E DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	21
1.2.1 O poder na concepção do Neo-Realismo ou Realismo Estrutural	26
1.2.2 O PODER NA TEORIA NEO-LIBERAL	31
2. ESTRUTURAÇÃO DO RELACIONAMENTO ENTRE A CHINA E ANGOLA	36
CAPÍTULO 2 - REPÚBLICA POPULAR DA CHINA	47
1. BREVE APRESENTAÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA	47
1.1 APRESENTAÇÃO GEOGRÁFICA, DEMOGRÁFICA, ÉTNICA	47
1.2 A CULTURA: O CONFUCIONISMO	48
1.3 DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	50
1.4 O ESTADO CHINÊS E SEU SISTEMA POLÍTICO	52
1.5 A INFLUÊNCIA DA POLÍTICA INTERNA.....	57
2. FUNDAMENTOS ECONÓMICOS E POLÍTICOS DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA	58
2.1 FATORES ECONÓMICOS E POLÍTICOS DA ASCENSÃO DA CHINA COMO POTÊNCIA	58
2.2 A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO E O MODELO ECONÓMICO CHINÊS.....	62
2.3 INDICADORES MACROECONÓMICOS	64
2.4 O NACIONALISMO ECONÓMICO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA.....	66
3 POLÍTICA EXTERNA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA	67
3.1 POLÍTICA EXTERNA	67
3.2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS E AS LINHAS GERAIS DA POLÍTICA EXTERNA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA...	70

3.3 O INTERESSE NACIONAL E AS PRIORIDADES DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA.....	75
3.4 MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO OU INSTRUMENTOS DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA	77
3.5 A INFLUÊNCIA DA QUESTÃO ENERGÉTICA NA POLÍTICA EXTERNA CHINESA	80
CAPÍTULO 3 - ANGOLA	83
1. BREVE APRESENTAÇÃO DE ANGOLA	83
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	84
1.2 O DESENVOLVIMENTO DOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA	86
1.3 A INFLUÊNCIA DAS POTÊNCIAS MUNDIAIS E DA ONU	89
1.4 A DESCOLONIZAÇÃO E O PERÍODO PÓS COLONIAL	90
1.5 O RECONHECIMENTO INTERNACIONAL DA INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA	92
2. A POLÍTICA E A ECONOMIA DE ANGOLA	94
2.1 O SISTEMA POLÍTICO DE ANGOLA	94
2.2 A EVOLUÇÃO ECONÓMICA EM ANGOLA	94
2.3 INDICADORES MACROECONÓMICOS	97
2.4 O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO RECENTE.....	98
2.4.1 A Política Orçamental	100
2.4.2 A política monetária	101
3. AS INDÚSTRIAS EXTRATIVAS EM ANGOLA.....	102
3.1 O SURGIMENTO DO SETOR PETROLÍFERO	102
3.2 ATIVIDADES E AS COMPANHIAS PETROLÍFERAS EM ANGOLA.....	103
3.3 A COMPANHIA NACIONAL, SONANGOL.....	104
3.4 AS FONTES E O USO DAS RECEITAS DA INDÚSTRIA PETROLÍFERA	106
3.5 A INDÚSTRIA DIAMANTÍFERA	107
CAPÍTULO 4-COOPERAÇÃO BILATERAL ENTRE CHINA E ANGOLA.....	109
1. HISTÓRICO DAS RELAÇÕES ENTRE A CHINA E ÁFRICA	109
1.1 A IMPORTÂNCIA DA COOPERAÇÃO SUL-SUL PARA O RELACIONAMENTO ENTRE CHINA E ÁFRICA	111
POLÍTICA EXTERNA CHINESA DIRECIONADA PARA ÁFRICA	114
2. FÓRUM DE COOPERAÇÃO CHINA-ÁFRICA	116
2.1 AS RELAÇÕES ECONÓMICAS ENTRE CHINA E ÁFRICA	119
2.2 OS INVESTIMENTOS CHINESES NO CONTINENTE AFRICANO.....	121
3. ESTUDO DE CASO: ANGOLA	122
3.1 HISTÓRICO DA RELAÇÃO CHINA E ANGOLA	122
3.2 O DESENVOLVIMENTO DA RELAÇÃO DIPLOMÁTICA ENTRE ANGOLA E CHINA.....	124
3.3 OS REAIS OBJETIVOS DA CHINA NA COOPERAÇÃO COM ANGOLA.....	126
3.3.1 A importância do “ouro negro”	126
3.3.2 A exploração petrolífera em Angola.....	127
3.3.3 Angola, o mercado por explorar	129
3.3.4 A importância de Angola na expansão política “uma só China”.....	130
3.3.5 Os benefícios da respectiva integração regional.....	131

4. ANGOLA: QUAIS OS SEUS INTERESSES NA COOPERAÇÃO COM A CHINA	132
4.1 LINHAS DE CRÉDITO CHINÊS: A SUA IMPORTÂNCIA	132
4.1.2 CRÍTICAS AS LINHAS DE CRÉDITO DA CHINA	134
4.2 COOPERAÇÃO MILITAR.....	135
4.3 ONU: E O SEU ALIADO CHINÊS.....	136
4.4 A VISÃO DA REPÚBLICA DE ANGOLA FACE À PRESENÇA CHINESA.....	137
4.5 ASPETOS POSITIVOS E NEGATIVOS PARA ANGOLA.....	138
5. AS PERSPECTIVAS FUTURAS DA RELAÇÃO DE COOPERAÇÃO ENTRE CHINA E ANGOLA	139
5.1 AS CONSEQUÊNCIAS DA RELAÇÃO DE COOPERAÇÃO ENTRE CHINA-ANGOLA A CURTO E LONGO PRAZO	139
5.2 O IMPACTO CULTURAL.....	140
5.3 IMPACTO ECONÓMICO	141
5.4 O IMPACTO DO EXPANSIONISMO COMERCIAL CHINÊS: SUA IMPORTÂNCIA	142
CONCLUSÃO.....	144
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	151

Lista de Tabelas

Tabela 1-Indicadores Macroeconómicos (2012).....	64
Tabela 2-Paises onde são direccionadas as exportações	65
Tabela 3-Origem das importações	65
Tabela 4-Principais indicadores macroeconomicos:	97
Tabela 5-Exportações e Importações.....	98
Tabela 6-A política externa chinesa e seus líderes chineses	112
Tabela 7-Visitas de figuras de alto nível entre a China e Angola (2000-2014)	124

Lista de Acrónimos

ASEAN	Association of Southeast Asian Nations
APEC	Asia Pacific Cooperation
BAI	Banco Africano de Investimento
BP	British Petroleum
COMESA	Mercado Comum da África Austral
CEEAC	Comunidade Económica do Estados da África Central
CIF	China Internacional Fund Ltd.
CEIC	Centro de Estudos e Investigação Científica
COPA	Companhia de Petróleo de Angola
CASS	Academia Chinesa de Ciências Sociais
CNP	Congresso Nacional Popular
EMDIAMA	Empresa Nacional de Prospeção, Exploração, Lapidação, e Comercialização de Diamantes de Angola
EUA	United States of America
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNLA	Frente Nacional para a Libertação de Angola
FAPLA	Forças Armadas Populares de Libertação de Angola
FALA	Forças Armadas de Libertação de Angola
FOCAC	Fórum de Cooperação China-África
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
ONG	Organizações não-governamentais
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequena Media Empresa
PCC	Partido Comunista Chinês
RPC	República Popular da China
UNITA	União Nacional para a Independência total de Angola
UPNA	União das Populações do Norte de Angola
UPA	União das Populações de Angola
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Introdução

Quatro milénios fazem do Império do Meio o grande pano de fundo histórico do país mais populoso do mundo - a China. O Estado Chinês tem-se tornado ao longo dos últimos anos um estudo de caso nas relações internacionais, nomeadamente no que diz respeito ao seu comportamento face aos demais atores estatais e na metamorfose que esse comportamento foi provocando na sua política externa. A República Popular da China tem, desde a sua fundação, aplicado e desenvolvido uma política de independência, autonomia e paz, consentindo algumas aproximações externas, fruto do seu reposicionamento no sistema internacional como potência regional e global, e cuja projeção hegemónica regional o coloca muito acima dos restantes membros dos BRIC¹, aproximando-a já, segundo muitos, do estatuto de superpotência mundial. A presença da China em África é uma demonstração desta ascensão histórica de um gigante adormecido. De facto, até ao término da guerra fria a China era marcada por um relativo isolamento, tendo vindo crescentemente a demonstrar, na viragem do milénio, muito interesse na sua projeção internacional². De um Estado com relativo isolamento no sistema internacional, a República Popular da China, se transformaria num parceiro privilegiado e único, contraindo laços de cooperação com diversos países do mundo.

Para uma análise cuidada da política externa da China, torna-se necessário primeiramente compreender a sua formulação, a qual envolve um processo complexo entre os agentes e a estrutura, numa visão waltziana do sistema internacional. A própria conceptualização de política externa apresenta-se ambígua, revelando muitas vezes algumas idiosincrasias. Porém, é essencialmente entendida como uma ferramenta indispensável no posicionamento dos atores no sistema internacional. Na definição avançada por Maria Raquel Freire (2011: 18), a política externa corresponde a “um conjunto de objetivos, estratégias e instrumentos que decisores dotados de autoridade escolhem e aplicam a entidades externas à sua jurisdição, bem como os resultados não intencionais dessas mesmas ações”. Ora, analisar a política externa, converteu-se numa área disciplinar complexa das relações internacionais, com múltiplas variáveis, respetivamente aos atores, níveis de análise, e *outcomes*.

Em suma, podemos designar a política externa como sendo uma área abrangente que tem como enfoque principal, questões como: economia, cultura e segurança, sendo que os

¹ BRIC : “ (...) Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, juntos formam um grupo político de cooperação (...) ”: pt.wikipedia.org/wiki/BRICS

² Projeção Internacional: “ Vide a este respeito o desenvolvimento do soft power chinês desenvolvido por”: https://www.chathamhouse.org/sites/files/chathamhouse/public/Research/Asia/0211pp_breslin.pdf

objetivos assentam sobretudo em interesses internos. A República Popular da China tem conduzido uma política externa muito distinta da de outros estados comparáveis do ponto de vista da concentração de poder no sistema internacional. Aparentemente influenciada por fatores endógenos dos quais, nos cumpre sublinhar, os aspetos culturais, económicos, sociais, e políticos, que influenciam significativamente a postura dos líderes chineses no cenário internacional. A política externa da China define essencialmente o sistema normativo de acordo com suas motivações internas, que refletem a salvaguarda e sobrevivência da própria nação, promovendo o desenvolvimento e a paz, combatendo a hegemonia americana a nível global e a japonesa a nível regional, impulsionando a estabilidade económica, desenvolvimento de uma cooperação entre Estados, a persistência na sua independência e autonomia, respeito pela igualdade e pelos princípios da coexistência pacífica, e opondo-se ao imperialismo e ao colonialismo. No plano multilateral, a China tem-se assumido como forte dinamizadora dos blocos de integração regionais, integrando-se em organizações como a Organização de Cooperação de Xangai e a ASEAN.

Estes sinais de aparente multilateralismo tem vindo a conduzir a política externa da China a uma abertura ao sistema internacional. Porém, na atual conjuntura de dependência energética, o interesse nacional chinês tem como objetivo garantir o nível de crescimento económico, através do acesso a recursos energéticos, por sua vez o interesse nacional ajuda a implementar o nacionalismo e a legitimar a presença do Partido Comunista Chinês. “Isto reflete-se em dois grandes objetivos conjunturais: assegurar a procura de recursos naturais, objetivos que resulta numa política externa arrojada com presença em vários pontos do globo; e a busca de estabilidade regional, essencial à manutenção desse crescimento, refletindo-se numa postura muito mais pragmática da China em relação aos seus vizinhos” (Freire 2011: 349).

Na verdade, com a viragem do século, a política externa da República Popular da China tem ganho uma certa sofisticação e um certo pragmatismo no que diz respeito à protecção externa dos seus interesses. A política externa da China é delineada de forma estratégica e possui objetivos coesos. Para satisfazer os seus interesses internos, ela utiliza uma diplomacia económica, que se mantém ativa no plano multilateral e bilateral, combinando assim o uso de *soft power* e *hard power*, como forma de satisfazer os reais interesses da *realpolitik*. Para além disso, e segundo a Academia Chinesa de Ciências Sociais, a política externa da China ao longo dos anos tem vindo a desenvolver uma estratégia internacional que é denominada de “Estratégia da Pomba da Paz” (Mendes 2008:235). A própria diplomacia chinesa, recorre ao uso dos cinco princípios da coexistência pacífica (igualdade, benefício mútuo, não agressão, não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e respeito mútuo pela soberania).

A China apresenta-se perante os outros Estados com uma postura de não interferência nos assuntos internos, e como Estado defensor de relações mutuamente benéficas. Na verdade, estas relações ditas, mutuamente benéficas conferem às autoridades chinesas apoio estratégico e político em determinadas regiões de interesse. A sua posição de não ingerência nos assuntos internos de um Estado faz com que a China conquiste alguns Estados.

A atual abordagem da política externa chinesa no continente africano reflete-se sobretudo em preocupações internas. A China destaca diversos aspetos positivos no continente africano: obviamente os recursos naturais surgem como sendo primordiais, mas o aprofundamento da relação sul-sul é igualmente importante. No exercício da sua política externa no continente africano, a China enfatiza alguns princípios a serem seguidos: igualdade, benefícios mútuos, não ingerência nos assuntos internos, e o princípio de uma só China, ou seja o não reconhecimento de Taiwan é a única exigência executada pela China no continente africano.

A escolha de África como centro de interesse na política externa da China, nomeadamente em Angola, como tema desta dissertação prende-se por um lado, com o facto de um Estado-pária como a China, ter-se transformado num modelo de referência, e num parceiro excecional do mundo atual, que com a sua política externa, adotou uma geometria capaz de se aplicar em diferentes vertentes, ou continentes, com o objetivo de satisfazer as suas necessidades internas. Por outro lado, esta dissertação prende-se também ao continente africano, especificamente a Angola, onde os seus vastos recursos energéticos, de valor estratégico, desempenham uma importância fulcral em qualquer economia em desenvolvimento. E onde a sua parceria estratégica com a República popular da China, lhe concederia tamanhos benefícios.

Angola possui uma população de 20,82 milhões de habitantes, o povo angolano possui uma diversidade cultural e étnica, podendo a sociedade angolana ser vista heterogénea. Porém, ao mencionar o continente africano e especificamente Angola, é necessário compreender inicialmente o processo de descolonização, pois a história recente de África e consequentemente de Angola começa com o desaparecimento do colonialismo estabelecido pelos Europeus. Nesta perspetiva, é importante mencionar que Angola foi uma das colónias do império colonial português até a data da sua independência 1975. Este contexto histórico iria influenciar o território Angolano, contribuindo assim para o desenvolvimento de diversas reivindicações nacionalistas, que encontraram no regime do Estado Novo, uma forte perseguição e oposição.

É neste cenário que surgem os movimentos de libertação de Angola, nomeadamente o MPLA (Movimento de Libertação de Angola), FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), onde poderemos destacar o apoio fornecido pela China ao FNLA e UNITA. Com a queda do Estado Novo em 1974, levou a que Portugal declarasse a sua intenção de conceder independência as suas colónias, como tal os três movimentos nacionalistas principais, MPLA, FNLA, e UNITA, lançaram tentativas com o intuito de assegurar o controlo do país. Formalizada a paz entre os três principais movimentos angolanos e Portugal, o próximo passo seria negociar a independência e a transferência de poder.

Os anos seguintes a independência de Angola (1975) são marcados por diversos conflitos entre o MPLA e a UNITA. Angola no período pós independência vivia uma situação económica de crise profunda, acrescentando ainda a instabilidade política e a emigração de colonos, como consequência da guerra, estes fatores e outros conduziram a um quadro recessivo em Angola, que perdurou décadas. O primeiro processo eleitoral em Angola foi, na realidade, um fracasso, mas no entanto este serviu principalmente para compreender um processo de transição política, assim como são importantes para entender o embate entre duas forças beligerantes.

Atualmente, Angola é constituída por um sistema político presidencial. Angola é potencialmente um dos países mais ricos do continente africano, não obstante as inegáveis cicatrizes devido a mais de três décadas de guerra civil. O potencial da economia de Angola reside sobretudo nas suas extensas reservas de diamantes, petróleo, reservas marinhas e na sua enorme capacidade hidroelétrica. Inicialmente este crescimento da economia deveu-se, sobretudo, à exportação de café e ao desenvolvimento da indústria petrolífera. Mais recentemente, no ano de 2012, a economia de Angola, cresceu significativamente, o PIB angolano cresceu 8,1%, uma subida significativa face aos 3,4% de 2011. Relativamente ao sector petrolífero, este continua a ser o motor da economia angolana. Atualmente, em Angola o petróleo representa cerca de 46% do PIB, e 96% das exportações. O sector petrolífero recuperou de um declínio de 5,6% no ano de 2011, para um crescimento em 2012 de 5,2%.

No continente africano, Angola é o segundo maior produtor de petróleo a seguir à Nigéria. Produz cerca de 1,9 milhões de barris de petróleo por dia, o petróleo produzido é leve e com baixo volume de enxofre, o ideal para o processamento de alguns derivados tais como: o querosene, entre outros. Este recurso natural surge em Angola, especificamente na bacia do rio Kwanza, em 1955, mas no período correspondente entre 1910 a 1936 surgem duas operadoras petrolíferas, a Pema e a Sinclair, que iniciam as primeiras atividades de sondar o terreno. Em 1955 surgem diversos jazigos particularmente em: Cabinda, Luanda, e Tobias, tendo sido implementado a refinaria de Luanda, onde o seu funcionamento acontece em 1956.

Só com a década de 60, é que a indústria petrolífera se inicia, quando a Cabinda Gulf oil a atual Chevron descobre as reservas offshore de Cabinda, após essa descoberta inicia-se a expansão da indústria petrolífera.

Os primeiros contactos desenvolvidos pela civilização chinesa no continente africano são datados do século XV, mas seria necessário cinco séculos para que a presença chinesa tivesse impacto significativo. A aproximação da República Popular da China ao continente africano, surge na década de 50, na sequência da conferência de Bandung, embora tivessem existido alguns períodos de distanciamento, as relações entre o continente africano e a China sempre permaneceram importantes para ambos os atores. O continente africano passaria a ser uma rota geoestratégica da China. A crescente aproximação da China à África não tem claramente uma só motivação, apesar da República Popular da China procurar no continente africano uma segurança económica, nomeadamente a nível dos recursos energéticos, ela assume-se no continente africano com uma política de grande flexibilidade económica que lhe concede desempenhar diversos papéis, como financiadora, construtora, e credora. A China tornou-se no segundo maior consumidor energético do mundo, fazendo de Angola, o maior fornecedor da China em África, sendo o petróleo o produto de maior utilização nas exportações Angolanas. Outros aspetos de nível político são do interesse da República Popular da China, a questão de Taiwan, representa a maior fragilidade da China, sendo também um dos motores que impulsiona o desenvolvimento da relação entre a China e Angola, aspetos como a inserção de apoio à política “uma só China” (Esteves 2008:137), são importantes nesta relação de cooperação.

Entre Angola e China as suas relações político-institucionais datam da conquista da independência da República de Angola. Contudo já existia contacto entre ambos em virtude do apoio aos Movimentos de Libertação Nacional. O desenvolvimento da relação entre China e Angola, remonta aos anos da luta anti-colonial, fundamentalmente através do apoio aos movimentos de libertação (MPLA, FNLA, UNITA), que surgiram na segunda metade da década de 50. Na década de 60, o apoio chinês volta-se para a recém-criada UNITA ficando assim demonstrado que inicialmente a política externa da China em relação a Angola ainda não seria bem definida. Pois na década de 60, a política externa desenvolvida pela China em África, encontrava-se eventualmente alinhada à União Soviética, tendo como objetivo o apoio à independência dos países africanos, e o estabelecimento de relações diplomáticas.

O relacionamento diplomático entre Luanda e Pequim poderá ser entendido em duas perspectivas: Em primeiro lugar, diz respeito sobretudo ao melhoramento das relações entre a China e a União Soviética, resultando em relações da China com diversos países da União Soviética. A segunda perspectiva encontra-se associada à própria política externa desenvolvida pela China em África, ganhando impulso, em 1983 com a viagem de Zhao Ziyang ao continente africano. Após o incidente de Tiananmen (1989), e o isolamento sofrido por parte da China a política externa sofreria uma reestruturação, especialmente na política externa direcionada para África. A década de 90 executa uma aproximação da China com o continente africano e obviamente com Angola. O relacionamento entre ambos, foi-se intensificando gradualmente ao longo dos anos 90, Angola no final dessa década virá a ser um dos principais parceiros da China, devido fundamentalmente à cooperação em matéria de defesa. Ao longo das décadas, o relacionamento entre ambos viria a possuir um maior grau de grande proximidade.

O desenvolvimento de um relacionamento bilateral é o alvo principal das iniciativas multilaterais, neste caso poderemos mencionar que Angola corresponde na totalidade aos objetivos estratégicos desenvolvidos pela China.

No que concerne à República Popular da China, podemos destacar como prioridades da sua política externa o acesso ao petróleo, as trocas de experiências, o acesso aos mercados de Angola, cooperação na área médica, militar e tecnológica. As ligações desenvolvidas pela China e Angola beneficiaram de diversos fatores, como tal o petróleo é um dos denominadores em comum dos interesses de ambos. O petróleo é uma matéria-prima de alto valor estratégico, tanto a nível económico como político, desempenha uma função essencial em qualquer economia em crescimento. Contudo, este recurso energético tem sido alvo de diversas vicissitudes pois ele contribui para o aumento significativo de poder nacional dos países do mundo. A República Popular da China, procura em África mas sobretudo em Angola, comprar recursos energéticos, que são utilizados para o fortalecimento da sua segurança energética e económica, de forma a estabelecer uma inserção em diversos mercados distintos, modificando assim as forças mundiais através do comércio externo.

Sob este breve enquadramento, a presente investigação tem como objetivo, analisar, os reais interesses da República Popular da China em Angola, através da sua relação de cooperação bilateral. A investigação pretende dilucidar a aproximação de um parceiro não ocidental - a China - que não exige contrapartidas políticas no desenvolvimento da sua cooperação, tem objetivos concisos e específicos, retirando benefícios da relação de cooperação com Angola. Nesta relação de cooperação, o parceiro asiático que possui capacidades de se implementar no continente africano, aparenta ter como estratégia a sua projeção a nível internacional, através do continente africano, com o objetivo de desenvolver o seu expansionismo comercial, onde Angola poderá retirar alguns benefícios dessa relação de cooperação.

Tendo em conta as realidades acima descritas, esta investigação poderá ser uma importante contribuição para o estudo das relações internacionais, nomeadamente ao nível das relações bilaterais entre dois importantes atores do sistema internacional e na *formação das preferências* ao nível da política externa. Neste sentido, a pergunta de partida desta dissertação em particular será: **Quais são os reais interesses da República Popular da China na cooperação com Angola?** Partindo desta inquietação teórica, a dissertação procura portanto fornecer uma análise coerente e crítica capaz de oferecer uma visão articulada dos seguintes aspetos:

- Quais os interesses da República Popular da China em África, nomeadamente em Angola?
- Como se desenhou a arquitetura da política externa chinesa em Angola?
- Quais são as perspetivas futuras da relação de cooperação entre a China-Angola?

Para um melhor enquadramento sobre tema em questão serão abordados alguns conceitos primordiais à luz das correntes teóricas das relações internacionais. Serão utilizadas abordagens teóricas (Neo-realismo, Neo-liberalismo - na variante da perspectiva da Interdependência Complexa e Institucionalismo), que conseguem explicar a forma como alguns fatores estruturais influem nas decisões e nas suas consequências. Por fim, este quadro teórico permitirá também tirar ilações sobre a política externa da China, os seus interesses internos, as suas prioridades, as motivações e os instrumentos. Será também analisado a relação de cooperação existente entre ambos os Estados, China-Angola.

A China tem vindo a retirar espaço económico no continente africano às potências europeias. Paralelamente a isso, a República Popular da China insiste em se implementar no continente africano, especificamente em Angola. Em Angola, a China poderá beneficiar, de recursos energéticos, associar-se em blocos de exploração petrolífera, explorar um mercado comercial para empresas chinesas, aceder a mercados através da SADC³ e da COMESA⁴, e procurar apoio na sua maior fragilidade Taiwan.

³ SADC: “ Comunidade para o desenvolvimento da África Austral. Este tipo de integração regional quer se quer como uma etapa para um multilateralismo pleno desenvolvido pela NEPAD é uma das mais importantes em África, tendo sido estabelecida em Agosto de 1992 (...)” (Esteves 2008:138).

⁴ COMESA: “ Mercado Comum da África Oriental e Austral” (Esteves 2008: 140).

Noutra vertente, Angola pretende realizar negócios com a China, sendo estes de extrema importância para a economia angolana, pretende empréstimos e créditos chineses que tem como prioridade, sectores educacionais, agrícolas, saúde, obras públicas, sectores de importância na reconstrução pública do país, e adquirir um lugar no Conselho de Segurança da ONU. Em síntese, esta relação de cooperação é de benefício mútuo, é efetuada em diversas áreas distintas como: a cooperação médica, militar, comercial, e económica, e trás benefícios a ambos os Estados.

Apesar da existência de alguns estudos desenvolvidos sobre a relação de cooperação entre a China e Angola esta abordagem ambiciona ser inovadora, no sentido de compreender os reais interesses da República Popular da China em Angola, no sentido de verificar, que nesta relação de cooperação poderá existir para além dos interesses económicos, outros interesses menos aparentes e óbvios. Esta investigação propõe-se sobretudo compreender os interesses visíveis e invisíveis da República Popular da China em Angola. Nesta investigação optou-se deliberadamente por uma metodologia qualitativa, a qual se centrou na “compreensão dos problemas, analisando os comportamentos, as atitudes e os valores. Não existindo uma preocupação com a dimensão da amostra nem com a generalidade de resultados, e não se colocando o problema da validade e da fiabilidade dos instrumentos, como acontece com a investigação quantitativa” (Sousa e Batista 2011:56).

Será realizada uma interpretação e reflexão sobre os factos, a fim de se obter uma posição sobre os resultados finais. Ainda nesta dissertação encontra-se presente uma contribuição do método histórico no sentido em que serão analisados alguns factos históricos de importância. Esta investigação possui essencialmente dados secundários, foi realizada uma análise fundamentalmente documental, baseada na recolha de livros, documentos oficiais, *sites* oficiais, artigos científicos entre outras fontes.

Tendo em conta os objetivos enunciados, a dissertação que agora se apresenta e a qual aporta quatro capítulos. Inicialmente será analisada, à luz das teorias das relações internacionais, a política externa da China, Angola e a relação estabelecida entre ambos; será também abordado alguns conceitos teóricos de grande importância. Seguidamente é efetuada uma análise precisa à política externa da China e sua incisão no continente africano. Para finalizar será efetuada uma análise à presença chinesa em Angola e a cooperação existente entre ambos os Estados. Esta estrutura irá permitir uma melhor resposta à pergunta de partida.

Assim, o primeiro capítulo da dissertação, realiza uma passagem pelas teorias das relações internacionais através de conceitos e abordagens teóricas. Será dado destaque a duas das maiores abordagens teóricas, o Neo-realismo e o Institucionalismo. Como primeira abordagem será realizada uma análise à política externa da China em Angola, iniciada por uma abordagem tradicional a partir do Realismo Clássico, dado que o realismo trata das relações políticas entre os Estados, e destaca a sobrevivência de um Estado, assim como a sua política externa, e interesse nacional. Posteriormente, esta mesma abordagem será analisada através da teoria Neo-realista, do teorizador Kenneth Waltz. Será dado destaque: as prioridades e motivações da política externa da China, assim como as abordagens estruturais, particularmente à distribuição de poder, interesse e motivações internas por parte da China. Em seguida são analisados: os elementos de implementação da política externa da China em Angola, dando ênfase ao *hard power* e ao *soft power*. Após a abordagem inicial, através do realismo clássico e mais profundamente através do Neo-realismo, é efetuada uma análise sobre a cooperação e interdependência, existente entre a China e Angola, através do Neoliberalismo, ou designado Institucionalismo de Robert Keohane e Joseph Nye. Nesta teoria será dado destaque, à cooperação e interdependência entre os Estados, assim como a incorporação do conceito não normativo de *soft power* do teórico institucionalista Joseph Nye. Este conceito terá a função específica de clarificar que será através deste instrumento da política externa da China que serão realizadas as operações de “charme”, que envolvem a diplomacia e a cooperação no continente africano, nomeadamente em Angola.

O segundo capítulo realiza uma abordagem sobre as linhas gerais da política externa da República Popular da China. Para este propósito será feita uma análise sobre alguns aspetos a ter em consideração. Para uma melhor compreensão da política externa da China, inicialmente será efetuada uma abordagem concisa sobre a cultura, tendo esta sido alcançada ao posto de ideologia pelo governo através da recém-formada dinastia Han, será também abordado, o desenvolvimento económico chinês, como não poderia deixar de ser, este é um dos fatores mais importantes deste final de século. Interpretar as suas dinâmicas constitui um dos desafios mais misteriosos do desenvolvimento económico. O sistema político vigente na República Popular da China foi um dos aspetos a considerar.

Efetuar uma análise sobre ele foi necessário, levar em consideração a sua estrutura política: leis, práticas, regulamentações do poder do Estado, e a relação existente entre o Estado e a sociedade. O seu desenvolvimento político reside na combinação entre o Partido Comunista Chinês e o sistema de assembleia popular, sistema de cooperação de consultas políticas multipartidárias, sistema regional étnico, e o sistema de autonomia das populações. Expostos alguns aspetos fundamentais sobre a China, a abordagem seguinte foi direcionada para as linhas gerais da sua política externa. Para um melhor entendimento sobre a política externa da China, foi dado ênfase aos seus antecedentes históricos mencionando, as concepções

tradicionais da política externa chinesa, de forma a executar uma melhor compreensão sobre a política externa atual. Foi dado, enfoque também as prioridades da política externa da China, aos meios de implementação e instrumentos de forma a obter uma resposta concisa sobre os meios onde a política externa atua.

O terceiro capítulo desta dissertação remete-nos para uma abordagem exata sobre Angola. Sendo este Estado, o caso de estudo desta dissertação seria importante abordá-lo de forma precisa. Para dar início ao terceiro capítulo foi realizado uma breve apresentação sobre a população angolana, sua etnia e cultura. Foi, ainda necessário efetuar uma entendimento do processo de descolonização, que começa com o desaparecimento do colonialismo europeu processo este fundamental para a compreensão da atual situação de Angola no mundo. Nesta perspectiva foi também importante ressaltar, o surgimento de diversas reivindicações nacionalistas, e o aparecimento de movimentos de libertação de Angola (MPLA,UNITA, FNLA). Para uma melhor compreensão deste Estado, foi necessário abordar o seu sistema político presidencial, e a sua economia. Angola é um dos países mais ricos do continente africano, o seu potencial económico reside nas suas extensas reservas de petróleo, diamantes, e reservas marinhas. O sector petrolífero é claramente o motor da economia angolana, maioritariamente dominado pelas multinacionais, constituindo 46% do PIB e 96% das exportações. No sector petrolífero angolano operam, companhias petrolíferas estrangeiras e nacionais, contudo, é necessário destacar a Sonangol, e a associada Sinopec, e a China Sonangol, entre outras.

Ainda na mesma linha de pensamento, e para finalizar o capítulo foi realizada uma abordagem sobre o uso das receitas da indústria petrolífera, que no caso de Angola são bastante ilustrativas. Para arrematar o capítulo foi também desenvolvida uma clara abordagem sobre a indústria diamantífera.

Como forma de encerrar esta dissertação o quarto capítulo teve como função dilucidar um enquadramento das relações existentes entre a China e Angola de forma a compreender os reais interesses da República Popular da China na República de Angola. Para tal, foi necessário primeiramente conhecer as relações entre China e África. Inicialmente o continente africano encontrava-se longe das prioridades da política externa chinesa, porém duas décadas passadas a China assumiu no continente africano, a posição de segundo maior parceiro comercial, assumindo uma posição fundamental numa política externa onde o foco central é a obtenção de recursos energéticos capazes de garantir a sustentabilidade da economia chinesa.

Foi dado ênfase também ao Fórum de Cooperação China-África que tinha como objetivo demonstrar o progresso e a modernização económica da China; encorajar os países africanos a seguir o exemplo do modelo chinês; condenar a ideia de hegemonia promovendo a paz; e finalmente o não reconhecimento do governo de Taipé. Relativamente, as relações entre económicas entre ambos, os interesses da China em África são fulcrais, o comércio entre a China e África, tem aumentado substancialmente, com um crescimento acelerado entre o ano de 2005 a 2008, contudo, os investimentos realizados pela China, resumem-se essencialmente a investimentos diretos, relacionados com os recursos naturais.

No que diz respeito a Angola, este capítulo aborda inicialmente a relação existente entre Angola e China, sendo que o seu início é datado da conquista da independência da República de Angola. O primeiro contacto entre a China e Angola, surge em virtude do apoio aos Movimentos de Libertação Nacional, contudo o relacionamento de ambos foi-se intensificando gradualmente ao longo das décadas, como se foram também diversificando os objetivos da China. As primeiras décadas de relacionamento foram marcadas por uma cooperação comercial. Porém, a cooperação em matéria de defesa e segurança tinham vindo a desenvolver-se gradualmente. Atualmente a relação de cooperação existente entre a China e Angola é realizada em diversos sectores, mas o petróleo continua a ser o denominador em comum. Esta relação de cooperação ou denominada de win-win, trás claros benefícios a ambos, contudo serão evidenciados os reais interesses da China em Angola. Por fim serão apresentadas as conclusões desta investigação.

Capítulo 1 - Enquadramento Teórico: A política externa da República Popular da China em Angola

O primeiro capítulo desta dissertação irá efetuar uma análise às teorias das relações internacionais, através de conceitos e abordagens teóricas. Neste capítulo será abordada duas teorias primordiais, o Neo-realismo e o Institucionalismo. Será realizado uma abordagem à análise da política externa da República Popular da China em Angola, iniciada por uma abordagem tradicional executada pelo realismo clássico. Esta mesma abordagem será analisada através da teoria neorrealista do teorizador Kenneth Waltz, será dado destaque às prioridades e motivações da política externa da China, assim como abordagens estruturais particularmente, à distribuição de poder, interesses e motivações internas da República Popular da China. Neste capítulo, será destacado os elementos de implementação da política externa da China em Angola, dando ênfase ao *hard power* e *soft power*. Após a abordagem inicial, através do realismo clássico e mais profundamente através do neo-realismo, é efetuada uma análise sobre a cooperação e interdependência, existente entre a China e Angola, através do institucionalismo de Robert Keohane e Joseph Nye. Nesta teoria será dado destaque, à cooperação e interdependência entre os Estados, assim como a incorporação do conceito não normativo de *soft power* do teórico institucionalista Joseph Nye.

1. Modelação Teórica e Conceptual das Relações Internacionais

As teorias das relações internacionais têm contribuído ao nível epistemológico para a compreensão quer do comportamento dos Estados, quer para a condução das suas políticas externas. Relativamente ao tema sob presente investigação conseguimos encontrar pressupostos das relações existentes com os Estados na antiga China, nos escritos de Confúcio, e na Índia no código de Manu. No ocidente as teoria das relações internacionais, remete-nos a uma herança intelectual proveniente, Aristóteles, Tucídides⁵ e Maquiavel, uma herança mais tributária da Grécia e de Roma. Com efeito, através de Nicolau Maquiavel e a sua obra o Príncipe, dá-se uma rutura decisiva: “com a extensa tradição da teoria política moral, pois o que este autor faz é refletir sobre os novos imperativos seculares e a diplomacia bizantina do sistema de cidades-estado italianas do Renascimento” (Dougherty e Pfaltzgraff

⁵ Tucídides: “o historiador grego da época clássica, alargou a sua análise para abranger todo o sistema de relações entre as cidades-estado gregas, examinando as questões da diplomacia, do imperialismo, da formação de alianças, da guerra e da paz (...)” (Dougherty e Pfaltzgraff 2003:11).

2003:12). Autores como Rosseau, Jean Bodin, ou o idealista Alemão Immanuel Kant, os impulsionadores da filosofia política dos séculos XVII e XVIII, como Thomas Hobbes (1588-1679), Bento Espinosa (1632-1677) e John Locke (1632-1704), contribuíram todos para o desenvolvimento do estudo das relações internacionais (Jackson 2010).

No período compreendido entre o fim da Guerra dos Trinta anos (1648) e o início da Primeira Guerra Mundial (1917), assiste-se ao nascimento de uma política de equilíbrios, através da balança de poder⁶, da diplomacia⁷, das alianças e do direito internacional, centrando-se quase todo o pensamento político no estado-nação soberano. Na verdade, “Até 1914, os teorizadores internacionais assumiram na sua quase totalidade que a estrutura da sociedade internacional era inalterável e que a divisão do mundo em Estados soberanos era necessária e natural. O estudo das relações internacionais consistia, quase exclusivamente, na história diplomática e no direito internacional, em vez da investigação sobre os processos do sistema internacional” (Dougherty e Pfaltzgraff 2003:17).

Desde o fim da década de quarenta, que ficou possível verificar, um desenvolvimento, das metodologias e técnicas de investigação, que contribuíram para o desenvolvimento da teoria. Com a década de sessenta, “assistiu-se a uma considerável expansão do interesse pela análise teórica e na sua validação através de metodologias como a análise de conteúdo e as correlações bivariantes e multivariantes” (Dougherty e Pfaltzgraff 2003: 22). “A teoria das relações internacionais têm a finalidade de formular métodos e conceitos que permitem compreender a natureza e o funcionamento do sistema internacional, bem como explicar fenómenos mais importantes que moldam a política mundial. Precisamos de um corpo particular de teorias para entender um universo específico da atividade humana cuja característica é desenvolver-se para além das fronteiras nacionais, no espaço pouco conhecido em que as ações, interações, conflitos e negociações têm lugar nas margens da jurisdição dos Estados: o espaço internacional” (Nogueira e Messari 2005: 2). Pois uma teoria “estabelece uma visão sistemática dos fenómenos apresentando uma serie de proposições ou hipóteses que especificam relações entre variáveis com o objetivo de apresentar explicações e fazer previsões acerca dos fenómenos” (Dougherty e Pfaltzgraff 2003: 30). A própria “teoria e a evolução das perspectivas teóricas em RI procuram responder às problemáticas derivadas dos processos acelerados de mudança transformacional das sociedades, que determinam, por sua vez, a evolução do processo dinâmico de alargamento gradual do objeto” (Santos 2007: 115).

⁶ Balança de poder: “Segundo Ernst B. Haas, é qualquer distribuição de poderes, processos de os equilibrar ou contrabalançar, estabilidade e paz num determinado concerto de poderes, a política de poder e geral, uma lei universal da história, um sistema, um guia para os decisores políticos” (Dougherty e Pfaltzgraff 2003:54).

⁷ Diplomacia: “é um instrumento da política externa para o estabelecimento e desenvolvimento dos contactos pacíficos entre os governos de diferentes Estados, pelo emprego de intermediários mutuamente reconhecidos pelas respectivas partes” (Magalhães 2005:25).

1.1 A importância da política externa: trajetória e desafios

Enquanto abordagem teórica, a análise da política externa teve o seu início no período a seguir a Segunda Guerra Mundial. Três trabalhos distintos encontram-se na origem desta abordagem: “ Foreign Policy Decision-Making de Richard Snyder, Henry Bruck e Burton Sapin (1945); Man-Milieu Relationship Hypothesis in the context of International Politics (...), Theories of Foreign Policy de James Roseanau (1966)” (Freire 2011:15). Embora, a política externa tenha ampliado diferentes abordagens, os trabalhos mencionados, constituíram elementos essenciais, para o crescimento e consolidação de abordagens divergentes na análise da política externa. A política externa tornou-se uma “área de estudo complexa, implicando múltiplas variáveis relativamente aos níveis de análise, atores, processos e resultados” (Freire 2011:14). Não existe uma definição consensual sobre o conceito de política externa, ela encontra-se tradicionalmente relacionada aos Estados, e outros atores. Assim, a política externa acaba por projetar objetivos, e interesses internos para o exterior, sendo considerada uma ferramenta fulcral no posicionamento dos atores no sistema internacional (Freire 2011).

Poderemos definir, então, a política externa como: “conjunto de objetivos, estratégias e instrumentos escolhidos pelos responsáveis governamentais pela formação política para responder ao ambiente externo atual e futuro” (Freire 2011: 17), ou nas palavras de Maria Raquel Freire, como: “o conjunto de objetivos, estratégias e instrumentos que decisores dotados de autoridade escolhem e aplicam a entidades externas à sua jurisdição política, bem como os resultados não intencionais dessas mesmas ações” (Freire 2011:18). A mesma autora refere também que: “ o contexto interno constitui a variável relevante na definição e priorização da agenda de política externa (...) além do mais tem sido incorporada em alguns estudos nomeadamente questões mais subjetivas, mas não menos relevantes como, atitudes, crenças, valores e interesses subjacentes aos processos de formulação e decisão que têm contribuído essencialmente para a análise das motivações implicadas nos processos de política externa. Este debate implica a discussão do papel e características individuais do decisor, bem como a consideração de quadros ideológicos em que as decisões são tomadas” (Freire 2011:13-14).

Apesar da política externa se centrar nos diferentes processos e dinâmicas de decisão, a sua análise permite-nos uma abordagem complementar que engrandece o nosso entendimento da política internacional. É possível identificar alguns atores, dinâmicas, modelos que nos permitam atenuar a complexidade e ajudam a melhorar a compreensão da política internacional. Como mencionado anteriormente, a política externa “envolve dinâmicas complexas, como incertezas sobre o ambiente político, trade-offs diversos no momento da decisão, difusão da autoridade política, variabilidade nas estruturas de decisão” (Freire 2011: 18). Apesar da política externa possuir um elevado grau de complexidade, o “conceito é frequentemente confundido com o conceito de política internacional e diplomacia” (Magalhães 2005:15). Segundo, o embaixador Calvet Magalhães a política internacional “compreende as interações dos diferentes Estados, pelo que podemos dizer, de uma forma muito genérica, que a política internacional compreende o conjunto das diversas políticas externas nacionais” (Magalhães 2005: 23), já a diplomacia “é um instrumento da política externa para o estabelecimento e desenvolvimento dos contactos pacíficos entre os governos de diferentes Estados, pelo emprego de intermediários mutuamente reconhecidos pelas respectivas partes” (Magalhães 2005:25). Sendo “ a política externa entendida com uma área abrangente cujo enfoque inclui questões diversas como a segurança, economia, ambiente e a cultura” (Freire 2011:19). Além do mais, os objetivos da política externa encontram-se assentes em interesses internos.

Contudo, não se pode efetuar um verdadeiro escrutínio acerca da política externa sem se compreender primeiramente quais os meios internos à disposição do Estado, designadamente: “ os recursos do Estado, a sua posição geopolítica, o nível de desenvolvimento da sua economia, a estrutura demográfica, os valores fundamentais da sua população, bem como a ideologia dominante” (Sousa 2008:160). Os respetivos interesses internos, são uma fonte de influência na condução da política externa, contudo existe uma relação entre os fatores internos e a própria condução da política externa, porque ambos gozam de independência. Na verdade, é através da política externa que se procura assegurar a máxima projeção internacional do Estado (Sousa 2008). No “cumprimento de uma dada política externa, deparamo-nos com os típicos instrumentos, e técnicas susceptíveis de serem utilizadas” (Magalhães 2005:23-30). Enquanto “ instrumento pacífico da política externa, o mais típico será a diplomacia, mas existe a negociação direta e a mediação, sendo o instrumento mais violento a dissuasão, ameaça, guerra económica, pressão militar, guerra” (Magalhães 2005:30).

1.1.1 Análise da política externa da China em Angola

Uma das abordagens tradicionais realizada à política externa, e simultaneamente um dos paradigmas mais estabelecidos no âmbito da Teoria das Relações Internacionais é executada pelo Realismo Clássico e pelo Neo-realismo. Antes de abordar em maior detalhe a teoria neo-realista, que enriquece e atualiza a teoria realista clássica, é necessário compreender e destacar os seus elementos essenciais. Assim, revela-se importante examinar as suas origens intelectuais e seus respectivos pressupostos.

A teoria realista clássica teve uma posição soberana no período que vai desde do fim da Segunda Guerra Mundial até meados da década de 1980. Tem “origens intelectuais que podemos ir buscar ao mundo antigo” (Dougherty e Pfaltzgraff 2003:87), uma das origens intelectuais é claramente Tucídides (400 a. C). Com efeito, “a importância que Tucídides dispensou ao fenómeno poder, a par da propensão dos Estados para formarem alianças defensivas, fez com que este autor fosse colocado bem no seio da escola realista” (Dougherty e Pfaltzgraff 2003:87). Tal como Tucídides, Nicolau Maquiavel (1469-1557), é outra das origens intelectuais. Maquiavel “analisou as relações entre Estados no interior do sistema italiano do século XVI (...). O Príncipe encontra-se claramente ligado à teoria realista através do destaque que dá à necessidade do governante adotar padrões morais diferentes dos do indivíduo comum como objetivo de garantir a sobrevivência do Estado; a sua preocupação com o fenómeno do poder e a sua visão pessimista sobre a natureza humana” (Dougherty e Pfaltzgraff 2003:87). Tal como Nicolau Maquiavel, Thomas Hobbes (1588-167), identificou o poder como sendo central no comportamento humano, “o homem é caracterizado por um desejo perpétuo e irresistível de poder que só cessa no momento da morte” (Dougherty e Pfaltzgraff 2003:87).

No quadro da teoria realista ainda encontramos autores como George Hegel (1770-1831) e Max Weber (1864-1920) “cujos escritos tratam extensamente não só da natureza da política e do Estado mas, ainda do poder enquanto elemento central da política” (Dougherty e Pfaltzgraff 2003:87). No entanto, serão Tucídides, Maquiavel e Hobbes, os autores que marcariam de uma forma mais assertiva todo o quadro epistemológico do realismo clássico. Alguns dos pressupostos desta teoria também se encontram enraizados em obras e textos de autores como: Nicholas Spykman, Edward Hallett Carr, e o autor da obra “*Politics Among Nations*” (1948), Hans J. Morgenthau, cuja sua obra ainda hoje é uma referência indiscutível (Jackson 2010).

Na verdade, a teoria realista clássica, surgiria ao mesmo tempo como uma alternativa e como crítica ao que se chamou a teoria idealista ou utópica, surgiu num contexto histórico específico tendo sido fortemente influenciada por esse mesmo contexto, encontrando-se “alicerçada na onda de contestação que resultou do falhanço da primeira geração de escritores em Relações Internacionais” (Cravinho 2002: 117).

Uma análise realista possui dois momentos centrais: primeiro, “ identifica as verdadeiras forças e linhas de poder que estão em campo num determinado contexto; segundo, aceita as realidades que não se podem alterar, e propõe mecanismos adequados e adaptados a essas realidades” (Cravinho 2002: 120-121). Partindo da obra de Niebuhr, Carr, e Morgenthau, podemos identificar com clareza as principais características do realismo clássico. Hans Morgenthau foi um dos grandes promotores do realismo, o mais emblemático dos escritores da década de quarenta, os seus textos tem exercido uma influência intelectual notória no panorama da teoria realista e neorealista, não podemos deixar de mencionar os seis princípios, ou leis fundamentais pela qual se rege o sistema internacional (Coutinho 2011).

Na sua obra “*Politics among Nations*”, Morgenthau, refere no seu primeiro princípio que “todos os relacionamentos políticos são governados por leis objetivas, profundamente enraizadas na natureza humana. (...) é possível melhorar a sociedade conhecendo em primeiro lugar as leis que a governam e em seguida fundando as políticas públicas nesse conhecimento” (Dougherty e Pfaltzgraff 2003:96). Em segundo lugar Morgenthau defende, “ que os governantes pensam e atuam movidos pelo interesse definido estes em termo de poder e que os factos históricos comprovam este pressuposto” (Dougherty e Pfaltzgraff 2003:96). Em terceiro lugar, “reconhece o significado do interesse definido em termos de poder não é facilmente determinável. No entanto num mundo em que as nações soberanas competem por poder, a sobrevivência constitui o objetivo básico da política externa e o interesse nacional central” (Dougherty e Pfaltzgraff 2003:96).

Em quarto lugar, Morgenthau menciona que os “princípios morais na sua formulação abstrata e universal não podem ser aplicados á ação dos Estados; ele tem antes que ser filtrados através das circunstâncias concretas do tempo e do espaço. Na sua busca do interesse nacional os estados-nação são movidos por uma moral que difere da moral dos indivíduos nos seus relacionamentos pessoais” (Dougherty e Pfaltzgraff 2003:97). Em quinto lugar, realçou que o realismo “ rejeita qualquer identificação entre os objetivos de um determinado Estado e a vontade divina. Ao definir o interesse em termos de poder, o realismo deixa as insondáveis motivações de Deus fora da equação e trata em termos equitativos todos os Estados” (Cravinho 2002: 135). Por fim em sexto lugar, Morgenthau refere que o “ realismo defende a autonomia e a especificidade da esfera política em relações a outras esferas, como a económica ou a jurídica. A esfera política tem que ser considerada à luz dos princípios políticos e o realismo não permite a sua compreensão” (Cravinho 2002: 136).

A teoria realista clássica tem como pressuposto fundamental a anarquia internacional “a inexistência de um leviatã uma força superior que imponha lei e garanta uma determinada ordem. Implica que em última instância, os participantes no sistema internacional dependam apenas de si próprio para a sua sobrevivência” (Cravinho 2002: 141). A inexistência de um governo mundial acima das soberanias nacionais operar num ambiente anárquico, distingue a política interna da política internacional. Na política interna, a luta pelo poder é regulada por instituições e leis, contrariamente na política internacional as instituições existentes são restringidas à luta pelo poder. Desta perspectiva o Estado é o ator principal no sistema internacional, “ (...) são agentes unitários e monolíticos na formulação e execução das suas políticas externas, e da existência de uma dicotomia entre a política externa e interna” (Freire 2011: 21). “ (...) Relaciona-se com base na existência de uma soberania legal se bem que a par dessa soberania, haja patamares de capacidade que determinam atores estatais com maior e menor dimensão” (Dougherty e Pfaltzgraff 2003: 80). Para o realismo os, “ (...) participantes no sistema internacional são apenas os Estados (ou leviatões). Qualquer outra entidade, desde o indivíduo, a organizações internacionais, não passam de atores virtuais no palco internacional: pode aparentar ter alguma autonomia e vontade própria, mas não passa de um agente ao serviço de um Estado ou de um conjunto de Estados” (Cravinho 2002: 141), Morgenthau, no seu terceiro princípio já reconhece a “ possibilidade de outros atores aparecerem no cenário internacional, já que o Estado moderno representa uma configuração de poder localizada no tempo, e não eterna, mas no contexto do século XX não atribuía importância a nenhum outro ator” (Cravinho 2002: 142). A inexistência de uma autoridade que conceda segurança aos Estados faz com que estes tenham uma atitude de auto-interesse, buscando os seus próprios interesses nacionais (Santos 2007).

Uma das abordagens tradicionais, realizada à política externa é executada pelo Realismo clássico, basicamente porque o realismo trata das relações políticas entre os Estados. Do ponto de vista realista, a política externa é “ formulada de forma homogénea e unitária em conformidade com os elementos de poder e com base na definição de interesse nacional” (Freire 2011:21). Verificamos que as atuais prioridades da política externa chinesa é orientada especificamente por motivações internas: estabilidade política na sua esfera regional, crescimento económico e acessos aos recursos energéticos. Para os realistas, “ o interesse nacional do Estado é algo pré-determinado (...) esse interesse nacional é a sobrevivência do Estado e a sua permanência como ator. Essa sobrevivência é o interesse nacional supremo e fundamental que deve levar a mobilização de todas as capacidades nacionais e ao qual se submetem todos os demais interesses” (Nogueira e Messari 2005: 29).

A República Popular da China tem recorrido ao nacionalismo, como defesa dos seus interesses nacionais e como forma de garantir a sua estabilidade política. A ideologia do nacionalismo chinês tem sido usada pelo partido comunista, como um elemento de união e um meio de prevenção contra possíveis protestos contra o próprio regime. “O interesse nacional da China reflete-se em salvaguardar e garantir a sobrevivência da nação, utilizando diversos recursos, este interesse passa fundamentalmente em garantir a manutenção dos níveis de crescimento económico que por sua vez têm ajudado a manutenção dos níveis de crescimento do nacionalismo e consequentemente em legitimar a presença do partido comunista chinês no poder” (Freire 2011: 348-349).

Perante este cenário, um dos objetivos centrais da política externa da República Popular da China em Angola encontra-se centrado na procura de recursos naturais, sobretudo o petróleo, pois um dos condicionantes da sua política externa é de facto a procura de recursos naturais (Aden e Amnon 2012). As necessidades de consumo de petróleo por parte da China são superiores à sua própria produção interna, proporcionando um aumento gradual significativo das suas importações. Tendo como preocupação central, manter os atuais índices de crescimento económico, faz da China uma potência com maior dependência externa. A política externa Chinesa tem sido de fato, influenciada pela questão energética. Inicialmente as suas importações provinham do Médio Oriente, mas devido à instabilidade presente no Médio Oriente a RPC, diversificou os seus fornecedores de recursos naturais. A política energética para os países africanos, mais especificamente para Angola, tem recorrido a alguns instrumentos fundamentais de forma a consolidar as relações diplomáticas e a garantir o fornecimento dos recursos naturais.

Entre os instrumentos centrais encontramos: ajuda pública ao desenvolvimento, criação de fóruns transnacionais, e investimento direto. Atualmente é o continente africano que fornece um terço das importações chinesas de petróleo e Angola é o segundo maior fornecedor de petróleo à China. Uma vez que o motor da presença da RPC em Angola tem sido a sua dependência de recursos energéticos, tem em Angola um parceiro que garanta as condições necessárias para a obtenção dos recursos energéticos (Coutinho 2011).

No realismo clássico existe uma separação entre a designada política doméstica ou interna da política internacional, pois os Estados são atores unitários. Internamente, a República Popular da China é movida fundamentalmente por interesses nacionais, “ no plano externo, é o seu crescimento económico que será a base para a ascensão da grande potência. Em larga medida, esta questão explica as direções contraditórias da política externa da China: por um lado, uma atitude assertiva, para legitimar o lugar do PCC (Partido Comunista Chinês) no poder e para garantir a obtenção de recursos naturais essenciais ao crescimento; por outro, um grande pragmatismo, para assegurar o papel de ator internacional responsável, que é motivo de orgulho e alimenta o nacionalismo, como forma de garantir a estabilidade regional essencial à economia” (Mendes 2010:39).

Observa-se assim, que no que diz respeito à política internacional esta “ encontra-se acima da política doméstica, encontrando-se visivelmente voltada para a defesa dos respetivos interesses nacionais, e trata das questões relativas à sobrevivência do Estado. Perante isto verifica-se que respetivamente à segurança energética do Estado Chinês, ou a sua segurança nacional esta representa uma necessidade imediata para o Estado, sendo a prioridade fulcral da política externa chinesa” (Mendes 2008: 107-118).

Com efeito, poder-se-á defender que a política externa chinesa tem sido balizada uma matriz realista. Na linha da escola realista das relações internacionais, a dimensão do poder surge, como já tivemos oportunidade de sublinhar, como central. A aspiração de poder e a luta pelo poder são atividades políticas inerentes à natureza humana. O poder é o principal meio que os Estados dispõem para alcançar os seus objetivos. Assim sendo, os Estados procuram maximizar o seu poder, ou demonstrar o seu poder. O conceito de poder na teoria realista clássica, surge como objetivo e como meio para atingir outros objetivos, “ no realismo os seres humanos (e por extensão os Estados) têm uma propensão inevitável para a acumulação do poder ” (Cravinho 2002: 203).

1.2 Análise da variável do poder na matriz da política externa e das relações internacionais

Devido à dificuldade de conceptualização do poder e da não existência de uma definição comumente aceite, a escolha da definição mais correta, reflete os interesses e os valores de cada um. “ Há quem defina o poder como sendo a capacidade de criar, ou de resistir à mudança. Outros dizem que é a capacidade de se conseguir o que se quer. Esta definição abrangente engloba o poder sobre a natureza, além do poder sobre outras pessoas. (...) o poder é a capacidade de fazer coisas em situações sociais que afetam os outros com o objetivo de obter o resultado que pretendemos (...)” (Nye 2012 :24). Segundo, Joseph Nye, o poder molda os comportamentos (de um país ou de alguém), contra as suas preferências, significa também controlar a agenda, influenciar e criar perceções e interesses. É importante também mencionar a importância que Nye confere, a “ quem está envolvido na relação de poder (o âmbito do poder), bem como quais os tópicos envolvidos (o domínio de poder), assim como quem tem poder” (Nye 2012: 25). “ O conceito político de poder depende de um contexto especificado que nos diga quem recebe o quê, como, onde e quando” (Nye 2012: 26). Na prática, todas as discussões que abrangem o conceito de poder, possuem diversas definições. “ Muitos dos termos que se usa diariamente como poder militar e poder económico são híbridos que combinam a um tempo recursos e comportamentos (...) Por exemplo, quando se fala do poder em ascensão da China, ou da Índia costuma apontar-se para as grandes populações e para os crescentes recursos económicos ou militares desses países” (Nye 2012: 28).

“ Na realidade, a capacidade denotada por esses recursos de serem convertidos em resultados desejados vai, depender dos contextos e competências do país para converter recursos em estratégias que produzem resultados desejados” (Nye 2012: 28). Segundo Joseph Nye, é errado pensar que o poder é simplesmente uma forma de ordenar; com efeito, o poder pode afetar ou estruturar o comportamento de forma a induzir o que queremos. É conveniente também salientar que Nye concede uma grande importância aos aspetos ou faces do poder.

“ O primeiro aspeto ou face do poder foi definido pelo cientista político o Yale Robert Dahl em 1950 (...) Esta face do poder concentra-se na capacidade de levar os outros a agir de formas contrárias às suas preferências e estratégias iniciais. Para avaliar ou julgar o poder, é preciso saber quão forte eram as preferências iniciais do indivíduo, ou nação e até que ponto elas foram alteradas pelo “nosso” esforço. A coerção pode ser bastante clara numa situação em que pareça haver algum grau de opção” (Nye 2012:30).

Na década de 60, após Dahl ter desenvolvido esta definição, os cientistas políticos Peter Bachrach e Morton Baratz salientaram que a definição de Dahl não reunia aquilo a que chamavam a segunda face do poder. Segundo estes autores, Dahl havia ignorado a dimensão do enquadramento e da criação de objetivos.

“ Por outras palavras pode ser possível modelar as preferências dos outros afetando-lhe as expectativas do que é legítimo ou exequível, no entanto também se pode exercer poder sobre o outro determinando-lhes os desejos. Pode-se moldar as preferências básicas ou iniciais, não se limitando a alterar a situação de modo a que leve o outro a mudar de estratégia para alcançar as preferências” (Nye 2012:31). Ou seja, “ se conseguirmos levar os outros a querer os mesmos resultados que nós, não será necessário contornar os desejos iniciais dos outros” (Nye 2012:32).

O conceito de poder representa um dos fenómenos mais complexos na teoria das relações internacionais. Nesta investigação, observámos que uma das formas de exercício de poder por parte da República Popular da China, ocorre através do seu poder económico. Alguns observadores políticos proclamaram que geoeconomia viria a substituir a geopolítica, diversos analistas debatem-se, atualmente sobre a categoria mais relevante, se o poder militar ou o poder económico. “ Os recursos económicos podem produzir um comportamento de poder suave como de poder duro. Um modelo económico bem-sucedido não só produz os recursos militares latentes para o exercício do poder duro como atrai outros a imitar esse exemplo” (Nye 2012:72).

Atualmente o soft power da China por exemplo “ é enfatizado pelo êxito dos respetivos modelos económicos. Uma economia grande e bem-sucedida não só produz os recursos para o poder duro, como também atração característica do poder suave. Os recursos económicos básicos subjacentes tanto ao poder duro como ao poder suave são coisas como a dimensão e a qualidade do Produto Interno Bruto, (PIB), o rendimento *per capita*, o nível de tecnologia, os recursos naturais e humanos (...) já o comportamento do poder económico assenta nos aspetos económicos da vida social - a produção e o consumo de riqueza comensurável em termos de dinheiro (...) ” (Nye 2012: 72).

“ O poder de um Estado é tido como um somatório das suas capacidades, alguma das quais são de natureza económica” (Dougherty e Pfaltzgraff 2003:92) a, sua ascensão económica faz com que a China atinja uma estabilidade internacional e um estatuto externo, a continuidade do seu crescimento económico serve de fonte á legitimidade do partido comunista chinês. A China é a detentora da segunda maior economia do mundo, em 2012 possuía um PIB de 7,8%, a economia chinesa cresceu aproximadamente 10,4 % em 2010 e 9,3% em 2011. De facto, é com o conceito de poder, que verificamos a preocupação fundamental da República Popular da China em Angola, sua preocupação será o reforço do poder.

Existe claramente uma poder de influência⁸ por parte da China em Angola, “o objetivo será sustentar a sua própria segurança energética, através de empréstimos e linhas de crédito, o poder é tido como objetivo, como medida de influência, como suporte á segurança e como mecanismo de controlo” (Mendes 2008: 107-118).

Contudo, ao realizar uma avaliação sobre o poder económico de um Estado, é importante salientar os recursos naturais, como o petróleo, que se tem apresentado como uma das matérias-primas mais importantes a nível global, tanto a nível económico como político. A China consome cerca de 8% do petróleo mundial. O ano de 2005 foi crucial para a China, os preços do petróleo tiveram uma subida bastante acentuada devido, fundamentalmente ao aumento da procura acompanhar em simultâneo o crescimento económico dos países Asiáticos. O aumento da procura chinesa tem sido substancial, devido á crescente industrialização e modernização.

A China tem-se empenhado em desenvolver esforços mercantilistas para comprar petróleo proveniente do exterior, embora “ as lições da crise da década de 1970 sugeriram que o petróleo é um bem fungível e que os mercados tendem a espalhar o fornecimento e a aliviar possíveis danos, seja quem for o dono do petróleo” (Nye 2012:89). De qualquer das formas o rápido crescimento económico da República Popular da China contribui de forma significativa para a procura global de petróleo, o que significa que as regiões detentoras da maior

⁸ Influência: “ capacidade de levar a cabo mediante a promessa ou garantia de benefícios” (Dougherty e Pfaltzgraff 2003:92).

produção petrolífera continuam a desempenhar um papel importante a nível da política mundial. Em forma de síntese o que é realmente importante conter, é que “ os recursos naturais e nomeadamente o petróleo é importante no que diz respeito à formação do poder económico, contudo até o poder proveniente dos recursos energéticos desvanece, pois o poder económico é excessivamente contingente respetivamente ao contexto de um determinado mercado” (Nye 2012: 89).

Ao analisar a política externa da República Popular da China, verifica-se que a mesma é implementada por uma estratégia de *hard power*, poder de coerção mais ligado à primeira faceta do poder. (Nye 2012). Este é implícito em Angola através da força económica chinesa como meio de reforçar e consolidar os seus interesses, e posições estratégicas como potencia económica emergente. Contrariamente, ao *hard power* o *soft power* é a: “ capacidade de determinar preferências, está associada a recursos de poder intangível como a cultura, a ideologia e instituições, tem a tendência a provocar um comportamento co-optativo, ou seja levar os outros a desejar o mesmo que nós próprios. O poder suave baseia-se em recursos com a capacidade de atração das nossas ideias ou a capacidade de determinar a agenda política de modo a moldar as preferências expressas por outros” (Sousa 2008:156). Este conceito apresenta uma dificuldade na sua definição, e é igualmente problemático identificar os seus constituintes, no entanto é um conceito que surge em 1990, por Joseph Nye, tendo a sua origem em trabalhos académicos de Hans Morgenthau (Nye 2012).

O exercício do *soft power* aplicado pela República Popular da China tem uma índole económica, e cultural, “ é uma das formas de “sobrevivência” num mundo multipolar, modificando a atual hierarquia do sistema internacional. Em Angola, a implementação do *soft power* possui maioritariamente componentes culturais e civilizacionais, apoiados estes em ideais confucionistas e taoistas”. (Mendes 2008: 117). A aplicação desta estratégia, surgiu desde a crise asiática em 1997 na conquista de novos aliados, que lhe possam garantir acesso aos recursos naturais. O *soft power* chinês em Angola envolve todas as atividades da esfera secundária como por exemplo a ajuda humanitária, cultural, investimentos económicos, a cultura e a diplomacia multilateral. A cultura sendo um instrumento de *soft power*, procura influenciar as pessoas e não governos, atua nos indivíduos, não na população em geral. Esta atuação é exercida de forma indireta, podendo ter como objetivo enfraquecer a legitimidade de um regime, sem necessitar do uso da força militar.

O uso da capacidade económica é essencialmente utilizada por Pequim como objetivo específico, uma forma de gerir os seus interesses internos. Portanto, o uso tanto do *hard power* como do *soft power* é uma forma de atingir metas. Na realidade a aplicação de *hard power* como força económica por parte da República Popular da China, é uma força mais imediata, já o *soft power* empregue em Angola, os resultados só irão ser obtidos a longo prazo (Gismondi 2008: 55).

Ou seja, o soft power da China tem vindo de facto a aumentar consoante a sua emergência económica, é empregue em Angola como sendo um instrumento para satisfazer os reais interesses da realpolitik, pois os objetivos da China em Angola, são bem mais realistas, são usados fundamentalmente para proveitos políticos e económicos (Nye 2009).

De forma a entender a política externa chinesa, é necessário compreender “ que a sua entrada económica e comercial em mercados emergentes, faz com que a China alargue a sua esfera de influências políticas. Esta por ventura posiciona-se para disputar influências com outras potências, tentando manter o equilíbrio de poder para impedir a emergência de poderes dominantes que poderiam danificar outras relações de poder” (Mendes 2008: 115). Os Estados, consideravelmente fortes como a República Popular da China têm a necessidade de estabelecer, alianças com Estados menos poderosos, no caso específico Angola, para a realização de coligações que sejam reciprocamente vantajosas. A relação estabelecida entre a China e Angola, tem uma tendência particular para equilibrar os poderes, a China utiliza o seu poder económico como instrumento de poder direto, tendo como objetivo os recursos energéticos angolanos, e que impeça a emergência de poderes dominantes que abafem o desenvolvimento de outras relações de poder.

Relativamente a Angola há uma vertente económica no que diz respeito aos recursos naturais (petróleo), e as receitas provenientes dessa venda. “ O equilíbrio de forças, ou equilíbrio de poderes entre ambos os Estados, é um mecanismo central para regular o conflito internacional. Trata-se no fundo, de procurar um equilíbrio de poder que na linha da doutrina realista se designa de Balança de poder ” (Mendes 2008: 107-118). Partindo desta perspectiva, verificamos que o conceito de balança de poder “ aparece estudado como categoria histórico-política desde o Congresso de Viena de 1815 ⁹ até ao fim da Primeira Guerra Mundial” (Moreira 2005: 264). É um conceito que tem sido recorrentemente criticado devido aos seus diversos significados. Ernest B. Haas refere que a balança de poder “ é qualquer distribuição de poder, processos de os equilibrar ou contra- balançar, estabilidade e paz num determinado concerto de poderes, a política de poder em geral, uma lei universal da história, um sistema, um guia para os decisores políticos” (Dougherty e Pfaltzgraff 2003:54).

Por outro lado, Hans J. Morgenthau menciona que a balança de poder é: “um instrumento eficaz para gerir o poder no interior de um sistema internacional anárquico baseado em relações competitivas entre os Estados” (Dougherty e Pfaltzgraff 2003: 100). Da sua definição faziam parte os seguintes elementos: “uma política destinada a produzir um determinado relacionamento entre os Estados; um determinado relacionamento entre Estados; uma

⁹ Congresso de Viena de 1815 : “ realizado após as guerras Napoleónicas, onde se estabeleceu um sistema de balança de poder na Europa e regulou as crises diplomáticas ocorridas entre 1815 e 1856” (Sousa 2008:47).

distribuição de poder em que a igualdade é aproximada; qualquer distribuição de poder, contudo, a preservação da paz internacional não depende tanto da balança de poderes em si mesma mas mais do consenso internacional que permite determiná-la” (Dougherty e Pfaltzgraff 2003:100-101). Morgenthau considerou o conceito de balança do poder como uma consequência natural do poder político, ou seja, como um conceito universal. Para os realistas clássicos, o equilíbrio de poder pode ser empregado para descrever uma determinada realidade. Na verdade a política de equilíbrio é quase uma decorrência da anarquia internacional e da inevitabilidade do conflito num mundo de soberanias múltiplas.

1.2.1 O poder na concepção do Neo-Realismo ou Realismo Estrutural

Foi a teoria realista clássica, que forneceria uma base sólida para a formação da teoria neorealista das relações internacionais. O neo-realismo permaneceu como teoria dominante até meados de 1970, sendo que as abordagens teóricas do neorealismo expandiram-se no decorrer da década de 80. A teoria neorealista vira a conceder maior rigor à tradição realista, através de definições mais precisas e consistentes dos conceitos centrais. Esta teoria em específico, adotou o designado *realismo estruturalista*, normalmente identificado nos textos de Kenneth Waltz, que em 1979 publicou “ *Theory of International Politics*”, considerada a obra que concedeu o início deste novo tipo de realismo, pois representava uma promessa de renovação do realismo, que rapidamente ganhou adeptos. Sem abandonar os pressupostos centrais do realismo clássico, de Edward H. Carr e Hans. J Morgenthau, Waltz “ tem enorme cuidado ao definir exatamente aquilo que entende por teoria, argumentando que Morgenthau e os realistas clássicos tinham apenas elementos de uma teoria propriamente dita” (Cravinho 2002:199).

Para Waltz, a teoria deveria marcar o domínio para qual se dirige, mostrando fundamentalmente como esse domínio pode ser visto num campo independente (Waltz 2012). Alguns axiomas do realismo estrutural foram recuperados do realismo clássico e adequados ao mundo do século XX, mas os meios e os fins são vistos diferentemente. O realismo estrutural vai reter alguma influência notória fornecida por modelos sistêmicos, e pela escola de Munique de Kindermann. Grande parte da discussão desta teoria é centrada “ na questão da fronteira entre os níveis do sistema internacional e as unidades ou agentes, (...) para Waltz as relações internacionais podem ser divididas de acordo com dois níveis de análise, o do sistema e da unidade, aquilo que se chama estrutura, representa o nível de análise do sistema internacional” (Dougherty e Pfaltzgraff 2003:100-108). O neorealismo, contrariamente ao realismo clássico tem como foco, a estrutura do sistema internacional¹⁰, enquanto estrutura, que determina os relacionamentos entre os atores. No entender de Waltz “ os sistemas internacionais sofrem modificações através das alterações na distribuição de

¹⁰ Estrutura do Sistema Internacional: “ número e tipos de atores, ou agentes e distribuição das capacidades entre eles” (Dougherty e Pfaltzgraff 2003:133-134).

capacidades entre as unidades. Há medida que se modificam, também se modificam os padrões de interação entre os membros e os resultados que é possível esperar de tais interações” (Dougherty e Pfaltzgraff 2003:100-105). O conceito de estrutura baseia-se nas unidades sobrepostas, que se comportam de forma a produzir interações divergentes e resultados diferentes.

Quanto mais hierarquizado é o sistema, maior será a semelhança das funções entre unidades (Waltz 2012). “ Esta estrutura, segundo o autor, não tem a capacidade de determinar com precisão quais serão as decisões tomadas pelos Estados, mas gera determinados constrangimentos às ações dos mesmos, o que torna possível identificar possíveis sanções relativas a cada linha de ação escolhida pelos atores internacionais” (Mendes 2009: 203).

De acordo com Waltz, o conceito de estrutura assenta num fato específico, as unidades combinadas quando sobrepostas de forma diferente, produzem resultados diferentes, ao interagirem (Waltz 2012). “ Como elemento básico de um sistema anárquico, e em virtude da sua estrutura, encontramos a necessidade de as unidades do sistema terem de confiar nos meios e mecanismos que possam desenvolver para garantirem a sua sobrevivência e reforçarem a sua segurança” (Dougherty e Pfaltzgraff 2003:103). Para Waltz a estrutura do sistema nomeadamente os atores e suas capacidades, determinam alguns dos padrões de interação, incluindo o número de Estados que se alinham uns com os outros, formando assim uma balança de poder, que no caso específico da estrutura anárquica todas as unidades têm que conter uma necessidade mínima de segurança (Waltz 2012). A tarefa principal da teoria neorrealista de Waltz consiste essencialmente em explicar as variações em que as condições externas dos Estados os levam as diferentes direções. A obra de Waltz apresenta as razões pelas quais os Estados em situações idênticas no sistema internacional se comportam de modo também idêntico, sendo indiferente suas características internas. Assim sendo a explicação para o comportamento dos Estados não se encontra no nível interno mas sim no nível internacional (Waltz 2012).

Os teóricos neorealistas consideram que no sistema internacional, existe uma ausência de um governo, o sistema internacional é descentralizado, logo é considerado como sendo anárquico. É nesta base de um sistema internacional anárquico, que Waltz se fundamenta para encontrar a chave da política internacional. A estrutura emerge da coexistência dos Estados no sistema internacional, que é gerado espontaneamente. Se atendermos á perspectiva neorrealista, podemos interpretar que os interesses da República Popular da China são essencialmente resultantes das suas motivações internas, sendo que o seu comportamento é calculado em utilidade com as suas preferências.

Dado o desequilíbrio vigente no sistema internacional em termos de distribuição de poder “ a China utiliza a sua índole económica, cultural e civilizacional no plano internacional como meio de atingir um mundo multipolar, alterando a atual hierarquia do sistema internacional, marcadamente unipolar” (Mendes 2008: 240).

Por outras palavras, a China tem conseguido uma modernização económica e um aprofundamento das suas relações diplomáticas com Angola, ampliando de facto a sua projeção internacional porque o que mais interessa a República Popular da China é a preservação do seu *status quo* internacional. Da mesma forma que podemos evidenciar que a defesa da multipolaridade, visa diluir o poder no sistema internacional com a projeção de novas fontes de poder (Waltz 2012).

Respectivamente aos Estados, esta perspectiva procura evidenciar que tanto a República Popular da China como Angola são unidades que agem autonomamente, pois cada Estado é soberano. Sendo diferentemente dispostos perante o poder que cada um deles possui. No realismo estruturalista, “ Os Estados têm alternativas de adotar estratégias mais ou menos oportunistas juntando-se aos mais fortes em vez de se lhes oporem. Os Estados podem procurar a acomodação pacífica de interesses através de meios diplomáticos, incluindo estes a negociação e a concessão” (Dougherty e Pfaltzgraff 2003:115). Na prática, o conceito de Estado na teoria neorealista é similar ao seu antecessor realista clássico. Segundo Waltz, “ os Estados são como unidades, cada Estado será uma unidade política autónoma, sendo funcionalmente compatíveis com as limitações da estrutura” (Waltz 2008: 80). Sendo a República Popular da China considera uma unidade política autónoma dotada de vontades e objetivos, o seu foco central é movido por interesses internos. Em suma, a sobrevivência do Estado será o principal objetivo e é segundo Waltz um pré-requisito para alcançar outros objetivos, no entanto o seu comportamento só se explica pela natureza do sistema internacional (Waltz 2012).

Os Estados interagem num sistema de auto-ajuda, isto significa particularmente, que o facto da inexistência de uma autoridade que lhes conceda segurança, faz com que os Estados tenham atitudes de auto-interesses. As prioridades da atual política externa chinesa são esculpidas como referido pelas motivações internas, é caracterizada por uma diplomacia económica ativa quer no plano multilateral e bilateral. Os interesses internos, como a segurança energética tornaram-se uma prioridade central da política externa chinesa. Já a política externa Angolana é constituída essencialmente por *realpolitik*, os interesses e os objetivos angolanos são claramente realistas. Ambos buscam os seus próprios interesses nacionais (Waltz 2012).

O princípio da auto-ajuda tem com função auxiliar a compreensão das relações de interação entre as unidades num sistema anárquico, cabe aos Estados atuarem de forma racional, tendo como fim a sua sobrevivência. Neste ponto específico a teoria realista clássica e a teoria neorrealista, coincidem, pois a política externa dos Estados tem como objetivo defender os interesses internos e a sua sobrevivência. “ A sobrevivência num ambiente anárquico leva os Estados, ou mais exatamente os seus governantes a adotarem uma multiplicidade de estratégias” (Dougherty e Pfaltzgraff 2003:115).

“ Os Estados numa ordem anárquica tem que promover a sua própria segurança, e as ameaças a sua aparente segurança, abundam (...) individualmente os Estados só pensam em reforçar a sua segurança” (Waltz 2008: 59). A China tem uma postura muito realista na condução da sua política externa, estrategicamente ela visa buscar vantagens na mudança da estrutura do sistema internacional para aumentar a sua influência, promovendo a sua sobrevivência e segurança. Entre os pontos fulcrais da teoria neorealista encontramos a tentativa de aperfeiçoar o conceito de poder, já que o realismo clássico utiliza esse conceito de forma vaga. O conceito de poder representa um dos mais importantes e perturbadores conceitos da teoria das relações internacionais, devido a sua centralidade na teoria neorealista e realista clássica, as tentativas de aperfeiçoar o conceito são abundantes (Waltz 2012). No neorealismo o poder é visto como um meio para atingir outros objetivos, o excesso de poder poderá ser indesejável, pois poderá atrair coligações rivais. Nas palavras de Waltz:

“The neorealist rather than viewing power as an end in itself, see power as a possibly useful means, with states running risks if they have either too little or too much of it. Weakness may invite an attack that greater strength would dissuade an adversary from launching”. Power “is a possibly useful means, and sensible statesmen try to have an appropriate amount of it. In crucial situations the ultimate concern of states is not for power but for security” (Waltz 2008: 79).

Kenneth Waltz rejeita a concepção casual do poder, preferindo em vez disso sublinhar a noção antiga mas simples de que um agente dispõe de poder na medida em que afeta outros mais do que estes o afetam a ele próprio. Waltz desenvolve a sua ideia sustentando que é possível ordenar as capacidades dos Estados tendo em conta a forma em que eles se comportam em todos os itens: dimensão da população e do território, disponibilidade de recursos, capacidade económica, força militar, estabilidade e competências políticas. Para este autor o “conceito de poder é usado como característica definidora da estrutura, o poder na teoria neorealista é simplesmente a capacidade combinada do Estado, a sua distribuição pelos Estados e as mudanças nessa distribuição, ajudam a definir as estruturas e suas respectivas mudanças” (Waltz 2008: 79).

Sendo a República Popular da China detentora de poder económico, o aumento desse poder não deixa de ser desejado, porque o poder é visto como um fim próprio, desta forma a China deverá possuir apenas o poder necessário para atingir os seus objetivos, sendo que a sua preocupação central seja a sua segurança e não o poder. A busca pelo poder marca sobretudo a relação entre Estados no plano internacional, pois estes necessitam de aprimorar os seus mecanismos de segurança, tendo como objetivo dominar outros Estados.

No realismo estruturalista, existe uma disputa pelo poder, mas este não se encontra relacionado com a natureza do homem, mas com a estrutura do sistema internacional, onde não existe autoridade supranacional e a distribuição do poder entre Estados é desigual. Dentro do realismo estrutural, ainda existe a divisão entre realismo ofensivo e defensivo. No realismo ofensivo pensa-se que algumas situações na política internacional se assemelham ao dilema do prisioneiro¹¹ (este modelo não evidencia a obtenção da segurança por parte dos Estados, pois a segurança mutua não é suficiente, pois os seus pressupostos de segurança são incompatíveis com os restantes atores) (Waltz 2012).

No realismo defensivo, sublinha-se o papel desnecessário dos conflitos, vendo o dilema do prisioneiro com um aspeto que captura as mais importantes dinâmicas da política internacional, nomeadamente quando um Estado aumenta a sua segurança, que tem como efeito a diminuição da segurança de outro Estado. Seguindo este pressuposto, verificamos que a República popular da China maximiza a segurança antes do poder. Sendo o poder a forma mais eficiente de garantir a sua sobrevivência num sistema internacional anárquico, onde os Estados competem por mais poder, mas apenas o suficiente para manter o equilíbrio da balança de poder. O realismo estruturalista tem no conceito de balança de poderes um dos conceitos primordiais, para eles o “ nível sistémico das estruturas interagem entre as unidades num determinado período de tempo, é definido pela combinação das partes do sistema e pelos princípios dessa respectiva combinação” (Daddow 2013:130). Na realidade entre a China e Angola existe uma competição por mais poder, no sistema internacional anárquico, mas a China é de facto a unidade detentora de mais poder, possuindo assim uma capacidade acrescida para se auto-ajudar, e garantir a sua própria sobrevivência. Como as capacidades Angolanas são inferiores as da 1ª unidade, ela procura aliar-se de forma a contrapor a sua superioridade trazendo de volta um equilíbrio de poderes (Daddow 2013).

Em síntese, o realismo estruturalista de Waltz, apresenta-nos a imagem estrutural do sistema internacional, este encontra-se assente em dois princípios centrais: o princípio da anarquia internacional e o princípio da auto-ajuda, as relações de poder entre as unidades podem conduzir a uma cooperação ou competição. A possibilidade de existência de uma cooperação entre a China e Angola é tida no neorealismo como algo difícil de se concretizar, pois o neorealismo “não nega a existência de cooperação internacional, mas afirma que “ a

¹¹ Dilema do Prisioneiro : “ o mais conhecido exemplo de jogo de soma não zero (...) De acordo como dilema do prisioneiro, cada jogador, leva unicamente em conta o seu próprio interesse, recebe uma recompensa superior se abandonar a cooperação do que se cooperar” (Dougherty e Pfaltzgraff 2003:719-720).

cooperação acontece apenas quando as circunstâncias o permitem, quando não constitui uma ameaça aos interesses vitais dos Estados e quando não se verifica uma situação em que os ganhos relativos do outro Estado rival sejam superiores” (Cravinho 2002: 209-210).

Em casos onde os Estados simplesmente se focam nos ganhos relativos e não nos ganhos absolutos, a cooperação fica dependente da respectiva concordância de ambas as unidades, já que em primeiro lugar as unidades devem verificar se os ganhos das outras unidades, afetarão os seu próprio *status quo*. Isto significa, que num ambiente onde prevalece o princípio da autoajuda, os Estados preocupam-se essencialmente com a sua sobrevivência, evitando favorecer mais aos outros do que a eles próprios. As unidades preocupam-se em não se colocar em situações de dependência em relação a outros Estados, buscam sempre a sua independência. No sistema internacional, não existe espaço para a cooperação de livre vontade entre unidades, a própria anarquia internacional facilita o conflito, e prejudica a cooperação entre as unidades, onde a prioridade destes é a sobrevivência no sistema internacional. A cooperação ainda é percebida como instrumental, não avança muito na resolução dos dilemas relativos aos Estados (Waltz 2012).

1.2.2 O poder na teoria Neo-liberal

O Neoliberalismo surge no âmbito das relações internacionais, em grande medida, através de Robert Keohane e Joseph Nye, em 1977 com a publicação da obra “*Power and Interdependence*”, a teoria da interdependência complexa, encontra-se empregue no neoliberalismo ou designado institucionalismo. Esta teoria conduziu “ a uma nova vida para a tradição liberal nas Relações Internacionais e provocaram um intenso debate teórico com o realismo ao longo dos anos 80 e 90” (Nogueira e Messari 2005: 96). Os autores desta teoria defendiam que os processos transnacionais iriam modificar o carácter do sistema internacional. “ Com a obra *Power and interdependence*, pretendem demonstrar que a própria interdependência, poderá ser uma fonte de conflito e um recurso de poder” (Nogueira e Messari 2005: 82).

Até meados dos anos 90 Kenneth Waltz, e a sua formulação rigorosa do realismo, passou a ocupar um lugar de grande importância na nova ortodoxia. Neste contexto “ as teses do modelo da interdependência complexa perderam espaço. Os temas económicos continuam subordinados, numa hierarquia aos imperativos da segurança; o uso da força continuava a ser uma opção real, até mesmo entre as superpotências; e o Estado continuava a ser o ator principal na política mundial, controlando quando necessário os movimentos dos demais atores privados. Em outras palavras o sistema internacional continuava a funcionar de acordo com a lógica de competição pelo poder ditada pela condição de anarquia. Não havia sinais mais concretos, como sugeriram Keohane e Nye, de mudança no sentido dos sistema mais

interligado e interdependente, “governado” por meios de organizações e regimes de cooperação, e portanto menos anárquicos” (Nogueira e Messari 2005: 89).

Keohane pretendia de facto “ realizar uma teoria das relações internacionais em que os Estados soberanos contemplassem estratégias de cooperação sob o conflito” (Keohane e Nye 2001). Esta revisão conceptual levaria a uma aceitação de dois princípios basilares do realismo:

- “ Os Estados continuam a ser os atores mais importantes da política internacional e deve ser considerado ator unitário” (Nogueira e Messari 2005: 90).
- “ O sistema internacional é anárquico (descentralizado), e as ações dos Estados são em grande parte explicadas a partir desse princípio organizador da estrutura do Sistema” (Nogueira e Messari 2005:90).

Contrariando as premissas centrais e contrapondo ao realismo, que se concentra essencialmente: “nos Estados como unidades coerentes, atores dominantes da política mundial, onde a força é um instrumento político efetivo e utilizável, (...) os realistas assumem questões hierárquicas na política mundial, estas são fundamentalmente lideradas por questões de segurança “militar: o *high politics* da segurança militar domina o *low politics* da economia e dos assuntos sociais” (Keohane e Nye 2000: 20).

O neorealismo procura identificar as estruturas da anarquia internacional, considerando que os comportamentos dos Estados explicam-se pela própria natureza do sistema internacional. Nesta perspectiva teórica os atores transnacionais não existem, estes não possuem qualquer tipo de importância política. No entanto esta “ teoria permite-nos imaginar um mundo onde a política é continuamente caracterizada por potenciais conflitos entre Estados, onde o uso da força é sempre uma possibilidade a utilizar” (Keohane e Nye 2000: 20). Para o neorealismo as concepções teóricas da interdependência complexa, traduziam um afastamento das relações transnacionais, particularmente aquelas que eram executadas por atores não-estatais. O princípio central recai sob o Estado como ator racional, interessado em maximizar o seu próprio bem-estar. A segunda concepção implica um abandono de uma das mais importantes reivindicações da interdependência complexa, onde representaria “ uma mudança estrutural da política internacional, impondo uma nova lógica a seu funcionamento, distinta daquela característica do sistema anárquico” (Nogueira e Messari 2005:90). Mas será no entanto com a interdependência complexa que se irá efetuar uma observação mais real da própria realidade.

Devido às economias mundiais se encontrarem cada vez mais interligadas e interdependentes pelo avanço significativo do volume do comércio e pelos avanços das comunicações, os países encontravam-se diante de problemas políticos, económicos e sociais, sob o qual os Estados não tinham qualquer controlo.

Como característica dessa transição para uma nova política mundial, encontramos presente a emergência de novos atores não estatais. Contrariamente à posição neorealista que define que atores como as Organizações Internacionais são, “atores de papel menor, limitado pelo poder do Estado e da força militar”, (Keohane e Nye 2000: 32), a teoria da interdependência Complexa, refere que as Organizações Internacionais podem atuar em arenas políticas internacionais, e formar coligações. Logo, a emergência destes novos atores irá fazer com que estes coexistam com os Estados, provocando efeitos importantes na política mundial. Um dos efeitos a salientar é o facto de estes atores terem um papel de comunicadores, transmitindo assim uma política para além das fronteiras nacionais. Para além de introduzir um novo conceito, interdependência complexa, houve a redefinição do conceito de poder e de interesse nacional. É com o conceito de “interdependência¹²” que se evolui para o conceito de “complexa” que se tenta compreender as relações entre os Estados e os atores transnacionais, numa dinâmica de política mundial, contrapondo os princípios basilares do neorealismo. As principais características da interdependência complexa são:

- Canais Múltiplos - “As sociedades são ligadas por canais múltiplos que incluem: formais entre os governos e informais entre as elites governamentais e não-governamentais. Estes canais podem ser sintetizados como: intraestatais, transgovernamentais, e relações transnacionais. As relações intraestatais são os canais assumidos pelos realistas. Transgovernamentais é aplicado quando deixamos de parte as hipóteses realistas, onde os Estados atuam como unidades coerentes” (Keohane e Nye 2001: 21).
- “A agenda das relações interestatais não obedece a uma hierarquia clara e consistente: os temas de segurança nem sempre predominam, muitas questões têm origem no cenário nacional e dificultam a distinção entre interno e externo; matérias diferentes levam a coligações distintas, cometendo vários graus de conflito” (Keohane e Nye 2001: 21).

¹² Interdependência: “é um processo que respeita a situações nas quais os atores ou eventos como partes de um sistema afetam-se mutuamente, que se caracteriza através de quatro variáveis: as origens, os benefícios, os custos e a simetria” (Nye 2002: 225). “De acordo com Robert Keohane e Joseph S. Nye a interdependência comporta sempre custos, uma vez que a interdependência restringe a autonomia, sendo impossível especificar a priori se os benefícios de uma relação excedem os custos. Os mesmos autores conceptualizam a interdependência como sendo constituída por duas dimensões: sensibilidade e vulnerabilidade. A sensibilidade implica vários graus de reação num determinado contexto político (...) a vulnerabilidade pode ser definida como a sujeição de ator a sofrer os custos impostos por acontecimentos externos mesmo depois de as políticas terem sido alteradas” (Dougherty e Pfaltzgraff 2003:139).

- “ Verifica-se uma ausência de hierarquia entre os temas da agenda internacional. Tradicionalmente dividiam-se os temas entre questões de alta política (segurança, armamentos, alianças etc) e de baixa política (basicamente economia), sendo que os primeiros tinham precedência e condicionavam os segundos. Na interdependência complexa, não se verifica mais tal precedência e os temas económicos são na maior parte do tempo decididos em seus próprios termos, sem considerações de natureza estratégica” (Nogueira e Messari 2005: 85).
- “ A força militar não é empregue quando a interdependência complexa prevalece numa dada região, ou numa determinada matéria, os governos envolvidos não empregam a força uns contra os outros” (Keohane e Nye 2001: 21-22).
- “É cada vez mais difícil vincular negociações sobre questões de baixa política a questões de segurança. Em outras palavras, uma superioridade militar dificilmente influenciará o resultado de uma disputa económica” (Nogueira e Messari 2005: 86).
- “ Fronteira entre o doméstico e o internacional é difusa. Torna-se cada vez mais difícil distinguir entre um espaço e outro à medida que as interconexões se multiplicam e atravessam as fronteiras dos Estados nacionais. Os diferentes atores podem estar atuando simultaneamente dentro e fora dos países, gerando processos transnacionais difíceis de classificar de acordo com a divisão interno/ externo” (Nogueira e Messari 2005: 85).

Na interdependência complexa existe claramente um papel diminuído das forças militares, “ Sobreviver é um dos principais objetivos de todos os Estados, em situações de conflito a força poderá ser necessária para garantir a sobrevivência. A força militar é sempre a componente central do poder nacional, mas no entanto não é apropriado para atingir outros objetivos como económicos, ecológicos, etc” (Keohane e Nye 2001: 23), contrariamente, na teoria realista, “a segurança militar seria um dos objetivos centrais dos Estados, este objetivo iria afetar questões que não envolvem diretamente o poder militar ou territorial” (Keohane e Nye 2001: 23). Na continuidade dos processos de interdependência é praticamente obrigatório constituir uma relação com os regimes internacionais¹³, pois, um Estado ao executar e definir uma agenda de política externa, regularmente vai chocar com os interesses de outros Estados. Quando esse acontecimento se verifica, leva o Estado a enfrentar problemas cujas soluções o superam, especialmente num contexto multilateral.

¹³ Regimes Internacionais: “ De acordo com John Ruggie, o introdutor do conceito em 1975, um regime internacional consiste num conjunto de expectativas, regras e regulamentos, planos entidades organizacionais e compromissos financeiros aceites de forma recíproca por um grupo de Estados. Estes regimes caracterizam-se por diversos níveis de desenvolvimento institucional. O regime internacional engloba áreas tão distintas como a defesa, o comércio, a política monetária, o direito e a política alimentar. Os regimes internacionais têm sido definidos, de forma contínua, como princípios, normas, regras e processos de tomada de decisão em torno dos quais convergem as expectativas de cada ator, em determinados assuntos” (Dougherty e Pfaltzgraff 2003:669-670).

A interdependência portanto, é para Keohane e Nye: “ uma via de duas mãos: todos os atores envolvidos são atingidos, em maior ou menor medida, por efeitos de acontecimentos ocorridos fora de suas fronteiras e decididos por outros governos ou pessoas” (Keohane e Nye 2000: 162).

Para os neo-liberais os efeitos recíprocos que caracterizam uma relação de interdependência, são fundamentalmente os custos que os Estados envolvidos obtêm. Numa situação de interdependência os ganhos que um Estado obtém, não se encontra livre de um conflito distributivo, motivo este, que distingue os ganhos relativos. Mesmo que a interdependência signifique uma dependência mútua entre os atores internacionais¹⁴, isto não significa propriamente que haja um equilíbrio entre as partes. Contudo, os Estados procuram, sobretudo controlar os fatores que condicionam a sua execução económica. Assim sendo, os teóricos neo-liberais, Keohane e Nye demonstram que o aprofundamento da economia internacional torna a interdependência obrigatória, forçando assim, os Estados a tentar encontrar mecanismos para combater os seus efeitos negativos (Nogueira e Messari 2005).

Os principais efeitos produzidos pela interdependência complexa são:

- **Sensibilidade:** “ é o indicador do impacto, medido em termos de custos, que uma ocorrência em um país tem sobre a sociedade de outro. Quanto maior a interdependência, maior a sensibilidade” (Nogueira e Messari 2005:83).
- **Vulnerabilidade** “ mede o custo das alternativas disponíveis para fazer frente diante do impacto externo. A vulnerabilidade de um país será alto quanto mais alto for o custo das iniciativas necessárias para fazer frente aos efeitos gerados pela interdependência” (Nogueira e Messari 2005: 84).

Ao propor este modelo Keohane e Nye, afirmam que o neorealismo “ estaria ultrapassado por não conseguir explicar adequadamente as mudanças na política mundial” (Nogueira e Messari 2005: 86). “ Do ponto de vista teórico a interdependência complexa atingiu claramente o conceito de interesse nacional, o Estado já não é encarado como um ator unitário mas sim como uma “arena em que interesses de diferentes grupos da sociedade se enfrentam já não podemos inferir o interesse nacional do comportamento do Estado, mas precisamos identificar quais os interesses que seus representantes defendem em cada contexto específico” (Nogueira e Messari 2005: 87).

¹⁴ Atores Internacionais: “ entendemos todas as entidades, Estados, autoridades, organizações, grupos ou pessoas que tomam parte ativa nas relações transfronteiriças, desempenham um papel destacado na vida internacional. São agentes ou protagonistas com capacidade para decidir as relações de força no sistema internacional, isto é agentes com poder para intervir e decidir as relações internacionais aos seus mais variáveis níveis, de forma a poderem atingir os seus objetivos” (Cravinho 2002: 5).

Na verdade não é necessariamente sobre um mundo mais cooperativo em função das suas interconexões que a interdependência complexa aborda, para Keohane e Nye a interdependência complexa é uma fonte de conflito. Esta teoria trouxe claramente para o debate o papel das organizações internacionais, estas serviriam “ para reduzir os custos da interdependência e criara condições favoráveis à cooperação, vista como meio mais eficaz para lidar com os conflitos gerados pelos novos padrões das relações internacionais. Uma vez que os Estados tinham de enfrentar os efeitos de uma rede muito complexa de processos e atores (estatais e não-estatais), e uma vez que tais efeitos eram recíprocos na interdependência, as soluções deveriam ser igualmente procuradas por meio de estratégias comuns” (Nogueira e Messari 2005: 87- 88). Contrariando assim, a tradição neorealista de Waltz, onde as organizações internacionais “ são vistas como joguetes nas mãos dos Estados, intervindo nos espaços que os Estados lhe permitem” (Cravinho 2002:209).

Na interdependência complexa as relações realizadas entre os atores, resultam em custos para os atores envolvidos, ou seja é de acordo com o poder que cada ator possui assim com a natureza das relações existentes que serão identificados os custos adquiridos e os benefícios, logo as relações de interdependência entre os atores não são simétricas. A assimetria das relações de interdependência entre os atores descreve a realidade das relações internacionais, os atores sofrem com as limitações, mas a projeção de poder mostra o menor grau de vulnerabilidade dos atores (Nye 2009).

2. Estruturação do relacionamento entre a China e Angola

Na abordagem executada à concepção realista das Relações Internacionais, verifica-se que o Estado é o principal ator na política mundial. Porventura, o comportamento do Estado explica-se tanto pela estrutura do sistema internacional (anárquico), como pela distribuição de poderes entre os atores. A segurança e o uso da força continuam a ser uma opção real. Em suma “ o sistema internacional continua a funcionando de acordo com a logica de competição pelo poder ditada pela condição de anarquia” (Nogueira e Messari 2005: 89). Nesta abordagem teórica o desenvolvimento de uma possível relação entre as unidades será de facto difícil de se executar, pois os Estados numa condição de anarquia obedecem a uma logica de competição, já que a cooperação entre as unidades não será realizada de livre vontade, pois a própria anarquia internacional facilita o conflito e prejudica a cooperação entre os Estados, logo a sobrevivência destes é a prioridade.

Contrariando, “ esta perspectiva teórica, nomeadamente na questão de cooperação internacional entre as unidades, deparamo-nos com a teoria Neoliberalista” (Nogueira e Messari 2005: 89). Em relações internacionais é importante esclarecer o termo neoliberal, o qual consiste “ (...) essencialmente para caracteriza uma abordagem que se baseia na possibilidade de progresso internacional (incrementos de paz, cooperação e ajuda mútua para resolver problemas em comum) ” (Cravinho 2002: 222).

Dentro desta corrente encontram-se como promotores: Robert Keohane e Joseph Nye. Esta abordagem teórica encontra-se associada ao liberalismo Wilsoniano (idealismo), logo o termo neoliberal, serve para sugerir uma ligação a uma corrente teórica que serviu de contraposição ao realismo clássico (Nye 2012).

A tradição liberal caracterizava-se “ pela preocupação com as relações entre os indivíduos, sociedade e governo no âmbito doméstico” (Nogueira e Messari 2005: 58). Sendo que o problema político mais importante para os liberais é a “ construção de uma sociedade bem-ordenada que assegure aos indivíduos as melhores condições para o exercício de sua liberdade” (Nogueira e Messari 2005: 59).

Esta teoria destaca, “ as prerrogativas e as obrigações legais internacionais, a natureza harmoniosa de interesses na paz, e a reminiscência da mão invisível¹⁵ de Adam Smith, como regulador para a preservação da paz internacional, uma confiança extrema na razão e na sua capacidade para conduzir as questões humanas, tal como na capacidade da opinião pública mundial para construir a paz” (Dougherty e Pfaltzgraff 2003:82). Na verdade o liberalismo nas relações internacionais constituir a base para as restantes vertentes teóricas do liberalismo, esta teoria comporta uma grande variedade de matrizes, desde matrizes filosóficas às naturalistas. Possui como elemento central o “ pressuposto da harmonia de interesses na paz ao nível da coletividade, ou Estado-nação. Baseada no interesse de cada indivíduo num mundo pacífico. O mais alto interesse de cada indivíduo coincide com o da comunidade mais alargada (...) ” (Dougherty e Pfaltzgraff 2003:83). Nesta abordagem, o Estado passa a ser percebido como uma potencial ameaça, a desconfiança em relação ao Estado é tida com um traço marcante na tradição liberal, ele é necessário “ para proteger os indivíduos contra ameaças externas (invasões, agressões imperialistas etc.) e contra grupos e indivíduos que, internamente, não respeitam o império da lei” (Nogueira e Messari 2005: 60). O Estado, para a tradição liberal “enxerga outras forças pulverizadas juridicamente guiadas no interior e no exterior dos Estados que possuem papel legitimante nas Relações Internacionais” (Castro 2012: 338).

A tradição liberal, limitava-se a justificar os interesses do *status quo*, sendo que a harmonia de interesses da paz seria um dos elementos primordiais. Como tal, as linhas gerais desta teoria refletem-se no: “ indivíduo e em suas formas de organização na sociedade, continua a ser um elemento central nas análises liberais contemporâneas, em particular em modelos de política externa (...) A defesa do livre comércio vem assumindo no contexto da globalização um status de regra fundamental das relações económicas internacionais (...) ” (Nogueira e

¹⁵ Mão Invisível : “ o mecanismo da competição fazia com que o desejo de melhorar as próprias condições de vida se tornasse em um agente benéfico para a sociedade ao contrapor o impulso de enriquecimento do indivíduo ao dos demais. Dessa competição, surge a mão invisível para equilibrar os preços das mercadorias em seus níveis naturais” (Nogueira e Messari 2005: 60).

Messari 2005:74). Por ventura, o “ caracter anárquico da natureza do sistema internacional, é similar ao defendido pelos teóricos realistas nas no entanto as diferenças entre ambos carece no facto dos liberais não aceitarem essa condição como sendo imutável” (Nogueira e Messari 2005).

Como foi já referido o termo “neoliberal”, remete-se para um ligação umbilical ao liberalismo Wilsoniano, a própria utilização do rótulo neoliberal tem o propósito de reenquadrar e ressuscitar, alguns temas de importância para Morgenthau, Niebuhr e Carr. Existe uma área ampla de concordância com o neorealismo de Waltz, desde as perspectivas ontológicas, às epistemológicas, mas a questão central que os distingue é sobretudo a natureza e o papel das instituições, daí surgiu um termo mais apropriado de utilizar o “institucionalismo” (Cravinho 2002: 223). O institucionalismo “ procura compreender o comportamento dos Estados, em especial, a cooperação e o conflito entre Estados por via das instituições¹⁶ que dão significado e atribuem importância a esse comportamento. Mais, considera que o comportamento do Estado é altamente condicionado pelas instituições” (Cravinho 2002: 222-223). Portanto, “ as instituições afetam o comportamento dos Estados de diversas maneiras: a nível de fluxo de informação e das oportunidades de negociação; a nível da capacidade de verificar o cumprimento de compromissos assumidos; a nível do grau de expectativas quanto a solidez de acordos internacionais” (Cravinho 2002: 223).

O desenvolvimento do institucionalismo é uma forma de investigar o conteúdo da governança internacional atenuando aspetos menos plausíveis. Esta corrente teórica menciona que o relacionamento internacional encontra-se assente numa base de anarquia internacional¹⁷ esta gere, inseguranças e conflitos. A própria anarquia internacional poder ser “ concebida como um ambiente em que a cooperação é possível, e não necessariamente como um Estado de natureza Hobbesiano (um Estado de guerra de todos contra todos) ” (Nogueira e Messari 2005: 91). O Estado nesta corrente teórica não fica muito afastado do modelo primitivo defendido por Morgenthau, ou seja, o Estado é racional, e egoísta, é simplesmente orientado para a realização dos seus interesses próprios, sendo que o progresso económico é mais prioritário que as questões de segurança. O institucionalismo, atenua a hostilidade do meio anárquico, “ dizendo que os Estados, reconhecem interesses comuns, criam instituições úteis para a prossecução desses interesses comuns” (Cravinho 2002:227).

¹⁶ As instituições são o: “ conjunto de regras (formais e informais), ligadas entre si e persistentes no tempo, que prescrevem o comportamento de cada ator, constroem as atividades e moldam expectativas. Esta definição inclui três categorias de instituições: organizações (com objetivos específicos, existência burocrática e regras explícitas); regimes (no sentido de ordens negociadas para a resolução de problemas comuns em áreas temáticas); convenções (regras e entendimentos implícitos) ” (Cravinho 2002: 223).

¹⁷ Anarquia Internacional : “ entende-se, não uma situação de caos, mas simplesmente um contexto em que cada ator (Estado) pode apenas contar consigo próprio, visto que nenhuma força superior existe para garantir a sua sobrevivência e para zelar pelos seus interesses” (Cravinho 2002: 227).

Os institucionalistas consideram que determinados fatores internos podem exercer influência no comportamento do Estado, mas este não deixa de possuir comportamentos unitários no plano internacional.

Keohane refere que: “ os institucionalistas não elevam os regimes internacionais a posições míticas de autoridade em relação aos Estados: pelo contrário, os regimes são estabelecidos pelos Estados para atingirem propósitos. Face dilemas de coordenação e colaboração em condições de interdependência, os governos procuram instituições internacionais para permitir que atinjam os seus objetivos por via de ação coletiva limitada. Estas instituições servem os objetivos de Estados não tanto aplicando as regras (...) mas mais facilitando a criação e observação de acordos através de fornecimento de informação e da redução nos custos de transação” (Keohane 1993: 273-274). Perante isto as “ instituições internacionais, demonstram ser atenuantes do fundo anárquico e a sua presença altera significativamente o comportamento dos Estados” (Cravinho 2002:225). Devido ao facto, do institucionalismo ter a anarquia internacional como princípio orientador do sistema internacional, faz com que os relacionamentos cooperativos entre os Estados sejam atenuadores da natureza anárquica do próprio sistema internacional.

Para Robert Keohane, “ as interações entre os atores conferem maior promoção á cooperação¹⁸ entre os Estados. No entanto, não deve ser desconsiderado, as dificuldades em se realizar acordos, devidos as limitações provenientes do sistema, mas existem possibilidades que contribuem para a realização do mesmo, como os regimes ou as instituições internacionais que no exercício das suas funções contribuem para criar cenários propícios a cooperação entre os Estados” (Mendes e Lima 2005: 69). Os regimes internacionais¹⁹ facilitam a cooperação por meio das funções que exercem para os Estados: diminuem no sistema internacional a anarquia, garantem acordos, fornecem informações sobre os restantes Estados, principalmente sobre a sua disposição a cooperar, e reduzem custos transnacionais. Segundo Keohane, a cooperação internacional, pressupõe a existência de um conflito, esta “ requer ocorrência de ajustes nas condutas dos Estados, num processo de coordenação de políticas em que o comportamento de um ator é visto como compatível com a promoção dos objetivos de outro” (Mendes 2008: 69).

¹⁸ Cooperação: “ agir conjuntamente com o outro, ou interagir em vista á realização de um fim comum. O sucesso na obtenção deste objetivo comum depende de determinadas condições que a cooperação implica, tais como um consenso em relação aos fins a atingir, a existência de interesses comuns, a confiança reciproca dos atores, um acordo sobre o modo de coordenação das ações, a participação ativa de todos os elementos, etc” (Sousa 2008:54).

¹⁹ Regimes Internacionais: “consiste num conjunto de expetativas, regras e regulamentos, planos, entidades organizacionais e compromissos financeiros aceites de forma reciproca por um grupo de Estados” (Dougherty e Pfaltzgraff 2003:669).

Lançando mão da teoria dos jogos²⁰, o teórico Robert Keohane ilustra o problema da cooperação na anarquia através do conhecido Dilema do Prisioneiro. Keohane desenvolve preceitos respectivamente aos comportamentos dos atores no sistema internacional, e propõe demonstrar os arranjos cooperativos entre os atores, mostrando que os atores com interesses em comum podem atingir resultados piores porque não cooperam entre si.

No Dilema do Prisioneiro, “ quando o jogo é realizado uma só vez entre dois atores racionais e auto-interessados - diante da incerteza quanto à alternativa adotada pelo outro ator e temendo o pior resultado, qual seja, de ter que arcar sozinho com os custos de provisão do bem comum cada um tem na desistência sua estratégia dominante. Assim sendo, todos deixam de auferir os ganhos máximos que poderiam obter mediante o estabelecimento da cooperação” (Mendes e Lima 2005: 70). O dilema do prisioneiro “ identifica os Estados como atores capazes de auferir ganhos consideráveis a partir de mútua cooperação” (Mendes e Lima 2005: 73). Este representa “ de forma emblemática a anarquia como um ambiente descentralizado no qual o conflito emerge devido à situação em que os Estados interagem” (Nogueira e Messari 2005: 93).

“ A abordagem que o institucionalismo confere ao problema da cooperação internacional possui vários desdobramentos, sobre como os Estados estabelecem os seus interesses e como fundamentalmente os alcançam. A própria recorrência ao dilema do prisioneiro induz os atores envolvidos como maximizadores e individualistas. Como tal o objetivo a alcançar pelos participantes é obter a melhor situação possível em termos de ganhos auferidos. Uma das condições necessárias para que haja cooperação entre atores é a existência de interesses compartilhados. Na realidade esta condição não é suficiente, pois poderá existir situações, onde os atores partilham interesses, mas não há ajuste de políticas, logo levaria à discórdia e não à cooperação. Um dos exemplos de relevância sobre a cooperação internacional entre dois atores é o caso da República Popular da China e Angola” (Mendes e Lima 2005: 73).

A cooperação internacional pode ocorrer de três maneiras distintas: tática, por meio de negociação, e de maneira imposta. A cooperação existente entre a República Popular da China e Angola é exercida através de uma cooperação negociada, onde o ajuste é executado através de um processo explícito de negociação. A China, tem criado objetivos específicos para a sua “inserção internacional”, utilizando assim como instrumento indispensável na sua política externa a sua imensa capacidade económica.

²⁰ Teoria dos Jogos: “ a teoria dos jogos assenta numa forma abstrata de raciocínio que surge através de uma combinação de matemática e lógica. Nas ciências sociais, a teoria dos jogos específica o que acontece numa situação em que os atores - cada um com estratégias, objetivos e resultados preferidos se envolvem numa interação que tem a forma de um jogo” (Dougherty e Pfaltzgraff 2003:714-715).

A relação existente entre a China e Angola é algo que poderemos considerar como sendo recente, no período colonial a, China apoiou todos os movimentos de libertação de Angola, o MPLA²¹, UNITA²², FNLA²³.

No entanto, segundo os institucionalistas a cooperação, é considerada como o meio mais eficaz para atingir os objetivos dos Estados, ou seja a promoção do bem-estar interno, é claramente através da interdependência entre os Estados, que possibilita o alcance da paz através da cooperação.

A República Popular da China, ao longo dos anos tem vindo a desenvolver relações de cooperação com Angola no âmbito, financeiro, económico, comercial, e educacional. Devido às oscilações da política externa da China, Luanda e Pequim só estabeleceram relações diplomáticas em 1983. Em “ 1988, foi criada a Comissão Mista Económica e Comercial, as relações comerciais entre estes dois Estados melhoraram significativamente, ao longo dos anos 90, as trocas comerciais entre os dois Estados variaram entre: 150-700 milhões de dólares. Em 2007, Angola seria o principal parceiro comercial da República Popular da China, tendo contribuído para um aumento significativo do IDE (investimento direto estrangeiro) em Angola” (Vine 2009:59).

Após o ano de 2002, as relações de cooperação entre a China e Angola, deixam de ter uma base em defesa, e passam rapidamente para uma base económica. Segundo teórico institucionalista, Keohane, os atores ao cooperarem possuem interesses em comum, perante isto, verificamos que existem interesses em comum entre estes dois Estados, a China confere a Angola empréstimos, linhas de crédito para o desenvolvimento de Angola, tem no entanto como, contrapartida o fornecimento de recursos naturais, nomeadamente, petróleo, por parte de Angola, compreendemos assim que os Estados buscam o seu próprio bem, encontramos-nos na presença de uma “ simetria de ganhos, no entanto ainda que se identifiquem objetivos em comum, não deixam de ser atores egoístas e racionais” (Cravinho 2002: 222).

O primeiro financiamento realizado pelo Estado chinês, realizou-se no ano 2002 pelo Banco de reconstrução da China, e pelo Eximbank, os empréstimos obtidos por parte de Angola, tem como garantia o petróleo, este facto não é recente, remete-nos até a década de oitenta, altura em que: “ Angola precisava de financiamento para a comparticipação da Sonangol em desenvolvimentos na costa de Cabinda. Com o tempo, Angola estabeleceu um historial que lhe permitiu contrair empréstimos cada vez maiores, não só para a Sonangol mas também para o governo em geral” (Vine et al. 2011: 66).

²¹ MPLA : “ Movimento Popular de Libertação de Angola” (Campos e Vines 2008 : 2).

²² UNITA : “ União Nacional para a Independência Total de Angola” (Campos e Vines 2008 : 2) .

²³ FNLA : “ Frente Nacional para a Libertação de Angola” (Campos e Vines 2008 : 2).

Os empréstimos garantidos pelos recursos naturais servem como sendo um instrumento eficaz para garantir as suas prioridades orçamentais, sendo substanciais para o exercício do poder.

A questão energética tem influenciado a política externa chinesa, na verdade, um dos fatores internos que tem condicionado a sua política externa é a procura de recursos naturais, pois a China possui uma escassez em relação aos respetivos recursos. A China possui como centro da sua preocupação manter os índices de crescimento económicos, e aumentar a produção energética a nível interno. Angola faz dos seus recursos naturais, nomeadamente o petróleo, o seu principal rendimento. Com efeito, é o fornecedor natural de energias que alimenta as indústrias chinesas. A República Popular da China é o segundo maior importador de petróleo de Angola, este também é um dos principais intervenientes na indústria petrolífera Africana, “entre 2004 a 2007 Angola, registou o maior aumento de produção petrolífera, passando à frente da Rússia, Azerbaijão, Brasil, Líbia” (Vine et al.2011:50).

“A procura chinesa de petróleo bruto angolano reflete, em parte, o facto de que as refinarias chinesas estavam configuradas para processar petróleo bruto doméstico, que tende a ter um baixo conteúdo de enxofre - o que torna o petróleo bruto angolano mais atraente mas também mais caro do que o petróleo bruto do Médio Oriente, que é mais acre” (Vines et al.2011:61). Na realidade a China, tem “catalisado os antagonismos” (Mendes 2009:150), entre os líderes Angolanos, em seu benefício próprio, apresentando-se como um parceiro integral no desenvolvimento de Angola. “O motor da sua presença tem sido claramente a dependência dos recursos naturais e a procura de parceiros que fornecem condições únicas, de acesso aos respetivos recursos. Apesar da principal motivação da República Popular da China seja a sede de petróleo, esta sentiu necessidade de executar assistência a projetos de reconstrução das infraestruturas angolanas, as empresas de construção chinesa são parceiros estratégicos na realização de projetos de construção em Angola, nomeadamente na construção de vias de transporte, hospitais, e vias ferroviárias” (Vine et al. 2011:55).

Sendo que a prioridade da República popular da China é satisfazer os seus objetivos e necessidades internas, como tal é de salientar que na primeira linha da teoria neoliberal, há uma extrema importância aos “objetivos e as preferências do Estado, alguns dos fatores internos podem influenciar o comportamento do Estado, mas o Estado não deixa de ser um ator unitário no plano internacional” (Cravinho 2002: 22). A integração Chinesa em Angola foi facilitada, devido ao facto do sistema angolano ter sido estabelecido há bastante tempo, e é caracterizado por um governo forte e central. Na perspetiva Angolana, a relação de cooperação existente, traz benefícios significativos ao país, o conceito de troca de petróleo por infraestruturas, tem trazido vantagens.

A comercialização do petróleo quer internamente quer externamente têm fornecido a Angola, receitas fundamentais para o abastecimento da própria indústria petrolífera. A cooperação realizada entre algumas companhias petrolíferas como a: China, a Sonangol, Sinopec e a Unipetec, por parte de Angola são vistos como apreço, a relação comercial e os laços

diplomáticos com a República Popular da China são um dos fatores de êxito nas estratégias petrolíferas por parte da China (Vine et al.2011).

Ao apresentar-se perante os Estados como defensora de relações *win-win*, a China possui uma postura de não interferência nos assuntos internos, conquistando facilmente os países, e é vista como um modelo pelo mundo em desenvolvimento, designadamente naqueles a quem dá crédito e investe nas trocas de recursos naturais (Mendes 2009). Investindo na ascensão económica, como forma de atingir um estatuto externo e uma estabilidade interna, onde a diplomacia económica se encontra cada vez mais ativa, a China tem recorrido no palco multilateral e bilateral ao exercício de *soft power*,²⁴ que contrariamente a versão americana, tem uma componente civilizacional e cultural.

A China tem uma conceção muito própria das relações internacionais, esta conceção é apoiada em ideias taoistas e confucionistas, que exercem um poder de atração superior à ocidental em determinados países. O interesse pelo conceito de *soft power* surge após o desenvolvimento de uma política mais conciliadora em relação aos seus vizinhos do sudeste asiático em 1990. A transformação chinesa no palco internacional influenciou diversos fatores, essa transformação deve-se ao aumento progressivo do *soft power* chinês, a habilidade chinesa de influenciar pela persuasão e não pela coerção. Esta atratividade por parte da República Popular da China inclui: “ cultura, diplomacia, a participação em organizações internacionais, negociações (...) ” (Kurlantzick 2006: 1). A habilidade de influenciar pela persuasão por parte da China, surge a partir de medidas políticas, ou através da cultura, como meio atrativo, e contrariamente ao poder militar defendido pelos teóricos realistas, este não é mensurável (Cunha 2012).

Embora o *soft power*, na teoria das relações internacionais seja repercutido em diversas dimensões, estas permitem-nos identificar três categorias gerais do poder: ideológico e cultural, económico e militar. O conceito de *soft power* foi instituído pelo teórico neo-liberal e institucional, Joseph Nye, é um conceito não normativo, é fundamentalmente descritivo, apesar de ser um conceito recente, o seu comportamento é tão antigo como a história da humanidade.

Como se trata de um forma de poder, “apenas uma versão truncada e empobrecida do realismo ignora o poder suave. Os realistas tradicionais não o ignoram. Em 1939, o afamado realista britânico E. H. Carr descreveu o poder internacional em três categorias: poder

²⁴ Soft Power : “ o *soft power* é a capacidade de afetar os outros através dos meios de cooptação de enquadramento de objetivos, persuasão e atração positiva com o intuito de obter os resultados desejados. (...) Os tipos de recursos associados ao poder suave incluem com frequência fatores intangíveis como sejam instituições, ideias, valores, cultura e a legitimidade percebida das políticas (...)” (Nye 2012:39-40).

militar, poder económico e poder sobre a opinião (...) parte desta subtileza foi perdida pelos novos realistas contemporâneos no seu desejo de tornar o poder mensurável pelos julgamentos estruturais. (...) O poder viu-se reduzido a recursos comensuráveis e tangíveis” (Nye 2012: 104). Logo o soft power, “ não é uma forma de idealismo nem liberalismo. É simplesmente uma forma de poder, um modo de alcançar resultados desejados” (Nye 2012: 104).

Contudo, a incorporação do soft power numa estratégia governamental é algo difícil de se executar. Primeiramente, porque o “ êxito em termos de resultados encontram-se mais no controlo do alvo do que costuma ser o caso com o poder duro. Um segundo problema é que regra geral, os resultados demoram muito tempo a surgir, e a maioria dos políticos são demasiado impacientes no desejo de ter uma compensação imediata pelo investimento. Em terceiro lugar os instrumentos do poder suave não encontram totalmente sob o controlo dos governos (...) o poder suave pode parecer menos arriscado do que o poder económico, ou militar, mas normalmente é mais difícil de usar, fácil de perder e oneroso de restabelecer” (Nye 2012: 105).

O soft power assenta sobretudo em três recursos básicos: “ a cultura (em locais onde se torne atraente para os outros), os valores políticos (quando são defendidos a nível doméstico e externo) e as políticas externas (quando os outros as veem como sendo legítimas e tendo autoridade moral). As condições entre parênteses são a chave para determinar se os recursos potenciais de poder suave se traduzem no comportamento de atração que pode influenciar os outros a corresponder a resultados favoráveis (...) a cultura²⁵ pode ser uma importante fonte de poder (...) A cultura, os valores e as políticas não são os únicos recursos que produzem poder suave (...) os recursos económicos também podem produzir poder suave (...) ” (Nye 2012:106-107). O soft power afeta os seus alvos através de dois modelos, através da forma: direta e indireta. De forma direta, “ os líderes podem ser atraídos e persuadidos pela benignidade, pela competência ou pelo carisma de outros líderes. De forma indireta, é o modelo de dois passos em que os públicos e os terceiros são influenciados, e estes por sua vez, afetam os líderes de outros países. Neste caso o poder suave tem um importante efeito indireto, ao criar um ambiente favorável às decisões” (Nye 2012: 116-117).

Na China não existe um consenso sobre o conceito de soft power. As traduções chinesas sobre o conceito dependem exclusivamente dos académicos. Existem duas escolas de pensamento que se dedicaram, quase em exclusivo, ao conceito de soft power, a *escola cultural* e a *escola política*, ambas concordam que o fator central do soft power chinês é a cultura. Atualmente o conceito de soft power, ultrapassa o domínio da segurança, inclui investimento e ajuda. No entanto podemos designar que o soft power não é o mesmo que influência; esta assenta também no poder tangível. Podemos mencionar que o soft power é mais do que persuasão ou

²⁵ Cultura: “ é o padrão de comportamentos sociais através dos quais os grupos transmitem conhecimentos e valores, e existe em múltiplos níveis” (Nye 2012: 106).

a capacidade de modificar mediante argumentos. Contrariamente ao hard power²⁶ onde os resultados da sua aplicação são rápidos, o soft power só obtém resultados a longo prazo. Uma das dificuldades para o desenvolvimento do soft power é de facto as fontes de recurso, que maioritariamente se encontram fora do alcance dos governos, já os resultados dependem essencialmente da aceitação social (Nye 2012).

O conceito de soft power não é de todo desconhecido para os líderes chineses, no entanto tem uma utilização distinta da noção de soft power cunha pelo autor institucionalista. Para os líderes Chineses o conceito de soft power é mais empregue numa relação de contexto interno, envolve premissas fulcrais como: fortalecer a estabilidade interna, e ampliar a influência externa. Para Pequim o soft power é uma ferramenta que tem como objetivo ajudar a mitigar a imagem de “ameaça” transmitida pela República Popular da China no cenário internacional. É uma forma de convencer a comunidade internacional da sua natureza pacífica. Ela tem como principal objetivo manter a paz na sua periferia, isto permite um crescimento económico, que fornece oportunidades às empresas chinesas no mundo. Tem também como objetivo determinado, reduzir a influência de Taiwan e do Japão no sudoeste asiático. Na perspetiva chinesa as fontes básicas do soft power possuem, pelo menos mais uma fonte; o desenvolvimento económico, para além da cultura e dos valores políticos. (Cunha 2012).

Para Nye os potenciais fatores de soft power da China são sobretudo a cultura e o seu poder económico, o uso do soft power por parte deste Estado combina, a diplomacia com a cultura, e o comércio com os investimentos. A cultura é claramente um ativo de grande importância na construção do seu soft power: a ciência médica, a literatura, e o aumento de institutos Confúcio, a China possui uma grande variedade de instrumentos de disseminação da sua cultura nas diretrizes da sua política externa. Outros dos aspetos a salientar, é a participação da China em organizações internacionais multilaterais, e o aumento da diplomacia multilateral, são a maior evidência do aumento do soft power chinês (Nye 2012). Esta estratégia envolve diplomacia, e cooperação, tendo um papel mais ativo nas organizações regionais e em fóruns multilaterais de cooperação. A aplicação do soft power por parte da República Popular da China surge como estratégia na sua política externa, e é empregue desde a crise asiática em 1997, na conquista de novos aliados, que lhe possam garantir acesso aos recursos naturais. A República Popular da China não é um poder recente em África, a expansão em África está diretamente relacionada aos requerimentos chineses, devido ao seu rápido crescimento económico, e a busca de recursos energéticos.

²⁶ Hard Power: “ (...) é a capacidade de obter resultados desejados através da coerção e do pagamento” (Nye 2012:35).

A expansão chinesa tem sido acompanhada por uma forte diplomacia e por laços de amizade com os governos africanos, de forma a garantir apoio em fóruns internacionais e criar mercados para os bens e serviços chineses. A China comprometeu-se ao desenvolvimento comercial, e a oportunidades de investimento em África. Com a criação do Fórum de Cooperação entre China e África no ano 2000 com a participação de 43 países africanos, e com a realização do Fórum para a cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa, mostra claramente a projeção de influência e de poder, através do exercício de *soft power*. A realização destes fóruns permite a criação de redes e o *networking* entre todos os participantes onde a atração económica chinesa é usada para ganhar espaço no cenário internacional (Cunha 2012).

A relação de cooperação existente entre a República Popular da China e Angola é detentora de “ poder de cooperação, este assenta na atração cultural, valores e na capacidade de manipular escolhas” (Henriques e Paradelo 2006:114) Logo o poder de atração cultural, e a sua influência diplomática, resulta das dinâmicas da sua política externa moldadas pelas prioridades internas. A cultura possui um ação coercitiva, possui um atuação indireta na população, é uma grande valia se o objetivo fulcral for enfraquecer a legitimidade de um regime hostil, sem colocar em prática ações mais diretas. Para atingir os objetivos pretendidos a diplomacia Chinesa recorre ao exercício de *soft power* persuadindo todas as atividades que extravasam a esfera securitária, como tal o seu crescente *soft power* resulta dos elevados níveis de desenvolvimento económico que são manipulados por Pequim para gerir os seus interesses internos (Nye 2012).

Em Angola, “ o *soft power* é implícito e evidenciado através de: ajuda humanitária, cultural, diplomática, educacional, a nível negocial, empréstimos concessionais, e fornecimento financeiro para a redução da pobreza, trocas comerciais, e construção de infra-estruturas. Os empréstimos financeiros são claramente um meio para cimentar os laços, que a China aplica em Angola” (Santos 2009: 77). Este por ventura também é realizado via diplomática, sendo também uma estratégia de cooperação e apoio político por parte da China, enquanto membro do conselho de segurança da ONU, fornecendo defesa e proteção a Angola (Santos 2009).

Capítulo 2 - República Popular da China

O segundo capítulo irá desenvolver uma abordagem sobre as linhas gerais da política externa da República Popular da China. Para este propósito será efetuada uma abordagem concisa sobre alguns aspetos fundamentais da China. Foi elaborada uma abordagem sobre a cultura, sobre o sistema político vigente, e sua economia. Para um melhor entendimento sobre a política externa da China, foi dado ênfase aos seus antecedentes históricos mencionando, as concepções tradicionais da política externa chinesa, de forma a executar uma melhor compreensão sobre a política externa atual. Foi efetuada também uma abordagem sobre as prioridades da política externa da China, seus meios de implementação e instrumentos de forma a obter uma resposta concisa sobre os meios onde a política externa atua.

1. Breve apresentação da República Popular da China

1.1 Apresentação Geográfica, Demográfica, Étnica

Geograficamente a República Popular da China possui cerca de 9,6 milhões de km², localizada no leste asiático, a norte do hemisfério oriental, e a oeste do oceano pacífico. A China possui fronteiras que se propagam por mais de 20.000 km, incluindo fronteiras com catorze nações, destacando-se: a Rússia, o Paquistão, e a Coreia do Norte. A China possui uma população que se estima ser de 1,351 bilhões de habitantes (os dados de 1999 apontavam para uma população de 1,25909 bilhões, cerca de 22% da população mundial). A República Popular da China demonstra claramente com a grandeza destes números, que tudo o que envolve este Estado possui uma aura mítica aos olhos dos ocidentais (Banco Mundial 2013). Com efeito, a China do ponto de vista geopolítico, tem como característica principal, a geografia humana, no qual acresce um valor aproximado de dez milhões por ano. Ainda relativamente à sua geografia humana observa-se uma distribuição populacional, verifica-se que existe uma descontinuidade populacional ao longo do território chinês, que resulta da concentração humana nas zonas do litoral nordeste. Este fenómeno resulta das vagas migratórias de camponeses, provenientes das províncias que chegam às cidades em busca de melhores condições de vida (Trigo 2006).

Desde a antiguidade, que a República Popular da China é um Estado homogéneo em termos étnicos. Existe aproximadamente cinquenta e cinco etnias reconhecidas oficialmente, mas no entanto cerca de 93% da população chinesa pertence a etnia *Han*, caracterizando assim a China como um país “multiétnico unitário” (Wilensky et al. 2005: 117).

No entanto, esta homogeneidade possui “linhas de fricção” entre as *sub-etnias*, que tendem a obter influência política e social. Segundo Samuel Huntington, a civilização chinesa encontra-se estruturada atualmente da seguinte forma:

- “ o núcleo central da China dos Han” (Wilensky et al. 2005: 118).
- “ as províncias afastadas, que são parte da China, mas gozam de considerável autonomia” (Wilensky et al. 2005: 118).
- “ as províncias que embora integrando a China, são principalmente habitadas por povos não chineses de outras civilizações (Tibete, Xinjiang)” (Wilensky et al. 2005: 118).
- “ as sociedades chinesas que fazem parte da China, com estatutos autónomos e específicos (Hong Kong, Macau, Taiwan)” (Wilensky et al. 2005: 118).

1.2 A cultura: O Confucionismo

O Confucionismo tornou-se, desde o século 3 a. C, na religião predominante do Estado chinês, tendo sido alcançada ao posto de ideologia pelo governo através da recém fundada dinastia *Han*. O confucionismo possui origens que remontam ao sábio Confúcio, cujo “pensamento filosófico” defendia a formação do indivíduo por meio de uma educação humanizadora. O pensamento confucionista subentendia um sistema meritocrático para hierarquizar a sociedade, assim como uma rede graduada de relações entre os níveis sociais (Bell 2008). Ao longo das décadas o confucionismo perdeu o seu dinamismo, tendo sido considerado como uma das causas principais do atraso chinês no século XIX. Com o surgimento da República Chinesa em 1911, surge um enfraquecimento do prestígio do confucionismo como uma ética social e ideologia do Estado. No entanto até o próprio Confúcio detestava a ideia da sua “ doutrina se transformar em alguma espécie de culto. Durante os séculos XVII e XIX essa tendência acentuou-se, e o Estado imperial anulou as possibilidades de se instituir qualquer forma de confucionismo modernizante - embora houvesse intelectuais nessa época, como Kang Youwei (1858 -1927), que trabalhassem com a possibilidade de uma retoma” (Bueno 2012: 128).

No século XX, o confucionismo, sofrera uma banalização e foi enraizado como religião predominante em Taiwan, tendo sido criticado “ como a raiz de todos os males na República Popular da China. O próprio Mao zedong dirigiu uma campanha ideológica em 1973-74 contra Lin Biao e Confúcio que a seu ver, tratavam-se dos dois grandes inimigos revisionistas do sistema comunista durante a época da Revolução Cultural. Mao entendia que Confúcio representava o lado arcaico e atrasado da sociedade chinesa; e Lin Biao, o inimigo escondido, o suposto comunista (...) ” (Bueno 2012: 128).

No entanto, apesar do confucionismo ser encarado como uma doutrina ideológica antiquada, alguns autores, iniciaram uma reformulação do confucionismo, dando início a um novo movimento. Inicialmente, o objetivo seria resgatar do confucionismo, uma teoria pedagógica e até as formas de sistematização política, ética e económica. Este “novo confucionismo” tem contado com vários autores dos quais podemos salientar: Jiang Qing, cujo projeto político e filosófico seria direcionado exclusivamente para o governo e para a sociedade da República Popular da China; Metzger defendia, “ uma reinterpretação do confucionismo em novas bases intelectuais e políticas, mas quase todos, subentendiam uma relação entre essa retomada com a presença de elementos do sistema democrático, supondo que o estabelecimento de um novo confucionismo dependeria, ou estaria vinculado, à promoção do indivíduo como participante da vida política” (Bueno 2012: 128).

Em 1987 a República Popular da China realizaria o primeiro encontro de retorno ao pensamento confucionista e em 1994 seria realizada a primeira associação internacional de Confucionismo. Já em 2004 a China formalizaria uma rede mundial de institutos de ensino à língua chinesa, com o nome de instituto Confúcio. Estes sinais revelavam que a China procurava dinamizar o seu sistema económico e político sem perder as suas conquistas do planeamento comunista. O desenvolvimento do confucionismo e a sua retoma, não são na realidade surpreendentes, pois em períodos mais delicados do maoísmo, estes serviram de analogia as decisões da atualidade (Feng 2006). A mente chinesa “não opera pela eliminação do passado, mas pela constante reformulação de conceitos que são considerados fundamentais para a manutenção e a continuidade do que é ser chinês” (Bueno 2012: 130).

Na realidade, o Confucionismo empregue na China atual, é essencialmente meritocrático, ou seja: “ sua aplicação na política, a princípio, considerará que as eleições ou mudanças de governo serão feitas dentro das estruturas do Estado, por aqueles que o constituem - funcionários públicos, especialistas, membros do partido, etc., não envolve necessariamente a participação direta das massas” (Bueno 2012: 131), “ atualmente são os dirigentes chineses que adotam o confucionismo como uma espécie de ideologia utilitária. O confucionismo surge, assim como imprevisto aliado da ideologia oficial chinesa. Na realidade, a influência milenar do confucionismo nunca foi totalmente erradicada da sociedade chinesa. Deng chegou a admitir abertamente esse desaire nos intentos da limpeza ideológica levada a cabo pelo PCC. Paradoxalmente essa falha no programa de rejuvenescimento cultural do povo chinês - que desembocaria na trágica revolução cultural - acabou por beneficiar grandemente a consolidação do Partido-Estado” (Cunha 2012:161-162). Pode-se assim afirmar que se trata da civilização mais antiga da história, não pela sua linearidade política mas sim pela contiguidade cultural.

1.3 Desenvolvimento Económico

O conceito de “grande potência” tem sido utilizado com referência à República Popular da China no atual sistema das relações internacionais. O seu poder reflete-se sobretudo pelos recursos tangíveis como a população, o extenso território, a força militar, e o seu crescimento económico. Este último aporta também poder intangível ao Estado em análise uma vez que têm sido um dos principais recursos de soft power no contexto internacional. O desenvolvimento económico da China é um dos fatores mais importantes deste final do século XX e interpretar as suas dinâmicas constitui um dos desafios mais misteriosos do seu desenvolvimento. Como sublinhado anteriormente, o desenvolvimento económico chinês é pautado pelo seu constante cruzamento com a ideologia dominante. O colapso da ex-URSS, e das economias socialistas do leste europeu, assim como a ascensão do liberalismo económico, contribuíram indiscutivelmente para o debate sobre o desenvolvimento económico da China (Jacques 2007).

Na República Popular da China, as transformações económicas apresentam-se como o resultado de uma combinação de diversos fatores, alguns derivados das decisões políticas, outros porém fruto de reformas histórico-estruturais. A China conheceu claramente uma combinação de autoritarismo político que de uma forma anacrónica conduziu a um regime de mercado, constituindo assim um exemplo único de crescimento sustentado com transformações estruturais de impacto social. Com Mao Tsé Tung, a China apresentava um paradigma económico e político, onde a economia possuía um fraco desenvolvimento de cariz capitalista, controlado por um monopolizado Partido Comunista chinês. A morte de Mao Tsé Tung serviria de ponto de transição no percurso económico chinês (Jesus 2007). Em 1978, Deng Xiaoping, assume a liderança e as principais medidas tomadas foram: “adaptação do sistema de gestão económica, o qual deveria centralizar a economia planificada e o abandono da política de isolamento para aproximar a nação da economia mundial” (Wilensky et al. 2005: 121). Para a concretização dos objetivos de desenvolvimento foram realizadas várias reformas e opções de consagração de abertura ao exterior. As reformas foram realizadas dentro dos seguintes parâmetros:

- “ em matéria de propriedade dos meios de produção” (Wilensky et al. 2005: 121).
- “ no sistema de gestão económica” (Wilensky et al. 2005: 121).
- “ na descentralização das unidades de produção” (Wilensky et al. 2005: 121).
- “ na liberação parcial dos preços” (Wilensky et al. 2005: 121).

No que diz respeito a consagração da abertura ao exterior foi efetuada através:

- “ da reforma dos regimes de câmbio e de trocas” (Wilensky et al. 2005: 121-122).
- “do estabelecimento de um quadro jurídico e institucional para os investimentos diretos estrangeiros” (Wilensky et al. 2005: 121-122).
- “da criação das *zonas Económicas Especiais*, as quais foram estabelecidas nas cidades portuárias do sul da China, com elas se pretendendo criar e alargar as relações económicas com o exterior, de molde a atrair a entrada de divisas estrangeiras e a técnica e os métodos de gestão e administração do Ocidente” (Wilensky et al. 2005: 121-122).

A política de abertura ao exterior tinha como objetivo abandonar os princípios da independência, da auto-gestão e da soberania inflexível, tendo em conta uma prudência no campo político. Todas as modificações evidenciadas gerem alterações internas e externas na República Popular da China:

- **Internamente** “ estas mudanças repercutiram-se na atitude das pessoas, níveis de consumo, nos graus de expectativas e de exigência, sendo que a constatação da não existência de um desenvolvimento unitário e a diferença de riqueza entre as regiões, poderá ser motivo de tensões regionais (...) ” (Wilensky et al. 2005: 122).
- **Externamente** “ o sucesso da mudança económica na China poderá alterar a situação do pacífico e do próprio mundo. A capacidade chinesa de resistir à crise económico-financeira asiática de 1997 trouxe a Pequim um novo protagonismo (...) ” (Wilensky et al. 2005: 122).

Desde 1978, e com o início das reformas de mercado, a China passou de uma economia planificada, para uma economia de mercado, baseada num desenvolvimento social e económico. O crescimento económico chinês é iniciado na década de 1980, mas mais especificamente no ano de 1990. Entre 1980 a 1990, estima-se que o crescimento económico chinês teria uma taxa de 9,5%, superior as taxas dos países do leste asiático, sendo que o sector primário seria o principal contribuinte, com a indústria de produção de bens e consumo a liderar o crescimento económico (Trigo 2006). “Ao longo da década de oitenta, o investimento bruto encontrava-se acima dos 35% do PIB, com forte aceleração a partir de 1985. As empresas estatais seriam responsáveis por 65% dos investimentos realizados. Em 1994, em termos económicos a China, apresentava um crescimento real de 11,8%, sendo que a taxa de inflação subiu até aos 25%, com mais de quarenta milhões de desempregados e cerca de cem milhões em situação de *subemprego*. Apesar da taxa de crescimento ser impressionante, não esconde em termos económicos os “*buracos negros*”, onde os mais prejudicados serão os oitocentos milhões de agricultores que desde 1989, têm sido pagos através de “ordens de pagamento” (Wilensky et al. 2005: 119).

Com uma população de 1,351 bilhões de habitantes, a República Popular da China tornou-se a segunda maior economia, o que se tem repercutido inevitavelmente na sua influência na economia global, não obstante continuar a ser um país em desenvolvimento, onde as suas respetivas reformas de mercado se encontram incompletas. Em 2012, o PIB *per capita* da China seria de \$ 6.091, e cerca de 128 milhões de pessoas viviam abaixo da linha da pobreza, sendo considerado o segundo país com o maior número de pobres depois da Índia. Com efeito, o combate à pobreza ainda se apresenta como o desafio fundamental. O desenvolvimento económico, assim como a rápida ascensão trouxeram diversos desafios, nomeadamente “a desigualdade, a rápida urbanização; o desafio para a sustentabilidade ambiental e os desequilíbrios externos” (World Bank 2012). Atualmente a China tem vindo a tomar medidas para resolver os desequilíbrios ambientais e sociais, sendo que o estabelecimento de metas tem como objetivo central, reduzir a poluição, melhor acesso a educação e cuidados de saúde, aumentar a eficiência energética. A meta do seu crescimento anual é de 7%, o que poderá traduzir indiretamente uma intenção da China em se concentrar na qualidade de vida da sua população (World Bank 2013).

1.4 O Estado chinês e seu sistema político

A China é detentora de vários paradoxos, mas na realidade o que distingue o regime político moderno da China é a sua “tendência mimética, relativamente a determinados postulados programáticos das democracias ocidentais, nomeadamente no plano económico, mantendo simultaneamente um distanciamento operacional e uma negação determinante das consequências ideológicas dessa matriz” (Cunha 2012: 40). A modernização conservadora por parte da República Popular da China tem legitimado a liderança, sendo que esta apenas tem adaptado alguns aspetos do modelo liberal, rejeitando todos os restantes elementos, para que possa evidenciar os princípios socialistas (Hutchings 2000). Desde do fundador da República da China, Sun Yat Sen, que as lideranças por parte da China, adotam uma perspectiva “utilitária no seu confronto com o modelo de desenvolvimento ocidental, conferindo-lhes características muito particulares. Existe, não obstante alguns axiomas da doutrina liberal, nomeadamente o princípio da divisão dos poderes e a democratização do regime, que se mantém como as fronteiras ideologicamente guardadas que a liderança contemporânea chinesa não admite ultrapassar em circunstância alguma” (Cunha 2012: 41). “(...) O Estado chinês parte de um voluntarismo político claro, a liderança política terá construído uma ambiguidade tecnocrática, em que os métodos e as tecnologias em uso não são o resultado direto de um processo capitalista como no ocidente ou da marcha para a industrialização como nas sociedades soviéticas, são o resultado de opções políticas para uma programada intervenção que obriga a manter um completo sistema de mobilização social e controle” (Cunha 2012: 41).

A análise do sistema político vigente na República Popular da China obriga a uma necessidade de consideração da sua estrutura política: leis, e práticas, regulamentações do poder do Estado, governo, e a relação existente entre o Estado e a sociedade. O seu desenvolvimento político reside na combinação entre o Partido Comunista chinês, e o: sistema de Assembleia Popular (regime de poder), sistema de cooperação de consultas políticas multipartidárias, sistema regional étnico, e o sistema de autonomia das populações. Esta combinação entre o Partido Comunista e os quatro sistemas constitui o sistema político e a estrutura política que corresponde à realidade chinesa. A estrutura do Poder encontra-se organizada em três sistemas (xitong), o Partido Comunista (PCC), o governo e a estrutura militar. Desde a constituição de 1982, que a Comissão Militar Central é o órgão que controla as políticas de desenvolvimento pelo Partido Comunista, garante a subordinação do Exército Popular de Libertação ao Partido Comunista (Eisenman 2007).

Fundado em 1921, o Partido Comunista Chinês, contém cerca de 60 milhões de membros. O sistema de governação é fundamentalmente centralizado no PCC, o qual funciona como autoridade política onde os membros do partido são os membros do governo. Este respetivo partido exerce a sua administração sobre o Estado e sobre a sociedade chinesa, nomeadamente pela direção política, organizacional, e ideológica. Esta administração acaba por se refletir em diversos aspetos: na liderança das forças armadas, na mobilização da sociedade, e na organização da liderança sob o país em áreas legislativas. De fato, desde 1949, que todas as decisões do país foram monopolizadas pelo Partido. O princípio básico do Partido Comunista Chinês é o “centralismo democrático” (Lima 2005:1), o que implica fundamentalmente uma subordinação de todos os membros do Partido à organização partidária. Para obter um controlo total sobre o mencionado centralismo, existe uma rede de organizações (Gries 2004).

Ou seja, as organizações locais, encontram-se subordinadas a organizações detentoras de maior poder, e assim sucessivamente até ao topo do corpo organizacional do Partido Comunista. Todos os membros pertencentes ao Partido são subordinados ao Congresso Nacional do Partido (constituído por 2 mil representantes, escolhidos pelos membros do Partido Comunista, ele aprova as diretrizes políticas traçadas pelo Comité central), e ao Comité Central do Partido (formado por 200 líderes do Partido). Ao pertencer ao PCC, os membros do Partido podem beneficiar de alguns privilégios como: melhores sistemas educacionais, maior acesso à informação, por estes motivos se explica a aderência notória da sociedade ao Partido (Goldstein 2005).

No que diz respeito, à estrutura política do Politburo do Partido Comunista, esta supervisiona o sistema, que por sua vez é apoiada pelo Comité Permanente (detentor do poder de decisão). Contudo, é o Congresso Nacional Popular (CNP), o órgão detentor do poder legislativo. Aliado aos órgãos mencionados, encontramos ainda o Conselho de Estado (o qual detém funções executivas, formula recomendações políticas, e tem poder suficiente para tomar decisões em matérias supctíveis), a Comissão Militar Central, e o Tribunal Popular supremo, instituições de grande importância na funcionalidade do Estado Chinês (Lima 2005). Ainda relativamente às competências do Partido Comunista, cumpre sublinhar que retém também um elevado controlo sobre o processo da política externa tendo como principal ator no processo de tomada de decisão o próprio Partido, que na figura do secretário-geral, assume um papel primordial no processo de formulação da política externa. No processo de decisão da política externa encontra-se uma ação conjunta do Departamento de Ligações Internacionais, do Partido Comunista, do Departamento do Estado Maior, e do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Lima 2005).

Na República Popular da China as funções desempenhadas pelo Estado são determinadas exclusivamente pela natureza socialista do país. A constituição da natureza do Estado determina essencialmente as funções e responsabilidades do Estado chinês, na administração social, e política. As funções do Estado Chinês dividem-se em funções internas e externas. As funções internas são primordiais, respetivamente às funções externas são fundamentalmente extensões das funções internas, mas ambas mantêm uma relação de inerência e dependência mútua. Todas as tarefas desempenhadas pelo Estado Chinês têm como prioridade a produtividade²⁷, as modernizações socialistas têm como objetivo o desenvolvimento económico, sendo uma das funções internas prioritárias para o Estado, destacando-se:

- **Funções Políticas:** Consolidar o sistema político básico socialista, construir um Estado de direito socialista, desenvolver uma política democrática socialista, salvaguardar a equidade e justiça, promover a harmonia social, proteger os direitos do Estado, proteger as modernizações socialistas (Jesus 2007).
- **O sistema eleitoral:** “ (...) o sistema eleitoral da China diz respeito às eleições dos deputados da Assembleia Popular Nacional (APN). (...) O direito ao voto é dado a todos os cidadãos que atingiram os 18 anos, não sendo levado em consideração o *status* étnico, a raça, o sexo, a linhagem da família, a opinião religiosa, a instrução (...) ” (Lima 2005: 3).
- **Sistema Económico:** Desenvolver o sistema económico, aperfeiçoar o sistema de economia de mercado socialista, criar um sistema de inovação autónoma e aperfeiçoar os sistemas industriais. Planear um desenvolvimento dos meios rurais e urbanos e promover um crescimento do sistema de economia aberta (Goldstein 2005).

²⁷ Produtividade: “ quantidade de bens e serviços produzida em uma hora de trabalho” (Mankiw 2001:12).

Já as funções externas do Estado concentram-se essencialmente em dois fatores: executar uma cooperação com o exterior, realizar uma política independente, diplomática, seguindo um caminho pacífico, fomentar as amizades com outros Estados, e procurar a cooperação, mas tendo sempre em conta os princípios da coexistência pacífica. Outro dos fatores a salientar, será a segurança estatal, salvaguardar a soberania, proteger e assegurar o sistema de segurança nacional contra qualquer tipo de subversão. Essencialmente as funções do Estado chinês no início do socialismo visavam realizar sobretudo interesses internos das massas populares, concentravam-se fundamentalmente na construção económica, construir uma economia de mercado socialista (Keller 2007).

Torna-se importante sublinhar, para a presente investigação ressaltar algumas características do sistema político Chinês semelhantes aos Regimes Totalitários. É de evidenciar que existe dois pontos centrais que marcam a história da RPC e podem ser encarados como momentos essenciais da mudança de regime. Em primeiro lugar, o fim da guerra civil chinesa, em segundo a morte de Mao Tsé-Tung e a ascensão de Deng Xiaoping. Dentro das características semelhantes aos regimes totalitários podemos salientar: a ideologia, esta como em todos os regimes totalitários é de imensa importância. À semelhança de outros regimes totalitários, na China também subsistia o culto do líder, este normalmente é fomentado pela propaganda tendo como objetivo criar uma devoção pelo líder, mobilizando a população para o apoio incondicional ao líder (Jesus 2007).

O período de Mao pode ser visto com o período mais extenso de mobilização. Existia, uma tentativa de mobilizar a população, além disso, a mobilização era feita através de organizações que estavam sob o comando do PCC, temos o exemplo dos próprios sindicatos e a Liga da Juventude Comunista (Jesus 2007). Outra das características semelhantes aos regimes totalitários é a inexistência de pluralismo, seja ele político ou económico. Na República Popular da China constatamos que o pluralismo político é inexistente. O PCC é o único partido político permitido, não sendo permitido qualquer tipo de oposição. Segundo a Constituição de 1954, este partido era: uma frente democrática, composta essencialmente por todas as classes sociais, grupos democráticos e organizações populares sendo guiada pelo PCC (Keller 2007).

No que diz respeito à economia, observa-se novamente o controlo estatal, sendo esta uma economia planificada. Mesmo, com todas as características semelhantes a um regime totalitário, o regime Chinês evolui para um regime Pós-Totalitário.

Estes regimes caracterizam-se por uma enorme perda de importância da ideologia (Como a ideologia perde importância, o regime perde um dos seus pilares de suporte). Assim sendo, o regime pós-totalitário está muito mais dependente do seu próprio desempenho, nomeadamente do seu desempenho económico (Hutchings 2000). As próprias características de liderança são diferentes num regime pós-Totalitários, os líderes são pouco carismáticos e

tendem a ser tecnocratas provenientes das estruturas do partido. Depois do falecimento de Mao os líderes da República Popular da China não seriam mais carismáticos. Provêm das estruturas partidárias e preferem o pragmatismo à ideologia. Com a perda da importância da ideologia, e da mobilização, os líderes, dependem somente do seu desempenho próprio (Hutchings 2000).

As mudanças de um regime com características totalitárias para um regime Pós-Totalitário, inicialmente foram pouco significativas, mas foram claramente notórias com a ascensão de Deng Xiaoping em 1978. Com Deng Xiaoping, as estruturas do partido comunista, que tinham como função mobilizar a população foram extintas, a mobilização perde importância em detrimento da perda de ideologia. Quanto ao pluralismo, este continua a ser inexistente, o partido Comunista continua a ser o partido único, detentor do monopólio do poder, onde qualquer ação contra o Partido não será tolerada, como o caso das manifestações de Tiananmen em 1989 (Hutchings 2000).

Atualmente, o regime Chinês possui características de um regime Pós-Totalitário, onde a mobilização perde importância, existe uma ausência de pluralismo político, mas é de considerar a evolução no que toca ao pluralismo económico, existe mais pluralismo social, mas as liberdades civis serão ainda muito poucas. Dentro do sistema político vigente na RPC, o poder político encontra-se fundamentalmente centrado no legislativo apoiado este pelo Partido Comunista. As leis e as organizações refletem uma mistura de prioridades do Partido, inspiradas estas num sistema de modelo Soviético. Para o Partido Comunista, “ as leis são mais uma maneira de controlar a economia e a vida da população, do que como proteção aos direitos individuais” (Lima 2005:4).

1.5 A Influência da Política Interna

Apesar da apreensão por parte de alguns académicos sobre a importância dos fatores internos para um Estado, a República Popular da China permite-nos analisar em detalhe essa premissa. No caso da República Popular da China, depois de 1949 os fatores internos e os internacionais permaneceram interligados na política da China, autores como: Rosenau, Morgenthau entre outros, analisaram com detalhe a ligação existente entre a Política interna e Externa, e a massiva influência da política interna na política externa (Jesus 2007). Os teóricos do nível estatal enfatizam os fatores internos, para explicar o processo construtivo da política externa. “ No que concerne à China Popular esses fatores são múltiplos e podem ir das características intrínsecas do regime até ao culturalismo, passando pelo poder personalizado dos sucessivos líderes e a necessidade de legitimação do Partido-Estado” (Cunha 2012: 42). Na realidade a abertura da China na política mundial teve algumas implicações, na sua política interna, mas também no processo de execução da sua política externa. Por outro lado, Deng Xiaoping procurou neutralizar as contradições internas, que ameaçavam o seu país no seio da comunidade internacional, “os anos seguintes viriam a mostrar que os êxitos da projeção externa da China constituem o melhor tónico para a legitimação do exercício do poder, ainda dominado pelo PCC seis décadas após a fundação da RPC” (Cunha 2012: 43).

Contudo, com o fim da política externa marcada pela complexificação do multilateralismo e pelo cunho de grandes personalidades, que se criaram novas disputas e rivalidades que contribuíram para a realização de novas teorias sobre a projeção externa da República Popular da China. No entanto não existe uma linha visível que demarque a política interna da externa na China, “ a postura imperial e concêntrica/continental continuou a marcar presença na orientação governamental em matéria de política externa (...) a postura chinesa face ao mundo exterior foi tradicionalmente marcada por uma dualidade que se estendeu até à atualidade, traduzida em simultâneo e em contradição, entre uma visão enraizada num passado imperial glorioso e uma complexificação decorrente do século negro da história chinesa, correspondente às humilhações perpetradas pelas potências ocidentais e Japão por via dos chamados tratados desiguais” (Cunha 2012:43).

Em 2008, a República Popular da China ingressou na Organização Mundial do Comércio (OMC), até então teria sido excluída do sistema de comércio internacional. Portanto, o desejo da China relativamente à integração no sistema internacional e na comunidade internacional, nasceu sobretudo com a prática de reformas e com a abertura ao exterior. Atualmente a China no sistema internacional apresenta uma posição de maior confiança, participa em mais de 100 Organizações Internacionais, e assinou mais de 300 tratados internacionais. Relativamente à sua agenda internacional e aos seus compromissos internacionais, torna-se obrigatório referir a sua inclusão no sistema onusiano, como um dos membros permanentes do Conselho de segurança, defendendo mesmo um quadro normativo ligado à justiça

internacional, a paz, e opõe-se à hegemonia, não obstante, continuar a opor-se à resolução de alguns litígios internacionais. Em síntese, a China defende essencialmente, uma nova ordem internacional adequada e sobretudo justa, dedicando-se aos países em desenvolvimento (Mendes 2010).

2. Fundamentos económicos e Políticos da República Popular da China

2.1 Fatores económicos e políticos da ascensão da China como potência

Ao longo dos últimos três milénios, a civilização chinesa, sempre foi, como observámos, uma das mais avançadas do mundo. O povo chinês impressiona não só pela sua longevidade mas fundamentalmente pela sua grandeza económica e política ao longo da história. Falar sobre o desenvolvimento de uma nação diz respeito “ (...) aos progressos alcançados internamente em áreas como a produção material e simbólica, a qualidade das relações sociais ou a maturidade das instituições políticas, quando cotejadas com as características internas de outras nações” (Lyrio 2010: 24). Já, caracterizar um Estado como potência, refere-se “ à capacidade de um Estado ou Império de exercer o poder na interação com os demais Estados e com outros atores não-estatais do sistema internacional” (Lyrio 2010: 25). “ Uma grande potência não se define por características absolutas abstraídas de um contexto e de um tempo, e sim por sua comparação com outras nações em dada conjuntura” (Lyrio 2010:29).

O caso da República Popular da China é sobretudo um caso ilustrativo de poder internacional e de avanços civilizacionais. Ao longo destas últimas três décadas a China consolidaria o seu crescimento económico. Desde as reformas desenvolvidas por Deng Xiaoping (em 1978 até 2008) que a taxa média de crescimento ao ano é de 9,5%. Mesmo em períodos cruciais da sua história, como a Revolução de 1949, o crescimento do Produto Interno Bruto seria de 6% ao ano. Com a ascensão do PCC em 1949 e garantindo um mínimo de unidades políticas à China, permitiu fundamentalmente alcançar um crescimento significativo. Ou seja, mesmo em períodos cruciais de crise, a China tem vindo a possuir um crescimento médio superior aos países desenvolvidos em seus momentos menos favoráveis (Keller 2007). O desenvolvimento e o crescimento económico da China tem-se baseado essencialmente na “ (...) utilização extensiva de fatores subutilizados, mais do que em ganhos de produtividade de fatores já devidamente incorporados à economia formal (...) ” (Lyrio 2010: 37). Ao longo das últimas décadas é difícil avaliar o crescimento económico da RPP, mas, no entanto, pode-se estabelecer uma correlação entre a estabilidade política proporcionada por Deng Xiaoping, e as reformas económicas por ele empregue.

O modelo empregue por Deng Xiaoping (1978) baseia-se “ (...) num modelo de gradualismo, pragmatismo, de ênfase em experiências locais de escopo limitado, de que são exemplos o uso (...) de uma abertura comercial, do setor rural como *locus* inicial para a reintrodução de medidas e práticas associadas ao livre mercado, ou ao começo de descentralização das decisões econômicas no sentido de conferir maior autonomia a províncias e municípios” (Lyrio 2010: 39).

“ (...) o segredo do sucesso das reformas chinesas foi o seu correto sequenciamento, o acerto em estabelecer ordens e prioridades, com reformas fáceis antes das difíceis, rurais antes das urbanas, nas cidades costeiras antes das interiores, reformas econômicas antes das políticas, tudo dentro de um quadro de experimentalismo e gradualismo com paulatina reincorporação de elementos de competição” (Lyrio 2010: 39).

O que requer atenção no acelerado crescimento económico chinês é sobretudo a “ transição de uma economia centralmente planificada, para uma economia com progressiva incrementação de elementos de mercado, ou seja, reduzir a produção rural pela incorporação do processo industrial iniciado no fim da Revolução de 1949. Atualmente, a República Popular da China, é uma das economias mais abertas do mundo, com um produto interno bruto superior a 70%, onde 30% a 40% do produto interno bruto, reflete-se em investimento direto estrangeiro” (Lyrio 2010: 40-41). Existem diversas projeções sobre o ritmo de crescimento da economia mundial, as instituições financeiras internacionais continuam a projetar um elevado crescimento económico chinês, acima da média mundial para as próximas décadas. Com efeito, a China tem crescido a um ritmo superior a 10% ao ano, apresentando uma taxa de inflação inferior a 3%. O rápido crescimento económico chinês também se deveu a uma relativa liberalização económica, que coincide sobretudo com as reformas de 1978, 1984, 1994, que efetuaram um abertura da economia ao exterior. As duas primeiras reformas modificaram o sector da exportação sendo que a terceira reforma, estabeleceu a criação de novas empresas nacionais. Ainda, que a maioria aponte na continuidade do crescimento económico Chinês existe elementos económicos no modelo de desenvolvimento que possuem alguma vulnerabilidade. O principal fator de preocupação deriva: “do fato de que o modelo chinês de crescimento continua a basear-se mais nos investimentos e no comércio externo do que no consumo interno, o que torna a China sensível a uma recessão mundial, como a ocorrida a partir do segundo semestre de 2008, ou mesmo a uma desaceleração do crescimento nas principais economias importadoras do mundo” (Lyrio 2010:44).

Desde do início da decadência da dinastia Qing, (1644-1912) no início do século XIX, que a política chinesa se caracterizou por crises de insuficiência do poder central e por uma crise de legitimidade acentuada, um dos fatores cruciais nesse período de turbulência foi mesmo “ (...) a violência com que as potências ocidentais e o Japão invadiram e humilharam a China, em contexto de flagrante incompetência da dinastia Qing, já em processo de decadência, para compreender e enfrentar a presença estrangeira” (Lyrio 2010:82).“ O custo das humilhações sofridas pelas derrotas da China nas guerras contra as potências estrangeiras no século XIX foram muito altos para a dinastia Qing em termos de erosão de legitimidade e de perda do controle político doméstico. Isso explica muito da instabilidade que se seguiria na segunda metade daquele século, com a deflagração de rebeliões e movimentos de contestação do poder central” (Lyrio 2010: 83). Com o fim da Segunda Guerra Mundial, e com a vitória da Revolução Comunista no ano de 1949, surge um período de restabelecimento da soberania nacional pelo Governo da China, será um período fundamentalmente de reafirmação da independência e fortalecimento do orgulho chinês, uma estabilidade externa contrariamente á interna. No plano de política interna a Revolução comunista, desenvolveu “ (...) um processo de transformação profunda da sociedade chinesa, que implicaria novos conflitos entre o PCC e setores aliçados do poder, mas principalmente entre fações do próprio PCC (...)”(Lyrio 2010: 83).

Com a Morte de Mao Tsé-Tung e com o fim da Revolução Cultural de 1976 a China sofreu diversas fraturas civis e externas, sendo difícil identificar outro país que tenha sofrido tantas oscilações políticas em tão pouco tempo, mas foram de fato estes fatores que proporcionaram uma transição política que levaria ao poder um grupo pragmático do Partido Comunista Chinês liderado por Deng Xiaoping, “ (...) Na visão de Deng, o processo de modernização da China apontava para a adoção de reformas económicas e para uma relativa abertura ao exterior, em função da necessidade de incorporação de tecnologias e de capitais” (...) (Lyrio 2010: 88). “ A estabilidade política tornou-se um fim e um meio para a nova liderança. De um lado, as incertezas e flutuações das quase três décadas sob Mao Tsé-Tung geraram insegurança e conflitos recorrentes na elite política chinesa, no seio do próprio PCC, o que provocou uma erosão de legitimidade e de credibilidade do Partido junto à sociedade ao longo dos anos 70 (...) De outro, certa previsibilidade política passou a ser reconhecida pela liderança do PCC como condição para a retomada do crescimento econômico e para o projeto de modernização da China, essenciais, por sua vez, para a elevação dos padrões de vida da sociedade chinesa e, por extensão, para a legitimação do Partido” (Lyrio 2010: 89).

“ Na década de 80 e 90, surge uma expansão de forma geral do setor económico e uma abertura ao exterior, o Partido Comunista Chinês revela divisões internas ameaçando a estabilidade política e institucional, sendo evidenciadas na repressão dos manifestantes na Praça da Paz Celestial (Tiananmen 1989). As manifestações em Tiananmen transformaram-se em protestos cada vez mais vocais contra a elevação dos preços em meio a surto de inflação decorrente das tentativas de liberalização em alguns setores, contra a corrupção crescente de quadros do Partido e em favor de maior abertura política. Os protestos ocorreram em meio de uma crise econômica decorrente de uma vulnerabilidade tripla: inflação alta, crise fiscal do Estado e elevado déficit externo, inclusive na área comercial” (Lyrio 2010: 91).

“ (...) Tiananmen representou para os padrões chineses de convulsão política dos dois últimos séculos, um movimento relativamente pequeno em termos de mobilização e repressão popular. Embora tenha gerado manifestações em algumas outras cidades além de Pequim, mobilizado trabalhadores e estudantes e amealhado a simpatia cautelosa de parcela importante da população, o movimento não chegou a constituir um embrião de rebelião para derrubar o Governo nem uma ameaça efetiva ao PCC como um todo” (Lyrio 2010: 92). Superada a crise de Tiananmen a China retoma, o seu crescimento político-institucional e económico, com a formação de uma liderança tecnocrata. Deng Xiaoping prepara a sua sucessão, tinha como objetivo específico “ (...) a ascensão de líderes que combinassem boa formação técnica e uma capacidade de adequação ao novo sistema de poder na China, menos personalista e mais institucionalizado, com renovação periódica dos cargos mais altos do Estado e do Partido e um processo decisório mais fundado na busca de consensos entre um pequeno colegiado do que na vontade de um líder incontestável” (Lyrio 2010: 94).

Em 2002, surge pela 1ª vez um processo sucessório na China com a transição da 3ª geração dos líderes comunistas para a 4ª geração de líderes, a geração de Hu Jintao para a presidência da Comissão Militar Central do Partido Comunista Chinês. Outra das modificações a evidenciar esteve presente na organização do Estado, tendo sido concedido poderes mais efetivos ao Congresso Nacional do Povo, a principal mudança a evidenciar foi a introdução de eleições a nível local. Atualmente a China é dirigida por Xi Jinping, este restabeleceu a primazia do Partido Comunista tendo como missão preservar o partido. O atual presidente é detentor de mais poder e autoridade pessoal que qualquer outro líder tem como objetivo combater a corrupção (Lam 2006).

2.2 A estratégia de desenvolvimento e o Modelo Económico Chinês

No final da década de setenta foi realizada uma das estratégias de maior contribuição para a história chinesa. No final, a estratégia de desenvolvimento económico que tinha como um dos seus objetivos centrais a luta contra a hegemonia, principalmente a proveniente da União Soviética. As metas económicas e os objetivos políticos, no caso chinês possuíam diversas razões, entre elas destacamos: o desenvolvimento chinês no contexto mais geral das industrializações tardias, como as da Alemanha e Rússia no século XIX e do Japão e Coreia no século XX nas quais os desafios internacionais e as razões políticas de soberania do Estado nacional conformaram as estratégias económicas. A segunda e mais particular relativamente à China e de entender a racionalidade da política de portas abertas e de criação das zonas económicas especiais costeiras como uma estratégia de absorção dos capitais de Hong Kong. Segundo (Medeiros 1999:103) “eram estes os objetivos da estratégia um país dois sistemas formulada por Deng Xiaoping no início dos anos 80 (...)”.

A realização destes objetivos estratégicos tinha como fator central o crescimento económico da economia particularmente pela expansão da indústria. A partir de 1978, a China combinou diversas políticas baseando-se em reformas e programas estratégicos para o desenvolvimento. Podemos evidenciar, que na China segmentam-se dois regimes: a proteção do mercado, e a realização de exportações, sem deixar de mencionar o seu impressionante crescimento (Medeiros 1999).

Do ponto de vista do modelo económico Chinês, a economia da República Popular da China tem sido destacada atualmente devido as suas elevadas taxas de crescimento, comparadas com as restantes economias do mundo. A China é um caso a distinguir, devido a fatores específicos como: a sua posição geopolítica, o seu próprio tamanho e a elevada taxa de crescimento, estes fatores sendo eles bem utilizados concede à China uma autonomia política e económica. O sucesso da economia chinesa deve-se fundamentalmente à promoção das forças de mercado, ilustrada pelas reformas do sistema financeiro e empresarial, assim como pela liberalização do comércio externo e pela liberalização da agricultura. Estas medidas favoreceram o direcionamento da economia, permitindo vantagens comparativas e permitiram equacionar algumas dificuldades económicas (Medeiros 1999).

Desde 1978, que a China libertou-se gradualmente de uma economia centralizada totalmente planificada para uma economia de mercado. A transição para uma economia de mercado²⁸, deveu-se essencialmente a algumas características como o modo de liderança chinesa e sua burocracia. A China à semelhança de outros Estados, têm combinado a intervenção estatal com a preservação de fundamentos económicos, especialmente o controlo da inflação. Em 1993, foi oficializado, uma economia de mercado socialista, sendo esta uma economia de

²⁸ Economia de Mercado: “ uma economia que aloca recursos através das decisões descentralizadas de muitas empresas e famílias quando estas interagem em um mercado de bens e serviços” (Mankiw 2001: 9).

mercado moderna onde o governo possui diversos papéis. Ou seja, a ação do Estado Chinês, encontra-se centrada nas políticas de controlo, tendo como objetivo, proteger a indústria nacional e moldar a entrada de capital estrangeiro, os governantes desempenham diversas funções. Após a fundação da RPC (1948), o governo possuía, diversos papéis na construção económica, com a abertura ao exterior o PCC, determinou criar uma economia de mercado com objetivo de reforma, onde os governantes chineses detivessem uma ação indireta na economia (Hill 2003).

Atualmente os governantes chineses executam alguns dos seguintes papéis na economia de mercado socialista:

- Têm o papel de defensor do Mercado - Numa economia de mercado socialista, o mercado é a premissa central, pois procura os interesses nacionais da economia.
- Têm o papel de equilibrar a Macroeconomia - o desenvolvimento económico é um processo de constante expansão, logo o governo tem a função de promover o emprego, controlar a deflação e inflação, equilibrar a balança internacional.

Atualmente a China pretende estreitar as relações entre o governo e o mercado, permitindo que o mercado tenha o papel crucial, decisivo.

2.3 Indicadores Macroeconómicos

Desde 1978 com a observação de várias reformas, a República Popular da China passou de uma economia planificada a uma já mencionada, economia de mercado socialista, baseada num desenvolvimento económico rápido e experiente. Na **Tabela 1**, podemos verificar alguns indicadores macroeconómicos de importância na economia da República Popular da China. Na tabela abaixo descrita, verificamos por exemplo que em 2012 o PIB *per capita* chinês era de 6,091 e a taxa de inflação 2,7%. Apesar de alguns dados abaixo mencionados, verificamos que cerca de 128 milhões de cidadãos chineses ainda vivem abaixo a linha da pobreza.

Tabela 1-Indicadores Macroeconómicos (2012)

Crescimento Real do PIB	7,8%
PIB “per capita”	6,091
Inflação	2,7%
Dívida Externa	7,289 Bilhões
Saldo em Transação	1,93.1
Taxa de Desemprego	4,1%

Fonte: Banco Mundial

Na **Tabela 2**, verificamos que as exportações chinesas maioritariamente são direcionadas para os Estados Unidos e para os seus parceiros asiáticos, nomeadamente Hong Kong, Japão e Coreia do Sul, já os restantes países possuem um total de 38% das exportações chinesas. Podemos verificar a informação mencionada na tabela a baixo descrita:

Tabela 2-Países onde são direcionadas as exportações

	2012	No total (%)
Estados Unidos	352	17,2%
Hong Kong	323	15,8%
Japão	151	7,4%
Coreia do sul	88	4,3%
Outros Países	792	38%

Fonte: Elaborado pelo Ministério das Relações externas - Departamento de promoção comercial e investimentos-Divisão de inteligência Comercial com base me dados da: UN/UNCTAD/ITC/COMTRADE/TRADEMAP, Outubro 2013.

Na **Tabela 3**, podemos constar que grande parte das importações chinesas provém dos países vizinhos. O Japão foi o principal fornecedor em 2012, com 10,2%, seguido pela Coreia do Sul e Taiwan. Assim sendo verifica-se que os países asiáticos são os primeiros a abastecer as necessidades de importação da República Popular da China. O que poderemos constatar com todos estes indicadores económicos é que apesar de uma economia emergente, com um potencial económico tão evidenciado, a integração da China na economia mundial reflete-se principalmente no papel desta no comércio internacional.

Tabela 3-Origem das Importações

	2012	No total (%)
Japão	178	10,2%
Coreia do Sul	167	9,5%
Taiwan	132	7,6%
Estados Unidos	129	7,4%

Fonte: Elaborado pelo Ministério das Relações externas - Departamento de promoção comercial e investimentos-Divisão de inteligência Comercial com base me dados da: UN/UNCTAD/ITC/COMTRADE/TRADEMAP, Outubro 2013.

2.4 O nacionalismo económico da República Popular da China

Da análise efetuada até ao momento, observa-se um visível de pragmatismo da República Popular da China relativamente à sua integração na economia global (Trigo 2006). “A maximização dos interesses do Estado através de uma espécie de nacionalismo económico terá sido a grande força motriz das relações económicas da China com países terceiros, tendo como objetivo último a transformação da nação num país mais forte, moderno e auto-suficiente” (Cunha 2012: 150). Após uma década de dependência económica relativamente à União Soviética, a China atravessou um período que podemos considerar como de isolamento, apenas quebrado pelos investimentos realizados no movimento terceiro mundista. Contudo a escolha dos respetivos parceiros comerciais foi pragmática (Jesus 2007). Foi o primeiro ministro Chu En-Lai, em 1960 que permitiu a realização de trocas comerciais com o Japão, que rapidamente se transformou no maior parceiro comercial da China. Com a normalização das relações bilaterais com os EUA (na década de 70), a economia da China conheceria o seu apogeu (Jesus 2007). “O comércio bilateral passaria de 5 milhões em 1971, para 500 milhões de dólares em 1973. Os EUA, tornaram-se assim no segundo maior parceiro económico da China, a seguir ao Japão. O número de países a reconhecer oficialmente a República Popular da China aumentou exponencialmente e as exportações chinesas sextuplicaram no período compreendido entre 1970 e 1979” (Cunha 2012: 150).

Com o falecimento de Mao Tsé-Tung, o desenvolvimento económico da China seria o objetivo estratégico principal. Com a formalização da expansão económica ao exterior, a China dá início a um processo de reformas, que ficou oficializada na história chinesa. Desde esse momento as reformas económicas possuíam um novo líder: Deng Xiaoping, tinha como objetivo promover o comércio externo, sendo que “o produto das exportações serviria de veículo à importação de bens e tecnologias de que a China necessitava para aprofundar o processo de modernização” (Cunha 2012: 151). Em 1985, foi introduzido na China o conceito de diplomacia económica, fornecendo ao país uma maior abrangência nas suas relações económicas com o mundo. Com o resultado dessa abertura em 1990 a China tinha 180 parceiros comerciais, e vários acordos comerciais. Em 2008, houve um reforço na política macroeconómica em sequência da crise económica e financeira que deflagrava nesse mesmo ano (Jesus 2007), na realidade o governo chinês, lançou diversos estímulos financeiros ao mesmo tempo que os bancos emprestavam cerca de 1,1 triliões de dólares americanos, para o primeiro semestre de 2009.

A China tem adquirido consciência da oportunidade estratégica que se apresenta nos próximos anos não ser somente de natureza económica, mas também política, mas insiste que a sua integração no sistema internacional e a cooperação com países ocidentais não deve ser observada como uma procura única de reconhecimento. “ Por um lado, o modelo de desenvolvimento chinês continua a atrair as lideranças de muitos dos países do terceiro mundo - sem praticamente qualquer estratégia mais concertada de Pequim nesse sentido - Por outro lado, há que ter em linha de conta as lições da crise financeira e económica iniciada em 2008 e que obrigou muitos Governos a Ocidente e Oriente, a um acentuado intervencionismo estatal a fim de viabilizar a recuperação económica” (Cunha 2012:152-153). Em forma de síntese, podemos afirmar que atualmente a economia chinesa é superior às economias da Rússia e Canadá, países estes representantes do G8, a emergência da China como potência económica, veio influenciar significativamente o sistema económico global, desde modo a China passou a ser um país com relevância regional e internacional.

3 Política Externa da República Popular da China

3.1 Política Externa

A formulação da política externa apresenta-se como um processo complexo, que envolve a relação entre agentes e estrutura. Tradicionalmente encontra-se associada aos Estados, mas tem sido progressivamente intersectada por novos atores, como organizações intergovernamentais, não-governamentais, multinacionais. A política externa é entendida como uma ferramenta fundamental para o posicionamento dos atores no sistema internacional; apesar da sua complexidade ela possui diversas forças na sua composição como os princípios internacionais, e as idiosincrasias do ambiente internacional, com maior número de atores e regulamentações. De facto, a implementação e formulação da política externa não é de todo um processo simplista, no debate entre o agente e a estrutura tem sido adicionado outros elementos de forma a complementá-lo, como a inserção de elementos de análise de cariz subjetivo, elementos como: atitudes, crenças, valores e interesses, têm contribuído de forma indispensável para a análise das motivações na tomada de decisão. Este debate inclui a discussão do papel e características individuais do decisor, bem como a consideração dos quadros ideológicos em que as decisões são tomadas (Freire 2011).

O conceito de política externa, como já sublinhámos, é um conceito de grande complexidade e difícil definição. Assim não podemos adiantar uma definição única, ou mesmo afirmar a existência de uma definição consensual de política externa. Apesar destas condicionantes, as definições apresentadas possuem pressupostos em comum designadamente a centralidade dos

atores estatais na formulação da política externa e a intencionalidade da ação política desses processos (Rios 2006).

Seguem-se duas definições associadas ao conceito de política externa, e utilizadas para a presente investigação:

- Segundo Rosati a política externa é: “o conjunto de objetivos, estratégias e instrumentos escolhidos pelos responsáveis governamentais pela formulação política para responder ao ambiente externo atual e futuro” (Freire 2011: 17).
- “entende-se por política externa o conjunto de objetivos, estratégias e instrumentos que decisores dotados de autoridade escolhem e aplicam a entidade externas à sua jurisdição política, bem como os resultados não intencionais dessas mesmas ações”(Freire 2011: 18).

Nas definições apresentadas é visível a limitação do reconhecimento de outros atores para além do papel dos governos estatais como atores privilegiados na formulação da política externa, o que atualmente se torna redutor. Além do mais as definições apresentadas possuem uma dificuldade em compreender outros atores como agentes na política internacional, não incluem os resultados não intencionais das respetivas decisões políticas. Vários autores defendem aliás que as análises efetuadas à política externa devem “considerar a razão porque os atores declaram e seguem determinadas ações, pois a análise da política externa inclui o estudo dos processos, declarações e comportamentos” (Freire 2011:18). Formular uma política externa é um processo de grande complexidade, como foi visto anteriormente, envolve a relação agente/ estrutura, neste sentido encontramos algumas condicionantes na realização da política externa. Um dos fatores condicionantes são os acontecimentos históricos, que influenciam em maior ou menor medida as decisões do presente, pois podem ser questões enraizadas na cultura ou nas instituições de um país (Lampton 2001). A influência histórica varia de acordo com o tempo e com a importância que determinado facto possui na sociedade, não só a influência histórica nacional com mundial, podem ser claramente um condicionante à política externa. A política interna e a política externa são muitas vezes tratadas separadamente mas na realidade há uma relação estabelecida entre ambas. Estas encontram-se conectadas em alguns aspetos, como: a alocação de recursos, por si só a política externa não necessita de muitos recursos mas se consideramos outros fatores relacionados com a política externa, como por exemplo na defesa aí será mais dispendiosa (Aden e Amnon 2012).

Outro do aspetos a considerar, é a cultura interna, esta é entendida como sendo um fruto das experiências exercidas na política internacional²⁹. Com efeito, os fatores internos e a condução da política externa possuem uma clara ligação, ambas gozam de independência, mas na totalidade não são independentes, pois as estruturas, atores e as ações gerem efeitos

²⁹ Segundo (Magalhães 2005:23) a Política internacional “compreende as interações dos diferentes Estados, pelo que podemos dizer, de uma forma muito genérica, que a política internacional compreende o conjunto das diversas políticas externas nacionais”.

em comum. Os fatores internos podem ser um condicionante na formulação da política externa, a situação doméstica de um país poderá exercer uma influência na condução da política externa. Ainda assim existem forças que atuam no cenário interno que interferem na realização da política externa, como: os *grupos de pressão* (forma de mobilização da sociedade civil, é uma forma de opinião pública que exerce algum tipo de influência junto aos partidos políticos e na condução da política externa), *parlamento* (é um dos principais atores envolvidos na Política externa, juntamente com o voto são a principal forma de *accountability* pela *opinião pública*, “ (...) tem um impacto significativo no processo de decisão política, mas são suscetíveis a alterações, é um fator que se relacionado com as forças de *accountability* uma vez que se encontra interligada ao processo eleitoral e por consequência ao parlamento”. (Freire 2011: 39-40).

Os líderes e o papel que executam, também moldam significativamente o modo como é feita a política externa, e naturalmente o comportamento dos Estados na política internacional. “ Este modelo equaciona a ação nacional, com as preferências e iniciativas dos mais altos oficiais dos governos nacionais, uma imagem clara quando rotineiramente ligamos os nomes de líderes a políticas, e quando atribuímos a maior parte do sucesso e falhanços na política externa aos líderes no poder na altura da ocorrência” (Freire 2011:30). Ou seja, poderemos evidenciar que em geral, “ o impacto das características pessoais de um líder na política externa aumenta quando a sua autoridade e legitimidade são amplamente aceites pela população ou, em regimes autoritários ou totalitários, quando os líderes são protegidos de amplas críticas públicas” (Freire 2011: 31). Obviamente que em momentos de crise nacional, aumenta um controlo dos líderes na formulação da política externa, o processo de decisão é centralizado exclusivamente no topo da liderança. Em suma, o impacto do líder varia consoante o contexto, na maioria das vezes o contexto é mais influente que o próprio líder. Como foi referido anteriormente, a política externa é uma área abrangente que envolve diversas realidades complexas, que complicam a tomada de decisões. São diversos os condicionantes e determinantes no processo de decisão na política externa. Eis alguns exemplos de tipos de decisão envolvidos na política externa, segundo Maria Raquel Freire:

- **Decisões Singulares** - “ decisão isolada, sem estar contextualizada num processo mais amplo. Embora sejam raras em política internacional, algumas decisões são estudadas pelos investigadores e analistas políticos como atos isolados” (Freire 2011: 33).
- **Decisões Estratégicas interativas** -“ Interação entre pelo menos dois atores cujas decisões afetam e são afetadas reciprocamente. Neste caso, a decisão de um ator vai afetar a decisão do outro ator e vice-versa” (Freire 2011: 34).

Podemos ainda destacar algumas formas de decisão:

- **Decisão Negociada** - “ resultam da interação de pelo menos dois atores que chegam a uma acordo sobre a forma de agir” (Freire 2011: 34).
- **Decisão Unilaterais** - “ tomada pela iniciativa exclusiva de uma parte sem considerar a vontade dos outros atores” (Freire 2011: 34).

Em síntese, podemos afirmar que a política externa é caracterizada por um grau de complexidade, pois abrange uma área vasta como a economia, a segurança, o ambiente e a cultura, combina dimensões ideacionais e materiais, onde a sua formulação, decisão e implementação encontram-se fundamentalmente em mutação. A própria definição de política externa não é absoluta nem consensual, mas devido ao ambiente político internacional atual exige uma reflexão sobre a sua conceptualização. No que diz respeito aos processos de decisão, estes, encontram-se envoltos em complexidades e dificuldades múltiplas, mas é possível identificar alguns atores, modelos e dinâmicas que ajudam a compreender e a atenuar essa complexidade. Todavia, os objetivos da política externa encontram-se essencialmente assentes em interesses nacionais, sendo moldados de acordo com a interação desses componentes (Johnston 2006).

3.2 Antecedentes históricos e as linhas gerais da política externa da República Popular da China

Sendo, a política externa uma área abrangente, onde a formulação e implementação não são processos simplistas nem lineares, os fatores endógenos influenciam significativamente o processo de tomada de decisão na política externa. Podemos destacar alguns dos fatores de contexto interno, como: os aspetos económicos, políticos, culturais, sociais e históricos, que moldam fundamentalmente as perceções dos líderes. As conceções tradicionais chinesas da ordem tradicional servem para executar uma melhor compreensão sobre a política externa atual. Ou seja, a China inicialmente possuía uma imagem de superioridade internacional, reforçada em “ ideais confucionistas de obediência, estratificação social, e harmonia, cujas relações unidireccionais de poder e conceções hierárquicas são transportadas para o plano internacional” (Freire 2011: 341). Contrariamente as ordens ocidentais atuais, que refletem um cenário internacional de competição entre os Estados, “ a cultura chinesa não têm enraizadas conceções de igualdade mas sim de hierarquia quer no plano interno - ao nível da família, da sociedade e do Estado - quer externo, no relacionamento com os restantes atores do sistema” (Freire 2011: 341).

Relativamente aos antecedentes históricos que influenciaram significativamente o processo de tomada de decisão na política externa destacamos:

- “ o Tratado de Nanquim” (Freire 2011:343).
- “ a vitória da Grã-Bretanha na Guerra do Ópio em 1840” (Freire 2011:343).

Este período histórico é considerado pelo povo chinês como o “século das humilhações” (Freire 2011:343), o sentimento de vitimização, ainda hoje é uma condicionante à formulação da política externa. Apesar de ser um período histórico longínquo no processo de tomada de decisão atual, não foi apagado na memória coletiva, e é avivado em momentos críticos de fragilidade chinesa (Freire 2011). Com a 2ª Guerra Mundial (1939-1945), e com o fim da Guerra Fria (1947-1953) a China sofreria implicações na sua política externa (Keller 2007). Primeiramente devido à rivalidade bipolar, e ao conceito de terceiro mundo. A profunda alteração gerada no ordenamento económico e geopolítico do sistema provocaria um reposicionamento da China e um alinhamento a executar na sua política externa que se revelava desajustada. Após o fim da 2ª Guerra mundial, a China obtém assento no Conselho de Segurança da ONU (1971), quando ultrapassava as dificuldades diplomáticas relacionadas com as autoridades sediadas em Taiwan.

Contudo, o grande império que haveria de ter sido um objeto de lutas e partilhas coloniais, reergue-se particularmente a partir da década de 1970, assumindo um perfil de potência em emergência. Os anos de luta com as potências colonizadoras, assim como o seu vizinho Japão, são marcos profundos na história chinesa, mas foi de facto a dinastia *Manchu* que deixaria o país num estado de grande fragilidade, que coincide com o fim do poder de Qing, se inicia um período conturbado da nova república (Rios 2005).

A República Popular da China foi criada em 1949 pelo Conselho de Estado, à imagem da União soviética, o poder central encontrava-se centralizado nas mãos do Comité Central do Partido Comunista que assumia funções: executivas e legislativas. Em 1950, surge o Tratado de Amizade e Assistência assinado com a URSS, este tratado simbolizava, uma nova orientação da política externa chinesa, onde a procura do equilíbrio estratégico era primordial (Aden e Amnon). A década de sessenta é marcada pelo desenvolvimento tecnológico, incluindo o teste da primeira bomba nuclear, tornando a China parte dos países detentores de poder nuclear, o estatuto alcançado internacionalmente será indiscutível, assim como a sua postura não-alinhada com as superpotências. Surge, também a cisão com a União Soviética, devido à recusa chinesa em reconhecer a liderança do Partido Comunista Soviético. Com a morte de Mao Tsé-Tung, e um período de instabilidade interna, sucede-lhe Deng Xiaoping entrando em funções em 1978 dando seguimento à política de desalinhamento, com os blocos de leste e ocidental, fortalecendo a sua capacidade nuclear e distanciando-se do seu antecessor, Mao Tsé-Tung (Lampton 2001).

Na década de 80, surgem dois momentos cruciais, é assinado em 1984, o acordo que prevê a devolução de Hong Kong à China, e os acontecimentos que chocaram o mundo de Tiananmen (1989). A partir de 1980 a 1990, o processo de tomada de decisão, na política externa da República Popular da China, é mais personalizado e institucionalizado, e menos ideológico, uma vez que a ideologia tinha sido um fator condicionante na condução da política externa, mais do que a personalidade dos líderes (Mendes 2008). A relação estabelecida entre o exército e a elite do Partido do Estado “ inicia uma alteração: os líderes do PCC deixaram de ser provenientes do setor militar (como acontecia com Mao e Deng) e as forças armadas assistiram à diminuição do seu papel na atividade política. Ao nível do Estado, com o crescente número de personalidades com poder de decisão, a política externa passou progressivamente do plano individual para o plano coletivo, deixando de ser vertical para passar a ser horizontal” (Mendes 2008:231).

Atualmente pode-se considerar a política externa chinesa como sendo gradual e pragmática, pois ela desenvolve acordos comerciais e encontros diplomáticos, mas o potencial económico apresenta-se como o eixo fundamental, pois este oferece-lhe projeção internacional. Com intenção de se integrar na comunidade internacional e regressar a sua supremacia imperial, a política externa chinesa atua em diversos tabuleiros. No plano multilateral, a China tem-se assumido como uma forte dinamizadora nas esferas económicas, integrando-se na Organização de Cooperação de Xangai (2001), e o modo como que esta criação permite uma continuação dos interesses de política externa no campo regional. A criação da ASEAN Regional Fórum traduz também um momento de enorme relevância no contexto de afirmação do ator, uma vez que tem uma componente de segurança, traduzida na promoção da estabilidade através da cooperação e diálogo (Mendes 2008). A posição, desempenhada pelo governo Chinês, visa aproximar a China a países fornecedores de recursos naturais, nomeadamente o petróleo, construindo uma relação de reciprocidade e confiança com esses países. Desta relação destaca-se a aproximação de Pequim a alguns países africanos, nomeadamente Angola. A nível bilateral, a República Popular da China, tem vindo a desenvolver parcerias estratégicas com a União Europeia e Rússia (Mendes 2008).

Podemos observar que desde a formulação da República Popular da China em 1949, a política externa tem apresentado diversas mudanças significativas. São vários os fatores que marcaram a política externa chinesa: com o fim da Guerra Fria, a China passa a concentrar os seus esforços na formação de uma nova ordem multipolar, tendo como parte nessa estratégia o envolvimento no multilateralismo; a entrada na Organização Mundial do Comércio, que integra a China na economia mundial; e a saída do isolamento chinês após-Tiananmen, inicialmente deveu-se ao desenvolvimento de relações bilaterais, e um aumento significativo das relações multilaterais. Contudo, as linhas gerais da política externa Chinesa encontram-se assentes nos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, estabelecidos por Zhou Enlai em 1953.

Estes princípios submetem-se a um respeito mútuo pela integridade territorial e pela soberania, a não ingerência nos assuntos internos de outros Estados, igualdade e benefício mútuo (relações win-win), subjacente a estes princípios a China tem vindo a desafiar as regras atuais que regem o Sistema Internacional³⁰, procura a cooperação com países do terceiro mundo, e opõe-se ao hegemonismo, procurando a paz mundial (Mendes 2008).

Todavia, um estudo divulgado, pelo professor He Chuanqi da Academia Chinesa de Ciências Sociais, (CASS) evidencia uma nova estratégia internacional da política externa chinesa. Esta estratégia internacional foi denominada de “Estratégia da Pomba da Paz” (Mendes 2008: 235).

A estratégia em questão distribui as novas áreas da política externa pela imagem “ do corpo de uma pomba, seguindo uma lógica de prioridades, a estratégia indica que a ONU é a prioridade máxima (aparecendo no cabeça da pomba), a Europa e aos Estados Unidos aparecem em pé de igualdade (colocados cada um numa asa) e a América Latina; África e a Oceânia aparecem em último plano (na cauda da pomba) ” (Mendes 2008: 235-236). O posicionamento relativamente à ONU diz respeito fundamentalmente em “ seguir a carta das Nações Unidas e promover a paz mundial, na sequência da velha linha orientadora da política externa chinesa, a coexistência pacífica” (Mendes 2008: 236). Ademais a Academia Chinesa de Ciências Sociais tem vindo a sublinhar “a necessidade dos Estados resolverem as disputas regionais dentro deste espírito e advoga o reforço da cooperação de acordo com a Carta das Nações Unidas e com o direito internacional, fazendo claramente menção à reforma da ONU” (Mendes 2008: 236).

Portanto, a República Popular da China possui uma vontade em desenvolver a sua presença em meios influentes como a ONU, “ o envolvimento da China em Organizações internacionais e regionais aumentou à medida que esta foi sentindo maior necessidade de participar, nomeadamente para evitar tomada de decisões contrárias aos seus próprios interesses” (Mendes 2008: 237). Os Estados Unidos da América e a Europa, surgem cada um numa respetiva asa, isto sugere que é “ do interesse chinês encontrar um equilíbrio na relação entre estes dois blocos, no entanto a relação com Washington é claramente mais importante para Pequim do que a sua relação com a Europa; esta é percecionada pela China sobretudo como uma valiosa alternativa quando decorrem negociações com os EUA” (Mendes 2008: 238). A Europa é uma parceira benéfica para Pequim, a China tem realizado parcerias estratégicas bilaterais com a União Europeia e com países europeus.

³⁰ Sistema Internacional: “ apelar ao sistema internacional é uma forma de se representar as relações entre certo número de atores para lá das fronteiras nacionais, tendo em atenção simultaneamente o quadro e o resultado dessas relações num dado momento” (Sousa 2008:189).

“ Em termos políticos, estes interesses passam pela manutenção da paz, segurança, estabilidade e envolvimento multilateral: responsabilidades e liderança partilhadas e resposta conjunta aos desafios internacionais” (Mendes 2008: 239).

Relativamente a África, América Latina e Oceânia, estas regiões apresentam Estados com os quais Pequim possui uma relação de cooperação. Alguns destes países têm sido fundamentais para que a República Popular da China a encontrar um equilíbrio na sua relação ocidente/oriente. A atual abordagem da política externa chinesa ao continente Africano, reflete sobretudo em preocupações internas, no entanto a aproximação mais concreta ao continente africano surgiu a partir da década de 90, porque este relacionamento existe desde a época pré-colonial. A China tem vindo a destacar diversos aspetos positivos no continente africano, obviamente os recursos naturais, que surgem como fator primordial, bem como o aprofundamento da cooperação sul-sul (Rios 2005). “ A verdade é que a cooperação sul-sul é cada vez mais visível e Pequim tem mostrado interesse crescente nestas regiões, em parte devido à sua política energética de diversificação dos países de importação dos recursos naturais Com a sua postura de não-ingerência nos assuntos internos dos outros Estados, a China tem concedido crédito e infraestruturas apenas exigindo em troca recursos naturais, por oposição às condições impostas pelos países ocidentais na questão dos Direitos Humanos” (Mendes 2008: 240). A política externa chinesa no continente africano tem obedecido a alguns princípios, tais como: igualdade, benefícios mútuos, não intervenção nos assuntos internos, e o princípio de “uma só China”, ou seja, o não reconhecimento de Taiwan é a única exigência executada pela China nos países africanos. Contudo, as linhas gerais da política externa Chinesa encontram-se assentes nos cinco princípios da coexistência pacífica, estabelecidos por Zhou Enlai em 1953 (Mendes 2008).

Estes princípios submetem-se a um respeito mútuo pela integridade territorial e pela soberania, não ingerência nos assuntos internos de outros Estados, igualdade e benefício mútuo (relações win-win), subjacente a estes princípios a China desafia as regras atuais que regem o Sistema Internacional procura a cooperação com países do terceiro mundo, e opõe-se ao hegemonismo, procurando a paz mundial (Mendes 2008). A China, em grande medida, fruto das alterações na sua política externa, começou a ser vista como um modelo de desenvolvimento pelo mundo, conquistando facilmente os países nomeadamente aqueles que dá crédito e investe em troca de recursos naturais como é o caso específico de Angola (Mendes 2008). Atualmente, a política externa chinesa possui alguns princípios fundamentais na sua promoção entre eles destacamos: a defesa da paz mundial, o combate ao hegemonismo, a promoção da estabilidade económica, desenvolvimento de uma cooperação entre Estados, a persistência na sua independência e autonomia, respeito pela igualdade e pelos princípios da coexistência pacífica, opondo-se ao imperialismo, colonialismo (Vang 2008).

Destacamos também alguns dos objetivos atuais da política externa chinesa:

- “Promover parcerias bilaterais com outras potências e atores globais, capazes de conferirem à China uma maior liberdade de ação face aos EUA ” (Carriço 2012: 151).
- “Cooperar com a Rússia em questões de segurança regional asiática, mais concretamente na Ásia Central ” (Carriço 2012: 151).
- “Desenvolver o *soft power* da China através da atração gravítica da sua cultura e civilização, potenciando o incremento da sua influência regional e global, do qual o conceito de “mundo harmonioso” (*hexie shijie*) é um bom exemplo” (Carriço 2012:152).
- “Explorar rapidamente todas as oportunidades de comércio e de investimento regional e global, criando um ambiente propício à continuação da sua ascensão/ desenvolvimento pacífico ” (Carriço 2012:152).

Todos estes objetivos são mais visíveis a partir de 2010, e sublinhe-se ademais, que a tendência parece revelar as mesmas dinâmicas no futuro. A República Popular da China continuará a executar laços amistosos com todos os países, sem deixar de aderir aos princípios da coexistência pacífica, a sua política externa pretende sobretudo salvaguardar a dignidade da nação, compreendendo perfeitamente as suas responsabilidades e obrigações no cenário internacional (Mendes 2008).

3.3 O interesse nacional e as prioridades da política externa chinesa

A política externa da China tem vindo a exercer um papel de relevo na situação atual internacional. Da análise efetuada no primeiro capítulo, conclui-se que a política externa chinesa apresenta axiomas oriundos da tradição realista das relações internacionais, encontra-se esculpida por motivações internas, voltadas essencialmente para o fortalecimento do poder nacional. Da análise efetuada conseguem-se observar as principais prioridades, sendo elas: garantir os níveis atuais de desenvolvimento internos, assegurar acesso aos recursos naturais, e evitar o reconhecimento internacional de Taiwan. As prioridades mencionadas alimentam fundamentalmente o Partido Comunista e asseguram uma estabilidade interna (Mendes 2010). Dentro dos fatores endógenos que se encontram presentes no processo de tomada de decisão na política externa, salientamos os interesses internos que refletem sobretudo o empenho em salvaguardar e garantir a sobrevivência da nação, justificando por isso “ o empenho de todos os recursos; esse interesse reflete-se na formulação de objetivos vitais conjunturais de acordo com as capacidades reais do Estado” (Freire 2011:348-349).

Atualmente, o interesse nacional da República popular da China, passa sobretudo “ por alimentar os níveis de crescimento económico que internamente servem de fonte de legitimidade do Partido Comunista e alimentam, ao nível doméstico, o nacionalismo. Os líderes chineses recorrem fundamentalmente ao nacionalismo para assegurar a estabilidade da política interna. Contudo o, nacionalismo, é entendido como sendo a defesa dos interesses estatais, aliando a componente ideológica e histórica e apoiando-se na legitimidade da China para recuperar das humilhações passadas e respetiva recusa em aceitar a subordinação a potencias responsáveis pelos tratados, que considera desiguais. Assim, o fator ideológico e o fator histórico têm levado os líderes chineses a incutir um carácter cada vez mais nacionalista à ideologia comunista e a recorrer cada vez mais ao nacionalismo como fonte de identidade” enquanto elemento de unificação nacional é fonte de legitimidade do Partido Comunista (Mendes 2008: 233). Hoje em dia, os interesses nacionais Chineses refletem-se na busca de estabilidade regional, na unificação do Estado, assegurar a estabilidade política, realizar um crescimento económico contínuo e estável e a procura de recursos naturais, sendo estes um dos principais fatores que condiciona a política externa, pois a segurança energética do Estado, ou a segurança nacional é uma prioridade imediata do Estado Chinês (Johnston 2008).

No que diz respeito às prioridades da política externa chinesa, estas encontram-se incrementadas no plano interno ao nacionalismo, garantindo a estabilidade e a unidade de uma regime inseguro, que leva a República Popular da China a pôr um fim às humilhações do passado. Para a China, “ a integridade territorial é atualmente o fator político, económico e social prioritário. Apesar de não temerem uma invasão territorial, os líderes chineses estão conscientes da delicadeza da questão de Taiwan e da permanência de conflitos no seu território” (Mendes 2008: 233). Existe um claro interesse “ em assegurar um ambiente pacífico na esfera regional e o acesso a recursos energéticos a nível internacional, de forma a manter os níveis de crescimento económico. (...) A atitude assertiva no plano externo tem como fundamento acenar com bandeira nacionalista no plano interno garantindo a unidade e estabilidade de um regime autoritário inseguro: o legítimo direito a pôr fim às humilhações passadas (Japão) e recuperar territórios perdidos (Taiwan). (...) Este pragmatismo no relacionamento com os seus vizinhos (Índia, Rússia) advém não só, da já referida necessidade regional, mas também dos sentimentos de vulnerabilidade motivados pela questão de Taiwan” (Mendes 2008: 230).

3.4 Meios de implementação ou instrumentos da política externa chinesa

Estabelecidos os interesses nacionais e as prioridades da política externa chinesa, podemos avançar na análise dos meios de implementação, ou instrumentos utilizados para implementar as diretrizes da política externa e alcançar os objetivos pré-definidos. Segundo Hill, “ os Estados possuem um número limitado de instrumentos possíveis para exercer a sua política externa, aumentando a complexidade da parte prática do processo de atuação externa do país” (Hill 2003: 145). Como tivemos oportunidade de observar, tanto o nacionalismo com o aumento do crescimento económico chinês desencadeou diversas estratégias de aplicação da política externa chinesa. O nacionalismo promoveu uma atitude assertiva na legitimação o Partido Comunista no poder, e promove a obtenção de recursos naturais, que alimentam a economia chinesa. Assim sendo a política externa chinesa “ tem sido essencialmente caracterizada por uma diplomacia económica cada vez mais ativa e por conceitos securitários que procuram transmitir uma imagem defensiva (“ascensão pacífica”, “desenvolvimento pacífico”)” (Mendes 2008 : 234). Contudo, os meios utilizados por Pequim para atingir os seus objetivos na política externa têm sido de instrumentos diplomáticos variados. “ O recurso alternado ao bilateralismo vs. Multilateralismo permite a adoção de uma estratégia mais assertiva ou mais diplomática consoante a relevância da questão” (Mendes 2008: 235).

O multilateralismo tem sido claramente um dos instrumentos que se tem desenvolvido na metade do século passado, “ privilegia o processo de consulta entre os vários atores de determinado espaço geopolítico” (Freire 2011: 351). O multilateralismo, assim como a globalização são os principais vetores da política externa da China. “ Ao promover o multilateralismo como forma de aumentar a sua influência de uma maneira não ameaçadora, a China estará a ter em conta as lições retiradas da maior das potências ascendentes do século passado - os EUA o multilateralismo trouxe o reconhecimento ao governo chinês, mas também responsabilidades acrescidas” (Cunha 2012: 114). A República Popular da China, nos primeiros anos da sua existência, não possuía relações externas, apesar do líder Mao Zedong direcionar os primeiros passos em direção ao multilateralismo, a história chinesa sugere-nos que o multilateralismo “ não seria atualmente a forma preferencial de relacionamento se a China não estivesse tão agregada com a globalização e se mantivesse a posição hegemónica em que se encontrava no passado. A existência de uma única superpotência é, provavelmente o fator exógeno que mais influencia a definição da política externa chinesa” (Freire 2011:351).

A forma mais eficaz de a China chegar a essa multipolaridade é “reforçando o papel das instâncias multilaterais, onde os vários atores internacionais são ouvidos e podem evitar decisões unilaterais. Assim, o recurso ao multilateralismo surge, não por haver um interesse genuíno chinês de agir de acordo com as normas em vigor mas motivado pelo interesse nacional de combater a hegemonia de uma potência mais forte” (Freire 2011: 352).

Através de uma análise mais cuidada, verifica-se por exemplo que a diplomacia chinesa multilateral, no continente africano encontra-se centrada no discurso do anti-colonialismos e pan-Africanismo, ou seja encontra-se focada em questões políticas de conquistas e apoio a organismos internacionais, por exemplo a ONU, onde um quarto dos representantes da ONU são países africanos. Dentro dos instrumentos de política externa chinesa no cenário africano, podemos destacar a diplomacia energética, onde o objetivo central é garantir o fornecimento de petróleo, e colocar a China numa posição de importância no mercado petrolífero. Outro dos instrumentos a evidenciar é a diplomacia económica e as tentativas multilaterais, já a diplomacia militar não é empregue pela China em África, porém não podemos deixar de destacar a posição da República Popular da China em operações de paz da ONU, sendo uma estratégia do soft power chinês. Já a participação chinesa em organizações como: “Asia-Pacific Cooperation (APEC), Association of Southeast Asian Nations (ASEAN) ” (Freire 2011:353), entre outras, revela à prática de um multilateralismo com intenções lucrativas, ou seja satisfazer os interesses da *realpolitik* Chinesa (Mendes 2008).

Numa estratégia de *smart power*, a política externa chinesa quer no plano multilateral e bilateral recorre ao exercício do soft power³¹ e *hard power*³² para assegurar as prioridades internas. A República Popular da China tem exercido *soft power* no multilateralismo de âmbito regional, este *soft power* é exercido como índole económica, civilizacional e cultural, contrariamente a versão americana cunhada por Joseph Nye. No plano internacional, o soft power é exercido como meio para atingir um mundo multipolar, alterando a hierarquia no momento atual do sistema internacional claramente unipolar (Nye 2012).

³¹ Soft Power: “ capacidade de influenciar pela persuasão e não pela coerção, ou seja todas as atividades que ultrapassam o domínio de segurança, como seja a ajuda humanitária, o investimento económico, a cultura, e neste caso a diplomacia multilateral” (Freire 2011: 353).

³²Hard Power: “ poder duro que se baseia em estímulos, ou ameaças para obrigar outros a fazer aquilo que nós queremos” (Sousa 2008:156).

Nas palavras de Joseph Nye, o soft power atua através de uma cooptação, digamos que seja a construção de uma agenda no plano internacional com o objetivo de atrair diversos países, sem a utilização de ameaça ou força. O Soft power tem características peculiares, e possui algumas implicações: é um subproduto da ação social, e não se encontra em poder do Estado, mas pode ser reforçado através de diversos, atores, ONG, empresas. No contexto chinês, este conceito é também utilizado no plano interno, pois envolve o fortalecimento e a estabilidade interna, e a ampliação da influência externa da China (Nye 2012).

Uma das evidências do soft power chinês passa pela definição, objetivos e mensagens para o seu público-alvo. Na Ásia, o soft power utilizado teve grande sucesso, alcançando uma vasta cooperação com quase todos os países da região. Para projetar a sua imagem de potência a China, tem recorrido a vários recursos estratégicos, onde podemos destacar a diplomacia pública, e todas as suas potencialidades.

“ De acordo com Joseph Nye existem três fontes principais para o soft-power, designadamente: a cultura, os valores políticos, e a política externa. No caso chinês o crescente soft power não pode ser naturalmente dissociado da projeção económica dos interesses chineses. Por outro lado, se os valores políticos da China não são facilmente exportáveis (pelo menos para o Ocidente), já a cultura chinesa, seja na sua ancestralidade ou na sua modernidade, tem um enorme potencial de disseminação em todos os quadrantes geográficos” (Cunha 2012: 117). No âmbito da diplomacia multilateral, Pequim no cenário internacional, adotou uma postura no estabelecimento da agenda (agenda-setting) internacional, em vez de ser um seguidor de diretrizes, executadas por outros países (Mendes 2009). Deste modo, podemos destacar que o uso do soft power verifica-se na posição que a China assume em matéria de diplomacia internacional. Com a aplicação do soft power a RPC, tem vindo a beneficiar transações comerciais e a economia chinesa em modo geral. Tais consequências devem-se fundamentalmente ao facto da China receber apoio de países terceiros, tais como Angola (Nye 2012).

Atualmente a China possui uma política mais pro-ativa, possuindo mais protagonismo em fóruns multilaterais, atua perante os outros Estados como defensora de relações (win-win), e “apresenta uma postura de não interferência nos assuntos internos dos outros Estados, contrastando com a posição ocidental de desrespeito pela soberania e de imposição de sanções, a China conquista facilmente os países sujeitos a escrutínio internacional e é vista como um modelo pelo mundo em desenvolvimento, nomeadamente naqueles a quem dá crédito e investe em troca de recursos naturais” (Mendes 2008: 240-241).

Ao ignorar as normas ditas de ocidentais, a China impõe outras normas com típicas características chinesas, decorrentes dos Princípios da Coexistência Pacífica, o Princípio da não-ingerência nos assuntos domésticos “ leva a uma política de incondicionalidade (no strings-attached) no relacionamento com os outros Estados, não exigindo o respeito de normas de boa governação ou respeito pelos direitos humanos. Assim, em troca da ajuda pública ao desenvolvimento, por exemplo em África (...), a China apenas pede contrapartidas económicas ou apoio político, ao contrario do mundo ocidental (...)” (Freire 2011: 35).

3.5 A influência da questão energética na política externa chinesa

Com a desigualdade dos recursos energéticos a nível mundial, seria expectável que alguns países possuíssem um sentimento de insegurança sobre o futuro do abastecimento de energia, principalmente em regiões onde a questão energética é crítica como o caso específico da Ásia. A República Popular da China, ao longo das décadas, tem vindo a desenvolver uma dependência cada vez maior em termos de recursos energéticos, é claramente um dos principais fatores domésticos que condiciona a política externa. Uma das preocupações centrais da República Popular da China tem sido a manutenção dos seus índices de desenvolvimento económico, assim como o aumento da produção energética a nível doméstico, visto que a China se encontra numa grave posição de dependência externa. Ao longo das últimas décadas, a China tem tido uma procura crescente em recursos energéticos, tem competido com os principais consumidores do Ocidente, e exerce influência sobre os países produtores. Para alimentar o crescimento acentuado da sua economia, a China têm adotado uma política eficaz respetivamente ao seu abastecimento, estabelecendo como uma das prioridades fulcrais: o abastecimento em matérias-primas. O Impacto da sua procura crescente de recursos tem ultrapassado grandemente a escala regional, chegando mesmo a afetar os preços das matérias-primas numa escala mundial (Mendes 2009).

Podemos mesmo afirmar que a questão energética tem influenciado, de forma significativa toda a política externa chinesa. “ Entre 1998 e 2003 cerca de 60% das importações de petróleo provinham do Médio Oriente, devido às crescentes vagas de instabilidade e principalmente com a guerra do Iraque e o reforço da presença norte-americana na região, a China não se têm preocupado a esforços para diversificar os seus fornecedores energéticos. A dependência da importação de recursos tem, então, sido acompanhada de uma política de diversificação dos países fornecedores, levando à aproximação a regiões tradicionalmente consideradas marginais” (Mendes 2009:143). Desde os anos 90, que a China é o 2º maior consumidor de recursos naturais, incluindo: petróleo, chumbo, alumino, soja, sendo o maior consumidor de: zinco, ferro, aço e cobre. As necessidades de consumo são consideravelmente superiores à sua capacidade de produção, assim sendo, Pequim tem tentado diversificar as suas alianças com os países que dispõem recursos energéticos, a fim de garantir o seu crescimento económico.

As importações da República Popular da China, inicialmente eram provenientes do Médio Oriente, com a crescente instabilidade da região e a presença Americana desde o 11 de Setembro, contribui para uma política chinesa com maior diversificação nos fornecedores de recursos naturais. É neste enquadramento que surge, a África, América Latina, e a Ásia Central, tornando-se regiões com uma enorme importância estratégica no que diz respeito ao fornecimento de petróleo (Cunha 2012). É pois, neste contexto particular, que deve ser lido este novo relacionamento chinês com o continente Africano. Com efeito, o continente africano apresenta uma diversidade em matérias-primas. “A política energética chinesa para os países africanos (...) tem recorrido a quatro instrumentos fundamentais por forma a consolidar as relações diplomáticas e garantir o fornecimento desses recursos: o comércio, a Ajuda Pública ao Desenvolvimento, a criação de Fóruns trans-regionais e Investimento Direto Estrangeiro (IDE) (...)” (Mendes 2009:146).

A procura contínua de recursos naturais por parte da China tem contribuído significativamente para o desenvolvimento de alguns países, em África, o montante concedido pelo Estado chinês ronda os 100 milhões de dólares por ano. Cumpram-se ademais sublinhar, que Angola é o principal fornecedor e parceiro comercial do continente africano à China. A região estabelecida desde a Nigéria a Angola, tornou-se uma região com interesse geopolítico vinculado à segurança energética da República Popular da China (Mendes 2009). Portanto, podemos afirmar, com algum rigor que o motor da presença chinesa no continente africano é a dependência dos recursos energéticos, e a procura de parceiros que possam garantir tal privilegiado acesso (Cunha 2012).

Em síntese, Pequim devido a sua dependência externa em termos de importação de recursos energéticos e para assegurar as suas prioridades internas, recorre a uma diplomacia económica quer no plano multilateral ou bilateral, levando a estabelecer relações diplomáticas com países fornecedores de tais recursos. Para assegurar a sua diplomacia económica, a China recorre ao soft power e ao hard power, como meio de reforçar a sua posição no mundo e consolidar os seus interesses e estratégias globais (Kurlantzick 2007).

Capítulo 3 - Angola

O terceiro capítulo desta dissertação remete-nos para uma abordagem sobre Angola. Sendo este Estado, o caso de estudo desta dissertação seria importante abordá-lo de forma precisa. Para dar início ao terceiro capítulo foi realizado uma breve apresentação sobre a população angolana, sua etnia e cultura. Foi, ainda necessário efetuar um entendimento do processo de descolonização. Nesta perspectiva foi também importante ressaltar, o surgimento de diversas reivindicações nacionalistas, e o aparecimento de movimentos de libertação de Angola (MPLA, UNITA, FNLA). Para uma melhor compreensão deste Estado, foi necessário abordar o seu sistema político presidencial, e a sua economia. Foi também abordado o sector petrolífero, sendo este o motor da economia angolana, onde operam companhias petrolíferas estrangeiras e nacionais. Como forma de finalizar o capítulo foi realizada uma abordagem sobre o uso das receitas da indústria petrolífera, que no caso de Angola são bastante ilustrativas, foi também desenvolvida uma clara abordagem sobre a indústria diamantífera.

1. Breve Apresentação de Angola

Com cerca de 20,82 milhões de habitantes, Angola possui uma superfície de 1246 700 km². Relativamente ao seu território, este país encontra-se situado na costa ocidental da África Austral, a norte é limitado pela República do Congo, a oriente pela República democrática do Congo, e a sul pela Namíbia, sendo que a ocidente encontra-se banhada pelo Oceano Atlântico (Banco Mundial 2014). Relativamente ao povo angolano, pode-se considerar bastante heterogéneo, retratado pela vasta diversidade cultural e étnica. Esta variedade étnica, foi com efeito, agrupada em função de critérios linguísticos no período pré-colonial, destacando-se os: Ambundo (língua materna o Kimbundo, etnia que possuía contactos com os europeus); Bakongo, (língua materna Kikongo, tiveram um papel político de destaque no século XV e XVI); Ovimbundo (é o grupo mais numeroso e homogéneo, sendo a sua língua materna o Umbundo), Ganguela, (é o grupo mais heterogéneo de Angola, sua população ocupava as províncias de: Kuando, Kubango, Moxico), Herero (sua língua materna o Tchielelo, etnia que interveio pouco na história de Angola). Mas a grande maioria, se não a totalidade da população angolana é de origem *Bantu*. “ Esta designação é atribuída à maioria da população fixada ao sul do Equador e usada em relação a todos os povos cujas línguas utilizam a raiz *ntu* para designar homem e cujo plural é exatamente a palavra bantu” (Santos 1997: 40). Sendo a população angolana constituída por 20,82 milhões, uma parte da população têm origem na miscigenação, primeiramente pelos grupos que migraram para o atual território de Angola, e

pela população europeia, maioritariamente portuguesa no período da colonização. Angola possui uma sociedade multicultural e multiétnica, existe um grupo majoritário e as minorias, ou seja duas culturas a cultura bantu, e a cultura não bantu (têm origem Europeia e Africana), levando a que os angolanos se questionem sobre a sua *Angolanidade* (Brodway 2007).

1.1 Contextualização Histórica

A configuração histórica e geográfica do território angolano remonta ao início de 1575, com a fundação de Luanda, porém, viria a ser alterada com a chegada dos portugueses em 1468 ao rio Congo. Esta incursão portuguesa inseria-se no programa de exploração marítima, com o objetivo de atingir o Cabo da Boa Esperança e expandir a rota comercial portuguesa. Depois do afastamento português, o território Angolano seria recuperado pelos portugueses em 1648, a posse de Angola, seria fundamentalmente um elemento geopolítico de extrema importância, pois incidiu nas relações executadas entre os Estados europeus, no exato momento em que a Europa realizava a primeira conferência em Vestefália. No século XIX, a maioria dos territórios de Angola eram alvos de disputa por parte das potências coloniais, especificamente por parte de Portugal e Alemanha, com uma interferência significativa também do Reino Unido. Contudo, as características dos impérios coloniais estabelecem, à data, essencialmente relacionamentos internos, criando confrontos diretos com as sociedades tradicionais, viabilizando a escravatura, que comanda evolução até à desejada independência (Mudimbe 2012).

Torna-se, pois, obrigatória a compreensão do processo de descolonização, pois a história recente de África e conseqüentemente de Angola, começa com o desaparecimento do colonialismo³³ estabelecido pelos europeus. O processo de descolonização é essencial para compreender a posição que África e Angola ocupam atualmente no mundo. Na década de trinta e quarenta, o regime político português denominado por Estado Novo, era essencialmente marcado pelo corporativismo, e autoritarismo, estabelecia modificações de caráter administrativo e político nas colónias portuguesas, tendo como objetivo, alcançar um equilíbrio económico em todo o império. Para o Estado Novo, permanecia a ideia da existência de uma comunidade que englobava, não só Portugal mas também os arquipélagos adjacentes assim como parte do território Africano (Angola, Moçambique, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe), o Estado da Índia Portuguesa (Damão, Goa, Diu, Dadrá), parte ocidental de Timor, e a cidade de Macau. Este regime político português residia

³³ Segundo Sousa (2008:39) Colonialismo refere-se à : “ Teoria ou prática de estabelecer controlo sobre um território estrangeiro e transforma-lo numa colónia. (...) é então uma forma particular de imperialismo. Na sua essência envolve direitos desiguais, separação, e exploração deliberada. (...) é geralmente caracterizada pelo povoamento e domínio económico. Envolve a colonização de territórios estrangeiros, a manutenção de poder sobre uma população subordinada, e a separação do grupo dominante da população. A relação entre o grupo o país-mãe e a colónia é geralmente de exploração”.

fundamentalmente numa realidade imperial, neste sentido, promoveu vários dispositivos legais que tinham como objetivo afirmar a opção de uma política centralizadora (Peñas 2000).

Com efeito, “ no final do século XIX, os Estados europeus legitimavam o seu poder através da ideologia nacionalista que se foi configurando ao longo do século. (...) a Europa concebia-se como um conjunto de nações homogêneas constituídas por Estados independentes iguais e soberanos. O nacionalismo, nas mãos dos governos conservadores europeus, converteu-se na poderosa legitimação que se esgrima como fundamento de autoridade do Estado sobre a população.” (Peñas 2000:18). Em 1945, praticamente todo o continente africano permanecia de baixo da dominação colonial proveniente das potências europeias, maioria Estados que teriam sido vencedores da 2ªGuerra Mundial.

Nesta perspetiva, cumpre assinalar que Angola foi uma das colónias do império colonial português até a data da sua independência 1975. No seu pensamento colonial, residia um ideal imperialista, cujo objetivo seria defender a soberania sobre os territórios do continente africano. É relevante também ressaltar, que derivado à colonização portuguesa, surge a importância do *Estatuto dos indígenas*, que tinha como função dividir a população angolana em: indígenas (desprovidos de qualquer tipo de direito), assimilados, e civilizados. Outro fator relevante no país foi o fato do estímulo dado pelo Estado Novo à imigração portuguesa para as respetivas colónias, o qual viria a provocar transformações assinaláveis nos centros populacionais. No contexto da colonização surgem, grupos que se diferenciariam da restante população africana e viria a sofrer com a marginalização. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria surge um novo cenário político internacional, onde os impérios coloniais são questionados, a contestação colonial inicia-se com o desmantelamento dos impérios coloniais e resultante do conflito inter-sistémico da Guerra Fria “são apresentados modelos alternativos de organização da modernidade, onde os líderes dos movimentos anticoloniais poderiam utilizar em suas reedificações anticoloniais e suas construções políticas posteriores” (Peñas 2000: 20).

Este contexto irá determinar o território Angolano, contribuindo para o desenvolvimento de diversas reivindicações nacionalistas, que encontraram no regime do Estado Novo, uma forte perseguição e oposição. Em 1961 surge uma abertura para os investimentos provenientes do estrangeiro. É, também neste ano, que é abolido o Estatuto do Indígena, iniciando-se um processo para o desenvolvimento económico. Com as fortes contestações anticoloniais desenvolvidas em Angola e classificadas pelo governo português como ações terroristas, os observadores internacionais iniciam uma observação incisiva na política colonial portuguesa. Portugal com o intuito de amenizar a situação no território angolano realiza esforços significativos na educação e na saúde, modificando também a esfera administrativa e económica. Não obstante as modificações realizadas pelo governo português, estas serão suficientes para solucionar as tensões em Angola, revelando uma nova dinâmica marcada pelo

reforço da política de imigração, e pelo aumento da militarização, não deixando alternativa às organizações anticoloniais em Angola senão a clandestinidade (Brodway 2007).

1.2 O desenvolvimento dos movimentos de libertação de Angola

A luta armada, como iniciativa de construção política, seria iniciada por movimentos africanos de origem nacionalista, os quais tinham o objetivo de destruir o colonialismo português. É neste ambiente revolucionário que acabaria por nascer o modelo de organização social e político, fruto de raízes coloniais. O nacionalismo é definido como “um princípio político que defende a unidade nacional e que a unidade política deve corresponder uma à outra (...) podendo ainda ser encarado como ideologia e nessas circunstâncias, serve de suporte à sua assunção enquanto movimento” (Venâncio 2000:63).

É no entanto, no século XX que surge o reconhecimento do poder e um delineamento construtivo do pensamento do homem africano para o encontro da sua afirmação política, como meio de defesa contra a dominação do colonialismo europeu. Após um período marcado pela resistência à ocupação, surge o movimento de descolonização em África, que teria início após a primeira guerra mundial. O movimento de descolonização foi assumido pelos povos colonizadores e impulsionado por movimentos de emancipação o designado *Pan-Africanismo* de William Du Bois, e Marcus Garvey, e o movimento que se destacaria como movimento cultural, a *Negritude*³⁴. Estes movimentos são em grande medida culturais e sociais e podem ser considerados como movimentos modernos, integrados por pessoas com formação escolar superior à dos nativistas (Venâncio 2000).

Porém, foi a assimilação proclamada pelos europeus, que deu impulso à consciencialização cultural, social e política estabelecendo novas diretrizes aos poucos negros e mestiços que conseguiram ter ingresso no setor educacional. Em Angola, o nacionalismo surge, inicialmente, no norte do país. É importante ressaltar, que foi este impulso terceiro-mundista que “acelerou o desenvolvimento do nacionalismo em África e das independências políticas (...) foi uma consequência do despertar dos povos colonizados, e que se revelariam os construtores genuínos do chamado Terceiro Mundo, enquanto “comunidade”, que partilha do sentimento de ter sido espoliada pelo Ocidente pelo colonismo europeu e como tal estar condicionada à partilha de um destino comum” (Venâncio 2000: 73).

³⁴ Segundo José Carlos Venâncio (2000:71), a Negritude é : “considerada por alguns como a versão cultural da pan- africanismo, é um movimento mais cultural que político, com grande expressividade no mundo de língua francesa. A designação é devida, ao que parece ao poeta antilhano Aimé Césaire que terá empregue pela primeira vez (...) o retorno às origens, afirmação intelectual do homem negro num mundo dominado pela idiosincrasia do homem branco, a valorização do seu passado histórico e da sua cultura tradicional como forma de tornar mais autêntica essa afirmação intelectual, são alguns dos preâmbulos doutrinais que podem ser imputados à negritude enquanto movimento intelectual, que nessa qualidade acabou por ser apanágio de uma minoria, em muito circunscrita ao mundo de língua francesa”.

Para a consolidação do sentimento de partilha contribuíram várias conferências, contudo o marco mais importante a destacar foi a Conferência de Bandung³⁵, em 1955 na Indonésia. Com o início da guerra de libertação nacional os objetivos centrais dos colonos incidem no desenvolvimento, segurança e autonomia administrativa, em suma, a participação mais ativa na condução dos seus próprios destinos, e abolir essencialmente o pacto colonial. Em 1970, Luanda, era considerada uma cidade mais europeia que Lisboa, com um nível de vida considerado acima da média no continente africano. A maioria da população não tinha como objetivo, perder os privilégios que eram detentores no ambiente colonial. O nacionalismo surge em Angola, no norte do país inicialmente com a UPNA (União das Populações do Norte de Angola), e a UPA (União das populações de Angola), existiam dois paradigmas fundamentais: os movimentos independentistas que defendiam a luta contra o colonialismo, e os defensores dos ideais de cooperação com a cultura de Portugal. É neste contexto de conflitualidade que nasce uma guerra entre etnias e surgem os movimentos de libertação de Angola, entre eles destacamos: MPLA (Movimento de Libertação de Angola), FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) (Brodway 2007).

Com efeito, um dos movimentos que contribui para a libertação de Angola foi o Movimento de Libertação de Angola, designado MPLA, que surge no final da década de 50, constituído por vários grupos anticoloniais e com um carácter urbano. Inicialmente surge como um movimento de luta pela independência de Angola, chefiado por Agostinho Neto, e por vários intelectuais nacionalistas como: Lúcio Lara, Daniel Chipenda, Mário Pinto, e Viriato da Cruz. Durante o combate colonial o, MPLA encontrou diversas dificuldades em território Angolano. Este movimento de libertação possuía uma orientação marxista, conquistou vários apoios em países designados socialistas (Venâncio 2000). Perante este cenário, é importante destacar que a presença do MPLA em 1960 na conferência dos Povos Africanos iria contribuir decisivamente para reforçar os laços com outros países do continente africano.

³⁵Conferência de Bandung: “ nela estiveram representados os 24 países entre os quais quatro dos continente africano (Egipto, Líbia, Libéria, e Etiópia), para além de esta conferência ter constituído uma pedra basilar para o Movimento dos Não-Alinhados, pelo menos dois dos princípios aprovados, o segundo e terceiro (a saber, o respeito pela soberania e integridade territorial de todas as nações, e o reconhecimento da igualdade de todas as raças e de todas as nações grandes e pequenas, viria a incentivar os líderes africanos na luta pela independência dos seus países, contra o colonialismo europeu e a inferiorização do homem negro” (Venâncio 2000:73-74). Com efeito, “ pela Primeira vez na história houve uma quebra da estrutura bipolar (URSS ou EUA) pela existência de outra hipótese às duas habituais, que permitia a equidistância das grandes potências mundiais. Estavam lançados os princípios políticos do Não-Alinhamento. A simbologia ideológica da Conferência foi, (...) o que mais pesou e que se mantém até hoje, dado que instituiu a possibilidade de ruptura com os poderes hegemónicos do ocidente na cena internacional, ganhando-se consciencialização de que a união poderia ter resultados benéficos através da conceptualização de alternativas que não incluíssem os poderes hegemónicos. Foi a primeira vez que uma Conferência internacional foi impulsionada pelos países marginalizados e com pouco peso internacional, que se uniram contra o colonialismo, com o objetivo de cooperação, marcando o início de novas relações internacionais e o início da vida ativa enquanto sujeitos não ocidentais que procuravam soluções” (Esteves 2008:53-54).

No entanto, as dificuldades do movimento encontram-se focadas na década de 70 a 74, com a divisão do movimento em três alas: a revolta da leste liderada por Daniel Chipenda, a revolta ativa liderada por Mário Andrade, e a ala presidencial cujo apoio seria a Agostinho Neto. Este período foi crucial para o MPLA, e seria marcado por diversas revoltas internas, com a mencionada revolta do leste. O fator determinante para a ascensão do MPLA, foi claramente a realização de uma frente militar, contra as tropas portuguesas, e tinha como objetivo legitimar a luta armada. Cumpre-nos ainda sublinhar que estes três movimentos já aludidos não representavam os interesses da população total do território de Angola. Cerca de 33.000 brancos residiam em Angola, o que, na verdade, os levaria a ser a segunda maior população branca do continente africano. Os brancos praticamente dominavam a totalidade dos setores dos transportes e da administração. Em 1974, os colonos do território de Angola tentaram desencadear uma revolta generalizada, com o objetivo de assumir o poder. Contudo esta tentativa, saiu frustrada devido à intervenção das tropas portuguesas fiéis ao MFA. Parte da oposição mestiça e branca ao regime do Estado Novo era caracterizada por uma orientação liberal democrata, tentou fazer-se representar nas discussões sobre Angola independente, organizando movimentos que mobilizavam o apoio das massas brancas em favor de uma descolonização consensual. Mas nenhuma organização da sociedade civil teve importância no processo de transição para a independência (Tull 2006).

Em 1977, no movimento de libertação de Angola, o MPLA surge uma discórdia liderada por Nito Alves, cujo objetivo é a realização de um golpe de Estado contra a direção do partido, no entanto esta tentativa é um fracasso graças as tropas cubanas presentes em Angola. Outro dos movimentos a salientar é a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), fundado em 1957, inicialmente conotado com o nome de União das Populações do Norte de Angola, o designado (UPA), adotando em 1958 o nome de União das Populações de Angola, com o líder, Hoden Roberto. Somente, em 1961 a junção do UPA e do Partido Democrático de Angola constituem a Frente Nacional de Libertação de Angola, (FNLA). Esta junção foi fortemente criticada pelo movimento rival (MPLA), sobre a alegação do carácter tribal e a falta de um discurso nacional que o movimento possuía, pois era um movimento muito voltado para as populações da sua origem, bakongo (Taylor 1998).

Este movimento encontra-se essencialmente enraizado entre os Bakongo, Ovimbundo, e os Ambundo iniciando a sua luta armada em 1961 no norte de Angola, tendo na retaguarda da sua luta o apoio da atual República Democrática do Congo, ex-Congo Belga. Todavia este movimento teve fortes limitações, apesar dos apoios da China, Roménia e uma parte de Mobutu, não conseguiu resistir a alguns contra-ataques de origem portuguesa, não teve a competência de manter controlo sob uma parcela do território angolano (Mundimbe 2012).

Relativamente à formação da UNITA, (União Nacional para a Independência Total de Angola), é formada em 1966, pelo ministro dos negócios estrangeiros e antigo secretário-geral do GRAE, Jonas Savimbi, tinha como base do movimento a sua etnia, Ovimbundo. Este entra em colisão com Holden Roberto, líder do FNLA por questões de carácter tribal, formando a

UNITA, e permitindo assim conceber uma estrutura política para a zona sul e centro de Angola. Inicialmente este movimento não continha apoios, atuava sobretudo no centro do território angolano, contudo mais tarde a UNITA, obteve um apoio modesto por parte da China em 1968. Alguns dos princípios gerais que defendiam a luta deste movimento, UNITA era essencialmente estabelecer novos princípios ideológicos, nova estrutura de dirigentes administrativos, ou seja criar mais tarde o que se designava de FALA (Forças Armadas de Libertação de Angola) (Lina 2010).

1.3 A influência das potências mundiais e da ONU

Durante o período da Guerra Fria, Angola possuía uma situação política de grande conflitualidade. Internacionalmente o cenário mundial seria visto só na ótica EUA/URSS. Contudo, a internacionalização do conflito em Angola foi marcada pelo apoio de Cuba e pela URSS ao MPLA, enquanto a UNITA recebe apoio proveniente da África do Sul e dos Estados Unidos da América. Para os EUA, o partido de José Eduardo dos Santos era sinónimo da força que a União Soviética provinha, enquanto para a África do Sul representava uma ameaça à continuidade do Apartheid. Quanto ao MPLA e à UNITA a rivalidade instaurada e a luta pelo poder era reforçado em parte devido à ideologia da Guerra Fria. A venda de armas por parte da URSS a Angola reflete claramente a influência das potências mundiais, sendo que Angola era o sexto país de destino das armas soviéticas. Com o início da década de oitenta, o cenário geoestratégico provocou um relacionamento da URSS com os EUA, influenciando os acontecimentos em Angola, pois com o fim da Guerra Fria e com a queda do muro de Berlim (1989), quer a UNITA quer o MPLA, envolveram-se num cenário livre com acesso aos recursos energéticos, sendo estes um maior obstáculo à paz (Tull 2006).

Respetivamente à influência política das Nações Unidas em Angola observa-se a sua presença inicialmente através de missões de verificação. Com a queda do muro de Berlim (1989), a ONU implementou a sua primeira missão (1991), que tinha como objetivo verificar a retirada das tropas cubanas do território de Angola. A segunda missão da ONU teve origem no mesmo ano (1991 a 1995), na sequência dos acordos de paz de Bicesse. Já a terceira missão, foi implementada em 1995 com a incidência dos capacetes azuis, tinha o objetivo lidar com o poder da UNITA e as suas sucessivas violações de acordos. Para além destas missões a ONU, implementou diversas sanções à UNITA, especificamente entre 1993 a 1997, entre as quais, se destacam: a proibição de obter recursos naturais e militares, o congelamento de contas bancárias, e a proibição de exportar diamantes.

Contudo, as sanções da ONU foram aplicadas mais severamente a partir do ano 2000, devidos às vitórias do governo e ao impasse estabelecido pela UNITA, esta posição da ONU, viria a impedir que a UNITA utilizasse bens de primeira necessidade, provocando na totalidade uma tragédia humanitária (Campos e Vine 2008).

1.4 A descolonização e o período pós colonial

O ano de 1973 ficaria marcado por diversas movimentações, com o objetivo de redinamizar o nacionalismo angolano, aumentando porventura a capacidade da sua resistência militar e política. A queda do Estado Novo em 1974 levaria Portugal a declarar a sua intenção de conceder independência às suas colónias. Desta forma, os três movimentos nacionalistas principais, MPLA, FNLA, e UNITA, lançaram tentativas com o intuito de assegurar o controlo do país. Formalizada a paz entre os três principais movimentos angolanos e o novo governo (e regime) português, o próximo passo seria negociar a independência e a transferência de poder. Porém, sem uma unificação sólida dos projetos políticos dos respetivos movimentos políticos, estes reúnem-se com Portugal. Os resultados surgem com a definição dos princípios que estabelecem o processo de transferência do poder político para o controlo angolano. Estes princípios ficariam conhecidos como o *Acordo de Alvor*. A independência de Angola ficaria prevista para o ano de 1975; até essa data, Angola, ficaria a ser administrada por um governo provisório (Mundimbe 2012).

Com a Independência de Angola e a queda do regime salazarista, fica facilitada a retoma política e militar do MPLA, após um período algum enfraquecimento. Após esse período, surgem diversos incidentes armados, torna-se evidente a disputa pelo espaço político. Neste sentido, ganham importância os países fronteiriços com Angola, como é o caso do Zaire, Congo e até mesmo da África do Sul. O Zaire contribuiria fundamentalmente através meios bélicos, prestando apoio ao FNLA, já o Congo teve um contributo notório ao MPLA, cedendo as suas estruturas portuárias, permitindo assim o fácil acesso dos contingentes cubanos. O papel da África do Sul surge essencialmente como forma de contenção das ações do MPLA. Este país tinha intenção de impedir que a guerrilha do MPLA progredisse na região do Kuando-Kubango. A sua inserção em Angola é contida pela FAPLA, (Força Armadas Populares de Libertação de Angola), que possuía um braço armado com o MPLA. Em 1975, o MPLA, assim como os restantes movimentos proclamam a independência de Angola em Luanda.

Os anos seguintes à independência de Angola (1975) são marcados por diversos conflitos entre o MPLA e a UNITA. Angola no período pós independência, vivia uma situação económica de crise profunda, acrescentando ainda a instabilidade política e a emigração de colonos, como consequência da guerra, estes fatores e outros conduziram a um quadro recessivo em Angola, que perdurou décadas, e alimentaria as disputas ideológicas entre os diferentes movimentos que atuavam em diversas frentes, assim como pela tentativa de golpe de Estado em 1977, que marcaria intrinsecamente a sociedade angolana. Nesse mesmo ano, o MPLA estabelece um regime monopartidário, marcado pela estrutura político-ideológica marxista-leninista, os restantes movimentos ou partidos como o FNLA, deixaram praticamente de existir pois durante esse período não tinham uma existência legal. Na década de oitenta, e com as modificações introduzidas no sistema internacional, proveniente porventura da crise soviética, Angola irá efetuar alterações nas suas estruturas políticas.

Com o fim da década de 80, e o fim da Guerra Fria, o governo do MPLA, anuncia um sistema de democracia monopartidário realizando as primeiras eleições para o ano de 1992, onde o FNLA constitui-se como partido político. Com os fracos resultados apresentados pelo FNLA, e a perda da sua credibilidade mesmo dentro dos Bakongo, surge uma diminuição significativa do eleitorado do FNLA. Já a UNITA, com a retirada de Cuba do território de Angola, e o fim do Apartheid na África do Sul, perde uma parte significativa do apoio militar até então existente (Campos e Vine 2008).

Com as eleições em 1992, Angola vive um clima de medo e desconfiança, onde se encontra uma tensão predominante até ao fim do processo eleitoral. As eleições de 1992 são inicialmente marcadas por um discurso democrático com uma influência neoliberal por parte de organizações político-militares. Outro dos aspetos a evidenciar é a permanência dos atores políticos principais, no entanto a disputa neste processo eleitoral gira-se em torno de duas forças armadas, ou seja existe uma necessidade de proteção militar dos partidos. Diante desta perspectiva os partidos em Angola irão recorrer a diversas estratégias para obter votos. A UNITA possuía um discurso étnico-racial claramente com o intuito de obter o maior número de votos do maior grupo étnico, Ovimbundo.

Para o efeito, o seu líder Jonas Savimbi, proclama uma legitimidade africana através de elementos culturais característicos, como as roupas ou a própria língua, distanciando-se assim de uma tendência de ocidentalização. Já a campanha proferida pelo MPLA, apresenta-se como uma organização político-partidária, onde o distanciamento do discurso étnico é demonstrável. Esta organização político-partidária, tinha como finalidade atuar no cenário democrático, é de evidenciar também a junção do MPLA com a Igreja Católica, distanciando do ateísmo tão característico do marxismo-leninismo, como meio de atingir um larga percentagem de votação. Com o desenvolvimento das primeiras eleições democráticas em Angola, foi demonstrado que o processo eleitoral tinha algumas fragilidades, no entanto o MPLA, tinha uma vitória nas presidenciais (Nuutinem 2012).

O primeiro processo eleitoral em Angola seria um fracasso, mas, serviu principalmente para compreender um processo de transição política, assim como foi importante para entender o embate entre duas forças beligerantes³⁶. O processo político angolano ao longo dos anos tem sido marcado por um número significativo de vítimas de guerra, que ficarão sempre no imaginário durante um processo eleitoral. As estratégias utilizadas dos partidos, nas eleições de 1992 seriam distintas, possibilitando diversas acusações entre os partidos e retomando a postura de beligerante, que teria como consequência o reinício da guerra civil. A retoma da

³⁶ Beligerante: “surge em situações em que a unidade e integridade do Estado são questionadas através do uso de meios militares. O beligerante apresenta um grau superior ao insurreto, na medida em que tem um comando organizado, e controlando parte do território, desenvolve dentro deste outras atividades que não exclusivamente militares (...) é também um sujeito de Direito Internacional, cujo o reconhecimento tem carácter constitutivo (...)” (Sousa 2008 : 27).

guerra civil angolana passa sobretudo pelo não abandono das posturas hegemónicas por parte das forças beligerantes (Tull 2006). No decorrer desta investigação, conseguimos encontrar alguns dos fatores que contribuiriam decisivamente para o agudizar desta situação, nomeadamente a limitação da participação em acordos de paz entre os movimentos armados, e a participação em alguns acordos que privilegiaram uma disputa política. Neste sentido é também importante ressaltar, a incapacidade por parte da comunidade internacional em compreender a complexidade do caso angolano, a falta de recursos humanos, materiais, e logísticos. Cumpre-nos ainda sublinhar, que a vitória do MPLA nas primeiras eleições democráticas em 1992 possibilitou uma legitimidade internacional, o que permitia ao partido uma posição mais cómoda, adquirindo reconhecimento pelo governo dos Estados Unidos da América, que passará a apoiar a ONU em sanções à UNITA. Desde a sua vitória nas eleições de 1992, o MPLA, obteve um reconhecimento nacional e internacional, que lhe concede por fim a guerra com a UNITA, através de vitórias militares. Com efeito, o fim do conflito armado servirá para a estruturação das organizações independentes de carácter: religioso, cívico. José Carlos Venâncio assinala ainda o papel ativo das ONG, que promoveram o auxílio que fora negligenciado pelo próprio Estado Angolano (Venâncio 2000).

1.5 O reconhecimento internacional da independência de Angola

O reconhecimento de um Estado levanta normalmente várias questões. Em relações internacionais, o reconhecimento de um Estado como independente é uma questão do foro do Direito Internacional Público³⁷, sendo uma questão de natureza jurídica e política. O nascimento de um Estado, e as suas respetivas modificações, são eventos que afetam a estrutura e o bom funcionamento da comunidade internacional.

Assim sendo, um Estado possuidor da sua soberania, quando *nasce* ou se *emancipa*, encontra-se condicionado pela sua admissão na Comunidade Internacional³⁸. Após a sua emergência, o governo instalado envia uma correspondência a todos os Estados do mundo, solicitando o seu reconhecimento. Os pressupostos constitutivos e o próprio governo do respetivo Estado devem buscar o seu reconhecimento em atos emanados na comunidade internacional (em Organizações Internacionais, e Estados) o que incluirá também a aplicação de normas do direito internacional. No caso específico de Angola foram desenvolvidas diversas campanhas

³⁷ Direito Internacional: “ A expressão direito internacional é relativamente recente, tendo sido introduzida no século XVIII por Jeremy Bentham. (...) O direito Internacional é um conjunto de normas reguladoras das relações internacionais entre Estados ou entre sujeitos do Direito Internacional Público” (Sousa 2008: 66-67).

³⁸ Comunidade Internacional : “ na linguagem corrente utilizada pela comunicação social, o termo comunidade internacional tende a ser utilizado para projetar antropomorficamente uma entidade imaginária por detrás daquilo que se pensa ser um consenso ou opinião preponderante sobre um determinado problema. (...) a expressão comunidade internacional passa pela comparação com outros termos possíveis. Nomeadamente, temos de comparar o termo comunidade com o termo sociedade. Assim podemos dizer que a comunidade é uma associação espontânea e natural enquanto a sociedade resulta das necessidades pragmáticas de associação ou convivência. A comunidade estabelece por via dos valores comuns, enquanto a sociedade estabelece pela via das regras de associação e de resolução de conflitos.(...)” (Cravinho 2002: 36-38).

diplomáticas para a obtenção do reconhecimento das Organizações Internacionais³⁹ e das respectivas potências internacionais. Neste sentido o objetivo para estes novos Estados era alcançar a comunidade internacional procurando integrar-se como membros de pleno direito em instituições como a ONU.

A problemática instaurada no reconhecimento internacional de Angola, deve-se, em primeira instância, à realização de campanhas nacionalistas dos movimentos de libertação, estas campanhas assentam em ações de beligerância. O problema na aceitação internacional coloca-se na inserção destes como membros de organizações, cujos estatutos se encontravam assentes em princípios específicos. Angola representa um caso específico, pois se o reconhecimento de um Estado tem implicações políticas de relevo, tal fato foi uma questão problemática no processo de construção do Estado Angolano, tendo mesmo contribuído significativamente para a guerra civil. O MPLA declarou Angola como Estado, mas um dado político a mencionar, é o reconhecimento dessa organização como um movimento nacionalista. Ou seja: a inserção de Angola em Organizações Internacionais como a ONU (1976) seria um marco de grande importância na política internacional, pois iria possibilitar a defender de seus objetivos e interesses internos, e ter a oportunidade de participar em negociações multilaterais. Na Comunidade internacional, Angola é reconhecida como um Estado independente primeiramente pelo Brasil, que dava início à sua política externa mais direcionada para o continente africano. Portugal, em 1976 reconhece Angola como Estado soberano, este reconhecimento teria também um significado político, seria de relevância na conjuntura política vivenciada na época.

Será importante também mencionar, que o reconhecimento de Angola como Estado independente teve grande influência do seu aliado Soviético. A União Soviética foi o grande aliado no apoio diplomático e militar ao MPLA nos momentos mais cruciais em Angola. A URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) possuía uma política externa que tinha como objetivo fornecer apoios aos movimentos de libertação de esquerda, como tal proporcionou apoio ao MPLA, e com isso se revelou decisivo na mobilização de vários países no reconhecimento angolano (Mundimbe 2012).

³⁹ Organizações Internacionais: “ são constituídas por aparatos burocráticos, têm orçamentos (...) A rede de organizações internacionais faz parte de um conjunto maior de instituições que garantem uma certa, medida de governança global. Normas, regras, leis, procedimentos para a resolução de disputas, ajuda humanitária, a utilização de força militar, programas de assistência ao desenvolvimento, mecanismos para coletar informações são algumas das práticas que produzem a governança global. A maior parte das Organizações Internacionais com as quais convivemos hoje foram criadas a partir da segunda metade do século XX” (Herz e Hoffmann 2004: 18-31).

2. A política e a economia de Angola

2.1 O sistema Político de Angola

De modo geral o sistema de governo é visto através dos órgãos do aparelho político que normalmente são distribuídos pelo órgão executivo, legislativo e judicial e como os governos realizam as suas competências num sistema designadamente institucional (Paquimo 2010). Desde o ano de 1992, que Angola e os seus líderes procuraram realizar uma constituição que auxiliasse a transição política. Em 1992 seria adotada uma lei constitucional que implementou uma forma de governo semipresidencialista, trazendo efeitos benignos a nível militar e económico. No ano de 2008, o MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola), é eleito nas legislativas, logo iria modificar a constituição, já o sistema de governo nessa constituição seria designado de Presidencialista, descartando a presença de um primeiro-ministro e a dependência do governo num parlamento. O cargo de 1º ministro foi abolido entre 1975 e 1991, sendo repostado nesse mesmo ano. Contudo em 2010 voltou a ser abolido (Almeida 2011).

Atualmente, Angola é constituída por um sistema político presidencial. Encontramo-nos perante este sistema quando: há uma independência do executivo perante o parlamento, e quando é eleito o chefe do governo e do parlamento através de eleições por sufrágio universal. Este sistema foi constituído tendo por base: o princípio da separação de poderes, e o princípio da independência das funções entre os órgãos de soberania. Porém, na nova constituição da República de Angola encontra-se algumas características do sistema parlamentar e presidencial. Do sistema presidencial encontramos: as chefias do governo, e os membros pertencentes do governo não são os do parlamento. No que diz respeito ao parlamentarismo podemos salientar o facto de o Presidente ter poderes para dissolver o Parlamento. Perante isto, digamos que o sistema angolano é único, pois possui elementos de cada sistema, sem assumir na totalidade um em exclusivo (Almeida 2011).

2.2 A evolução económica em Angola

Angola, e o seu quadro económico foi alterado devido, a mais de três décadas de guerra civil iniciando-se em três períodos de combate: (1971-1991), (1992-1994), e (1998-2002). Na década de 30 até 50, o fator primordial que dinamizou a economia angolana foi o fator trabalho, pilar este do sistema colonial. O fator capital era débil em termos de acumulação local, onde o capital proveniente do estrangeiro deparava-se com vastas dificuldades devido as políticas protecionistas aplicadas pelo Estado novo. Na década de trinta, a economia angolana é reativada após a crise de 1929-1933, e surge uma subida no preço das matérias-primas, após a 2ª Guerra Mundial. Depois de 1945, as exportações angolanas crescem exponencialmente, nomeadamente o café, os diamantes e o algodão, iniciando-se, assim, um

período de rápido crescimento. O café seria a matéria-prima principal nas exportações, entre 1946-1972, sendo substituída pelo petróleo (Banco Mundial 2013).

Na década de 50, surge um impasse significativo na economia de Angola. Este impasse tem origem nas dificuldades ao nível dos fatores de produção: capital e mão-de-obra. Tais dificuldades resultam da evolução da economia interna, e no que se refere ao capital, deve-se exclusivamente aos fatores exógenos. Nessa década a característica da economia angolana, era baseada no sistema de produção que porventura tinha o fator trabalho como essencial. Os salários médios mensais eram de 27\$, nestas condições a economia não poderia ser uma economia dinâmica. Os baixos salários e os baixos preços pagos aos agricultores africanos não permitiam o desenvolvimento do mercado interno. Contudo, 75% das exportações tinham origem na produção agrícola africana. Com a década de 60, surgem transformações na economia de Angola. Até 1970, Angola tem a primeira experiência na industrialização, surge como consequência da alteração da política colonial.

Em 1960, é instalado o setor têxtil, até então interdito, devido ao receio da concorrência à indústria da metrópole. A indústria transformadora é sustentada por um mercado interno de grande dinamismo. Entre a década de sessenta e setenta, surge um aumento de 17,8% no valor da produção da indústria transformadora. Após 1972 é estabelecida uma política de substituição das importações, com o objetivo de diversificar o aparelho produtivo, procurando solucionar desequilíbrios macroeconómicos (Banco Mundial 2013). O potencial da economia de Angola reside sobretudo nas suas extensas reservas de: diamantes, petróleo, reservas marinha e na sua enorme capacidade hidroelétrica. No fim do período colonial, a economia de Angola apresentou um rápido crescimento, sendo que o seu PIB seria de 7,8% entre 1960 e 1970. Inicialmente este crescimento da economia deveu-se sobretudo, à exportação de café, e ao desenvolvimento da indústria petrolífera.

Contudo, com a guerra civil, a economia de Angola ficou visivelmente abalada, tornando-se um país dividido, onde a produção decresceu em vários setores, excepto no setor petrolífero. Após o período de guerra civil, o desempenho macroeconómico de Angola, poderá ser considerado relativamente razoável, com o colapso no início dos anos noventa, constata-se que entre 1992 e 1993, o PIB reduziu 25% mas a economia Angolana teve um crescimento médio de 6%. Este crescimento deveu-se fundamentalmente ao setor petrolífero que representava aproximadamente 60% da economia de Angola. Este desempenho provocou diversas disparidades entre os setores económicos. As exportações são, na verdade, maioritariamente do setor petrolífero, tendo vindo a crescer nos últimos 10 anos, relativamente as importações baixaram significativamente (Banco Mundial 2013).

No período compreendido entre 1991 e 2001, a economia de Angola, evidencia um comportamento irregular, tendo o PIB atingido em 2002 um crescimento de 17%. Em 2001, O PIB *per capita*, apresentava-se relativamente elevado, comparado com outros países em desenvolvimento, no entanto podemos referir, fruto da investigação, o fraco desempenho das atividades não petrolíferas como: o desempenho limitado das receitas do petróleo e dos diamantes, assim como a pobreza extrema da maioria da população. É, ainda, de referir, que a exploração do setor petrolífero é maioritariamente exclusivo e dominado pelas multinacionais. Angola tornar-se-ia dependente do petróleo, constituindo este recurso, ainda hoje, 40% do PIB e 90% das exportações.

Como a estrutura económica de Angola centra-se em dois sub-setores, como tal ocorrem algumas distorções sobre o desenvolvimento de Angola. O setor mineiro atingiu elevadas proporções, a economia vive excessivamente dependente das importações para aumentar a produção nacional, além disso as receitas provenientes do petróleo servem para amortizar a dívida externa que Angola possui de medio prazo e a longo prazo (Banco Mundial 2013).

2.3 Indicadores Macroeconómicos

Na Tabela 4 é evidenciado alguns indicadores macroeconómicos de importância na economia de Angola no período estimado entre 2012 a 2014. Verificamos que após a crise económica de 2009 surge uma expansão significativa do PIB angolano, de 5.2% no ano de 2012, 4.2% em 2013, e deverá crescer cerca de 5.3% em 2014. No que diz respeito à taxa de inflação, encontra-se um retrocesso significativo. Em 2013, a taxa de inflação retrocedeu para 8.8% sendo de 7.7 em 2014. Para tal retrocesso, tem sido fulcral a utilização de reforma na política monetária, e uma acumulação de reservas internacionais. Podemos verificar os dados mencionados a baixo na **Tabela 4**:

Tabela 4-Principais indicadores macroeconómicos

Indicadores	2012 Estimativa	2013 Estimativa	2014 Previsão
PIB	5.2 %	4.2%	5.3%
PIB per capita	6120	7000	7990
Crescimento real do PIB	8,0%	7,0%	6,2%
Consumo Privado	5,5%	5,5%	6,3%
Consumo Público	7,5%	6,0%	7,0%
Taxa de Inflação	10.3%	8.8%	7.7%
Saldo da balança corrente	16,4%	11,9%	11,3%
Sector Petrolífero	4.3%	0.6%	3.0%
Dívida Externa	16,1%	13,7%	11,8%
Balança Corrente	9.2%	5.0%	2.2%

Fonte: Economist Intelligence Unit

A tabela 5 indica algumas trocas comerciais, apresentando um elevado saldo positivo. Esta situação resulta sobretudo das exportações de petróleo, que representam no total 98.9% das exportações angolanas. Angola, ao longo das décadas tem sido um exportador de nível mundial. Como importador 16,6% das importações, são sobretudo aparelhos mecânicos, e maquinaria. Contudo são as exportações o maior motor da economia angolana. Espera-se também que o gás natural tenha um peso mais significativo nas trocas comerciais de nível mundial. Podemos verificar algumas exportações e importações na respetiva **tabela 5** abaixo nomeada:

Tabela 5-Exportações e Importações

Exportações	% do Total	Importações	% do Total
Pedras e metais preciosos	0,8	Máquinas e Aparelhos mecânicos	16,6
Máquinas/Aparelhos Mecânicos	0,1	Máquinas e Aparelhos Elétricos	8,7
Combustíveis e óleos	98,9	Obras de Ferro Fundido ou Aço	7,0
Sal, Enxofre	0,1	Veículos Automóveis	6,0

Fonte: International Trade Centre

2.4 O desenvolvimento económico recente

A economia de Angola no período relativo a 2012 teve um crescimento significativo. O PIB (Produto Interno Bruto) angolano cresceu cerca de 8,1%, uma subida significativa face os 3,4% de 2011. A justificação deste crescimento encontra-se sobretudo em fatores externos como a crise financeira na Europa e a estagnação no crescimento económico americano. De 2009 a 2011, o crescimento do PIB angolano sofre uma estagnação devido ao abrandamento da produção nacional de petróleo e ao declínio mundial do preço do próprio. Com a queda das receitas petrolíferas, houve um impacto elevado na economia não petrolífera, devido fundamentalmente aos cortes nas despesas públicas e à redução do consumo privado. No entanto, o aumento da produção assim como os elevados preços do petróleo, dinamizaram significativamente o crescimento do PIB, provocando assim um elevado aumento das receitas fiscais, o que tem permitido que o governo angolano aumente as suas despesas públicas (Banco Mundial 2013). Depois de um período de esforço por parte da economia angolana em responder a um período crucial que se iniciou em 2008 e cujo seu impacto foi ampliado por problemas de produção no setor petrolífero, a economia de Angola, iniciou a sua recuperação no ano de 2012, projetando um forte crescimento económico para o futuro. Relativamente ao setor petrolífero, este continua a ser o motor da economia angolana. Portanto, o aumento da produção petrolífera, assim com os elevados preços do petróleo contribuíram a recuperação do crescimento económico em 2012. Atualmente, em Angola o petróleo representa cerca de 46% do PIB, e 96% das exportações.

O setor petrolífero, recuperou de um declínio de 5,6% no ano de 2011, para um crescimento em 2012 de 5,2%. A recuperação do setor petrolífero deveu-se principalmente as reformas na gestão das finanças públicas, que porventura impulsionaram a expansão da indústria de construção. Durante este período de crise, a queda das receitas provocou atrasos entre a Sonangol, o tesouro e os seus fornecedores privados em especial as empresas de construção. Com efeito, Angola é o país do continente africano onde as exportações não possuem grande diversidade, sendo constituídas na sua grande maioria, pelo derivados do sector petrolífero. Em boa verdade, em Angola existe uma grande dependência do setor petrolífero, afetando a economia angolana em diversos aspetos: em primeiro lugar, o aumento das exportações gere a entrada de divisas estrangeiras, provocando uma apreciação significativa do Kwanza, prejudicando assim a competitividade do setor não petrolífero, uma vez que torna os produtos internos mais caros, já os provenientes do estrangeiro relativamente mais baratos. Em segundo lugar, as indústrias concessórias e o setor petrolífero oferecem os retornos mais elevados tanto ao nível do capital humano, como do capital financeiro, empregando assim mais mão-de-obra qualificada. Por último, o setor petrolífero e as suas receitas, estimulam a procura interna de bens e serviços não transacionáveis (Banco Mundial 2013).

Relativamente às políticas orçamentais utilizadas entre a crise de 2008-2009, estas melhoraram significativamente a posição das receitas do Estado, liquidando assim alguns atrasos acumulados durante a crise. As receitas fiscais também permitiram ao governo, investir em infraestruturas de larga escala, nomeadamente no Aeroporto Internacional de Luanda. Relativamente à indústria de construção aumentou um número significativo de fornecedores de fatores de produção, como o caso específico da produção de cimento. Contudo é de mencionar que são os ganhos nas exportações e nos rendimentos crescentes que impulsionaram um aumento no crescimento comercial. Já os setores de serviços, como as telecomunicações, têm vindo a ter um crescimento bastante significativo (FMI 2013). No que diz respeito à inflação, no fim de 2012 Angola possuía a taxa de inflação mais baixa dos últimos 20 anos.

A taxa de inflação caiu cerca de 15,3% em 2010 para 9% em 2012. Sendo que os preços dos bens alimentares, não acompanharam esta tendência de decréscimo, e subiram cerca de 12% entre 2011 e 2012. No entanto, e apesar da tendência descendente da inflação, em Angola o custo de vida continua a ser alto, se compararmos com os países vizinhos. Mas são de facto as políticas fiscais e monetárias, que tem ajudado a conter a inflação (Banco Mundial 2013).

2.4.1 A Política Orçamental

Angola, como já assinalámos no decorrer desta investigação, é um país rico em recursos, e a sua política orçamental é essencial para promover o seu crescimento a médio prazo. As políticas orçamentais têm a função de estabilizar a economia perante o investimento público e os choques externos, especialmente ao nível das infraestruturas. Este mecanismo revela-se de grande importância, uma vez que tem como principal função transformar as receitas do setor de recursos em bens públicos, capazes de apoiar o crescimento económico. Apesar das autoridades terem desenvolvido um aumento de relutância em relação à economia desde do início da crise financeira global, ainda existe uma margem a considerar para o fortalecimento da política orçamental. A dinamização das receitas provenientes do setor petrolífero assim como o perfil consistente do endividamento público oferecem a Angola uma expansão e uma atração para obter investimento na economia não petrolífera (Banco Mundial 2013).

Contudo, as novas despesas públicas tem que ser produtivas e eficientes para maximizar o seu próprio impacto. É fundamental o estabelecimento de regras, sistemas robustos de gestão do investimento público, assim como regras orçamentais sólidas, para obter uma política orçamental de qualidade. Atualmente o desenvolvimento de reformas com o destino a reduzir operações para orçamentos da Sonangol, assim como produzir uma maior transparência na gestão das receitas provenientes do petróleo, constituem avanços positivos. O recém-fundado, *Fundo Soberano de Angola*, tem como objetivo o reforço da estabilidade macroeconómica, que permite isolar as receitas provenientes do petróleo, o seu sucesso exige normas simples e concisas sobre o funcionamento e a estimulação de regras ao abrigo do qual o orçamento poderá utilizar o respetivo Fundo (Banco Mundial 2013). Atualmente, Angola possui uma situação orçamental sólida, suportada por indicadores de uma dívida pública de baixo nível, onde as poupanças orçamentais voltaram aos respetivos níveis anteriores à crise.

Se atendermos ao período compreendido entre 2008 e 2009, as receitas petrolíferas baixaram consideravelmente durante esse período crucial de crise, em consequência a dívida passa a ser executável, em 2012 o excedente orçamental chegou aos 8,6% do PIB, já o défice primário do setor não petrolífero baixou para um valor de 51,5% do PIB não petrolífero. Esta melhoria significativa do défice resulta de um crescimento das receitas fora do setor petrolífero (Banco Mundial 2013).

No entanto, podemos constatar que o crescimento das despesas assim como das receitas, tiveram um abrandamento no seu crescimento. A produção de petróleo crescia 5,2% em 2012, já o preço médio do petróleo, manter-se-ia inalterado em relação ao ano 2011. Já as receitas não petrolíferas, nomeadamente os impostos de rendimento tiveram um aumento significativo em 2012, mas não deixam de ser somente 15% de todas as receitas. No que diz respeito às despesas correntes em Angola, estas continuam a dominar a despesa do orçamento, são aproximadamente, três quartos da totalidade das despesas públicas. Os gastos com subsídios correspondem a 18% das despesas correntes, continuando assim elevados, sendo que a

maioria destes fundos são transferências realizadas as empresas públicas (Banco Mundial 2013).

2.4.2 A política monetária

As atuais reformas institucionais contribuem para o melhoramento da política monetária de Angola, e espera-se que estas aumentem a preparação para situações cruciais no sistema financeiro. Contudo, as condições monetárias, o crescimento de liquidez e do crédito, continuam com pouco controlo, tendo havido um abrandamento visível em 2012. A taxa de câmbio nominal apresenta-se estável, devido à intervenção do Banco Nacional de Angola, que tem tido como objetivo controlar as reservas, sendo estas um *amortecedor* em caso de crises. A nova lei cambial, realizada e aprovada no ano de 2012, viria a aumentar a liquidez nos bancos. Apesar destes desenvolvimentos de nível positivo, a taxa de câmbio real continua em análise, reduzindo assim a competitividade económica, e produzindo efeitos negativos a longo prazo (Banco Mundial 2013).

O Banco Nacional de Angola tem vindo a focar a sua atenção na estabilidade das taxas de câmbio nominal. Nos últimos anos tem-se vindo a desenvolver uma inflação descendente, onde a política monetária centrou-se na estabilização do Kwanza. O Banco Nacional de Angola tem vindo a manter a estabilidade das taxas de câmbio, ampliando as suas respetivas intervenções no mercado cambial. (FMI 2013). Como qualquer economia em desenvolvimento, também Angola enfrentou durante o ano 2013, e será previsto enfrentar no ano de 2014, um ambiente externo de grande desafio. Os mercados emergentes têm tido uma melhoria significativa, contudo é previsto que a oferta de matérias-primas contrabalance com o aumento da procura. É previsto que a economia angolana cresça no ano de 2014 7,5%, devido aos preços das exportações e do aumento da produção petrolífera (FMI 2013).

Os setores não petrolíferos da economia de Angola irão ter um crescimento gradual, particularmente o setor da construção. Já a dependência da importação de bens alimentares, e a hipótese dos preços mundiais serem elevados, poderão produzir consequências para a economia angolana, especialmente para o bem-estar da sua população (Banco Mundial 2013).

3. As indústrias extrativas em Angola

3.1 O surgimento do setor petrolífero

O surgimento histórico do setor petrolífero em Angola, não pode ser dissociado das histórias dos outros países petrolíferos do mundo, a única disparidade a salientar são as diferenças assinaláveis da legislação em cada um desses países. No continente africano, Angola é o 2º maior produtor de petróleo, seguidamente à Nigéria. Angola produz cerca de 1,9 milhões de barris de petróleo por dia. O petróleo produzido é leve e com baixo volume de enxofre, o ideal para o processamento de alguns derivados tais como: o *querosene*, a gasolina e o *diesel*. Este recurso natural surge em Angola, especificamente na bacia do rio Kwanza, em 1955. Podemos caracterizar três fases da história do setor petrolífero em Angola, primeiramente o seu surgimento, de seguida a face da exportação e por fim a face do desenvolvimento e da estruturação (Alden 2007).

O surgimento efetivo do petróleo em Angola dá-se em 1955, mas no período correspondente entre 1910 a 1936 surgem duas operadoras petrolíferas, a Pema e a Sinclair, que iniciam as primeiras atividades de sondar o terreno. Em 1915 surge a primeira perfuração no poço do Dande, sem resultados significativos, no entanto em 1916 foi criada a COPA, (Companhia de Petróleo de Angola) que se associou mais tarde à operadora Sinclair. Importa também salientar que com a Segunda Guerra Mundial o sector petrolífero praticamente paralisou. A segunda fase da história do setor petrolífero em Angola remete-nos para o período que corresponde entre 1950 a 1974. Com o início da década de cinquenta, surge em Angola o empenhamento da Multinacional Guil Oil Corporation, assim como um contrato entre o Governo Português e a Companhia de Combustíveis de Angola, dando a estes direitos de produção e exploração de petróleo. Em 1955 surgem diversos jazigos particularmente em: Cabinda, Luanda, e Tobias, tendo sido implementado a Refinaria de Luanda, onde o seu funcionamento acontece em 1956. Só com a década de sessenta, é que a indústria petrolífera se inicia, quando a Cabinda Gulf Oil a atual Chevron descobre as reservas offshore de Cabinda, após essa descoberta inicia-se a expansão da indústria petrolífera. Com a década de setenta, o governo iniciou um programa, que tinha como objetivo atrair investimento estrangeiro, toda a costa angolana fica dividida em partes que eram arrendadas a companhias petrolíferas estrangeiras, o poder colonial encontrava-se animado com tais descobertas, instituiu uma política de exploração petrolífera com a função de atribuir novas concessões e contratos com várias companhias (Almeida 2011).

A terceira fase do petróleo em Angola é de facto a mais importante, pois diz respeito ao desenvolvimento do sector e sua estruturação. O período que corresponde a esta face é entre 1974 a 1995, período este em que o petróleo passa a ser o líder das exportações, deixando assim o café em segundo plano. Após a proclamação da independência (1974), operavam em Angola três companhias a: Texano, Petrangol, e a Cabinda Gulf Oil. Em 1976, o governo

angolano toma a iniciativa de criar uma nova dinâmica no setor, implementa a Sonangol E.P, tal acontecimento introduziu uma transformação profunda no setor, marcando o princípio da exploração da atividade petrolífera em Angola. Este acontecimento contribui, ainda, para levar o petróleo angolano a um lugar de destaque, transformando-o em algo atrativo das novas autoridades. Estas autoridades definiram novas estratégias que tinham como base o petróleo, uma das estratégias a mencionar foi a introdução de uma legislação, que tinha como objetivo levar uma certa continuidade ao setor petrolífero, contribuindo para o desenvolvimento económico de Angola (Almeida 2011).

3.2 Atividades e as companhias petrolíferas em Angola

A atividade petrolífera em Angola poder ser classificada em duas vertentes: A vertente *offshore* e *onshore*. Em Angola, a indústria petrolífera maioritariamente é *offshore*. Nos finais da década de setenta surge um projeto de exploração de petróleo *offshore*, originando a divisão da costa de Angola, excepto a concessão da região de Cabinda. Esta divisão estabeleceu treze blocos de exploração de petróleo, esta seria explorada por companhias e contratos de partilha e produção. Já respetivamente, as *onshore*, ou designadamente áreas costeiras, incluem os blocos do Kwanza, Cabinda e Congo. Atualmente, a grande maioria dos blocos mencionados não se encontra em funcionamento. Outros blocos *onshore* encontram-se em desenvolvimento, ou no estão licenciados. Existe também em Angola, bases de abastecimento de petróleo, com a base em Cabinda e no Kuanda. No que diz respeito as companhias que operam em Angola para o desenvolvimento do setor são várias as companhias estrangeiras e nacionais, assim como companhias operadoras, no entanto daremos prioridade a destacar a Sonangol. As empresas nacionais do setor petrolífero de Angola que se desenvolveram são o resultado do esforço do governo de Angola na atualização da Lei das Atividades Petrolíferas. Atualmente o governo angolano, pode contar com as companhias nacionais no desenvolvimento da produção de gás e petróleo. Dentro destas companhias é necessário destacar a Sonangol assim como algumas companhias associadas como a: Sinopec e a China Sonangol (Sonangol 2013). Relativamente às companhias estrangeiras no desenvolvimento e exploração de concessões Angolanas, destacamos na década de sessenta a: Texaco, Shell no *onshore*, e a Cabinda Gulf Oil Company no *onshore* e *offshore*. Mais recentemente, a British Petroleum e a Chevron Texaco. Atualmente, em Angola existem outras empresas menores como a Italiana, ENI/AGIP, no geral estas corporações possuem poder financeiro e político em Angola, assim como poder técnico. É compreensível a influência que exerce a indústria petrolífera na classe política em algumas democracias ocidentais, ela financia partidos, emprega lobistas e informa a opinião pública. Esta indústria e o seu respetivo poder, não só afeta a geopolítica como a governança global, pois esta detém mecanismos financeiros a nível internacional para atender aos seus próprios interesses. Em Angola, a classe política atua em *onshore* mas financeiramente é *offshore*.

O seu poder reside fundamentalmente em alianças com corporações petrolíferas e dos recursos técnicos, diplomáticos, militares e financeiros (Sonangol 2013).

3.3 A companhia nacional, Sonangol

A Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol) surge em 1976, a partir dessa data, torna-se uma instituição política e económica, a mais importante de Angola. Encontra-se no centro da estratégia financeira deste Estado. Esta empresa constitui o único concessionário de Angola e possui diversas subsidiárias, é líder de todas as negociações realizadas, assim como de toda a produção e exploração. Esta empresa recolhe receitas e vende o recurso natural, o petróleo em nome do Estado, financiando todas as suas atividades de produção através de empréstimos compensados com o petróleo. É o veículo indispensável da imagem de Angola no exterior. Mas tal como o desenvolvimento, de empresas petrolíferas em outros países, que se inicia através do controlo de uma empresa nacional, Angola não foge à regra, foi o governo angolano que criou a Sonangol, mas tem sido gerida como empresa privada, com padrões exigentes de forma a assegurar a total eficácia.

O setor petrolífero ao longo dos anos desenvolveu-se afirmando-se como um setor de continuidade, incorporado na economia nacional e internacional. A evolução deste sector foi de facto notória, permitindo fazer exploração em grandes profundidades, que se refletiu principalmente nos modelos contratuais. Com a evolução o setor petrolífero de Angola adquiriu maior experiência e encerrou com algumas lacunas das primeiras leis existentes (Sonangol 2014). A Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola - Sonangol - como outra empresa concessionária, ela atribui direitos de exploração do gás natural e do petróleo no território angolano. Os espaços para exploração, regra geral são delimitados em 5,000 km² nomeadamente designados por blocos, do qual o período de tempo que são disponibilizados para concessões é entre 5 a 20 anos. (Sonangol 2014).

Sendo uma empresa, encontra-se também sujeita a impostos, possui na sua constituição um núcleo de ativos que tem como objetivo participar como acionista nas concessões. Estes ativos originam uma receita líquida que deveria ser direcionada ao Estado Angolano, mas vez que este é o seu proprietário, no entanto estes recursos são envolvidos nas suas subsidiárias e na própria empresa. Enquanto empresa concessionária, a Sonangol realiza contratos de partilha de produção com outras empresas petrolíferas estrangeiras, obtendo assim metade das receitas desse petróleo, que serão diferidas para o tesouro nacional (Sonangol 2014).

A Sonangol é encarregue de diversas operações, podemos referir por exemplo o fato desta empresa ser encarregue de fornecer combustível de forma gratuita a diversas agências. Contudo estas operações de carisma fiscal não são implementadas no orçamento público. De acordo com a lei do petróleo, a Sonangol recebe um bônus de assinatura, ou seja, este bônus é pago por cada empresa estrangeira no momento em que recebem uma concessão (Sonangol 2014). Atualmente, a Sonangol encontra-se em vários setores estratégicos da economia, seus interesses encontram-se em expansão. Os impostos pagos pela empresa, são revestidos para a mesma. Possui várias subsidiárias que operam em áreas que contenham a produção, a exploração e a comercialização do petróleo. Uma das subsidiárias, dentro das várias em evidência, é a Sonagas, que tem como função desenvolver o setor do gás natural em Angola, enquanto a Sonangol Distribuidora e a Sonangol Shipping, fornecem transporte ao petróleo e aos produtos derivados deste. Todavia o Grupo Sonangol tem empresas direcionadas no setor de habitação, através da Sonangol Imobiliária e Prosperidades, que atualmente controla a zona económica especial em Luanda. A Sonangol também atua no setor da saúde, nas telecomunicações, e na indústria manufatureira (Sonangol 2014).

Para além destes setores, este grupo encontra-se envolvido no setor bancário, a maioria dos bancos desenvolvidos tem como acionista principal a Sonangol. Temos como exemplo a mencionar o Banco Africano de Investimento, o designado (BAI), é atualmente o banco de maior importância em Angola. A Sonangol também tem uma participação na empresa petrolífera portuguesa GALP Energia, assim como é sócia maioritária no Millennium BCP.

Para além do plano interno, a empresa cresce externamente. O grupo mantém a Sonangol US Company, no mercado Americano, assim como a Sonangol Limited, no Reino Unido. A empresa possui participações em projetos petrolíferos em: São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Brasil, Cuba, e no Golfo da México. A empresa detém 30% das ações da China Sonangol, no qual investidores privados de Hong Kong possuem 70%. Atualmente é detentora de 4 blocos de petróleo em Angola, e é sócia da Sonangol Sinopec Internacional.

3.4 As fontes e o uso das receitas da Indústria Petrolífera

Podemos considerar que as principais fontes de receitas da indústria petrolífera são fundamentalmente os impostos petrolíferos, nestes podemos identificar alguns exemplos: o Imposto das transações petrolíferas (essencialmente aplicado na concessão de Cabinda, tem como objetivo assegurar uma quota-parte dos lucros para o governo), Impostos sobre o Rendimento do Petróleo (Neste imposto é aplicado uma taxa de 67,7% sobre os lucros provenientes das concessões mais antigas), Pagamentos ao Governo da Província (pagamentos realizados aos governos do Zaire e Cabinda provenientes dos fundos dos Imposto sobre o Rendimento do Petróleo, estes pagamentos são feitos às empresas petrolíferas e ao ministério das finanças), entre outros (Sonangol 2014).

O Caso de Angola é ilustrativo, no que diz respeito aos benefícios adquiridos pela indústria petrolífera. Até ao ano de 1974, era a indústria petrolífera que financiava a força bélica portuguesa. Com a independência de Angola, as mesmas empresas petrolíferas voltaram ao território angolano. O esforço implementado pelos Estados Unidos para impedir que as receitas petrolíferas fossem divididas com a Rússia era notório, contudo as empresas Americanas, contornaram a situação de forma positiva.

Cerca de 85% das receitas governamentais de Angola, é gerida pela indústria petrolífera, a qual representa a maior fonte de receita do país. A presença de mecanismos de distribuição destas respetivas receitas é uma das condições para a sua utilização, sendo que em Angola são consideradas insuficientes. Esta insuficiência resulta essencialmente dos níveis elevados de pobreza e desigualdade que o país possui. A título ilustrativo, Angola representava no ano 2013, a posição 145º no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano da ONU, logo o povo angolano apresenta carências notórias. Em 2004, por parte do governo de Eduardo dos Santos, foi implementada uma estratégia de combate à pobreza que tinha como objetivos: a redistribuição e a igualdade social entre os cidadãos. Contudo esta estratégia não foi implementada. Angola é conhecida, também, pela existência de uma pequena elite que controla a redistribuição da riqueza. Os gastos do governo representam 33% do Produto Interno Bruto (PIB), sendo que a maioria dos gastos públicos não são despendidos nos setores sociais, estes levam também em conta as diferenças entre as regiões. A maior deficiência neste país é de facto o seu capital humano (Sonangol 2014).

As receitas provenientes das indústrias petrolíferas são aplicadas consoante a região, por exemplo: nas províncias de Cabinda e Zaire, foram atribuídas 10% das receitas fiscais da indústria petrolífera. Estas receitas são aplicadas na despesa de investimento público, com o objetivo de beneficiar as províncias, contudo encontra-se de facto uma desigualdade na distribuição das receitas.

Para além disso o Governo de Angola deveria fomentar o emprego através das pequenas e médias empresas (PME's), pois a maioria da população em Angola depende do setor informal para gerar riqueza, e a grande maioria depende da agricultura de subsistência. Além disso Angola sofre também de restrições financeiras, com efeito, em 2005 foi implementado uma linha de crédito, garantido pelo petróleo e operado pela China International Fund, destinados a projetos na área das infraestruturas (Sonangol 2014).

3.5 A Indústria Diamantífera

Desde o início do século XX, que o mercado de diamantes realiza um vínculo entre Angola e o sistema mundial, sendo no entanto este vínculo diferenciado da indústria petrolífera. Os diamantes são a 2ª matéria-prima de exportação depois do petróleo. Estas indústrias têm-se limitado à extração na província de Lunda, no nordeste de Angola. Para além dos diamantes, Angola é rica em outros minerais tais como: ouro, granito, mármore, ferro, cobalto, cobre. São diversas as empresas angolanas com o objetivo de extrair diamantes, a maioria emprega forças do setor privado. É o continente africano, que fornece cerca de 60% dos diamantes no mundo, e Angola é o quarto produtor de diamantes brutos. Na realidade os diamantes essencialmente apreciados devido as suas cores e à sua qualidade, pois esta é superior a 80% na maioria dos casos (Endiama 2014).

No passado, a empresa diamantífera de Angola, não desfrutava de uma imagem positiva, pelo contrário os diamantes de Angola eram denominados de “diamantes de sangue”, pois estes tinham financiado décadas de guerra, e prestado apoio financeiro à UNITA, nos últimos anos da mesma. Em 1994, a UNITA, assume o controlo de cinco áreas diamantíferas, ao longo dos anos tem vindo a surgir alguns conflitos entre a Lunda sul e Lunda norte. A área desse conflito é controlada pelos acordos das elites militares e políticas que dividem as receitas provindas do comércio dos diamantes. Contudo esta indústria tem sido alvo de um contínuo escrutínio público, tem sido exercida pressão por parte da ONU, relativamente aos circuitos do comércio de diamantes. Outras indústrias como a mármore e o ferro, não são na realidade tão lucrativas, no entanto o acesso a essas indústrias também é controlado através de serviços de acordos das elites internacionais (Marques et al. 2004).

Respetivamente à exploração da indústria diamantífera existem vários projetos de exploração, do qual alguns se encontram em atividade. Existem investimentos por parte da empresa portuguesa Escom Mining em parceria com a empresa Al Rosa e as empresas angolanas Angodiam, Hipergest e a conhecida Endiama ou designada, (Empresa Nacional De Prospeção, Exploração, Lapidação e Comercialização de Diamantes de Angola, criada em 1981 é a sucessora da Diamang, e é a concessionária absoluta dos direitos minérios) (Endiama 2014).

Atualmente o setor diamantífero constitui uma estratégia de desenvolvimento em Angola, será desenvolvida uma estratégia até 2025 que ira colocar este setor entre os setores mais prioritários da economia, contribuindo significativamente para o desenvolvimento sustentável e para a diversificação económica (Endiama 2014).

Capítulo 4-Cooperação Bilateral entre China e Angola

Neste capítulo procurar-se-á fazer um enquadramento da evolução das relações entre China e Angola, assim como da importância da cooperação Sul-Sul. Este capítulo tem, assim como objetivo compreender os interesses objetivos da República Popular da China em Angola, com especial ênfase nos objetivos de cooperação entre ambos os países.

1.Histórico das relações entre a China e África

“ Segundo o cientista político Gerald Segal, o continente africano estava muito longe das prioridades da política externa chinesa e que a virtual ausência de trocas comerciais bilaterais e de ajuda ao desenvolvimento, fazia com que, nos anos 90 do século passado, fosse escassa a margem de progressos nas relações da China com África” (Cunha 2012: 337-338). Contudo duas décadas volvidas em África, a China tornou-se o segundo maior parceiro comercial, assumindo uma importância assinalável neste continente, do qual necessita e depende para a obtenção de recursos energéticos capazes de garantir a sustentabilidade da economia chinesa.

Os primeiros contactos desenvolvidos pela civilização chinesa no continente africano datam do século XV (época das expedições navais da dinastia Ming), mas seria necessário cinco séculos para que a presença chinesa tivesse impacto real. Com a ascensão ao poder de Mao-Zedong, a China encontra objetivos em comum com a saga dos povos africanos, sujeitos ao escrutínio do colonialismo. “ Mas o embrião de uma solidariedade revolucionária com a África demoraria a consolidar-se, atendendo a que a China se encontrava, à época, em confronto ideológico com a União Soviética, o seu maior aliado. Seria precisamente na sequência do cisma sino-soviético que o continente africano ganharia alguma proeminência na agenda da política externa chinesa” (Cunha 2012: 338).

No início da década de sessenta do século passado, e sobre o regime de Chu-En-Lai, surgem os primeiros movimentos independentistas na causa maoísta, numa ofensiva diplomática, que essencialmente visava uma confrontação direta com os reais interesses da União Soviética em África. O continente africano passaria a figurar desde esse momento, na rota geoestratégica da China.

Porém, o perito em relações Sino-Africanas, Philip Snow classifica como “camuflagem a técnica outrora usada pelos chineses em África, ao terem feito crer aos seus interlocutores que os interesses de Pequim coincidiam com os movimentos de libertação. À retórica anti-americana propagandeada pelos chineses em África, seguiu-se a retórica anti-soviética, ambas com reduzido sucesso no seio das lideranças africanas” (Cunha 2012:338-339).

O continente africano teve um papel essencial durante o período Maoísta, este desempenhou um papel útil nos objetivos geoestratégicos da China, primeiramente porque: permitiu reforçar os laços de solidariedade revolucionária com os movimentos independentistas, que cedo conquistaram o poder (ainda que por vezes Pequim tenha avaliado mal os seus investimentos estratégicos, como foi o caso do apoio aos movimentos que combatiam o MPLA em Angola), posteriormente adquiriu um precioso capital político junto de vários países africanos, que viria a revelar-se crucial na admissão da China Popular à ONU em 1971 e na consequente ostracização de Taiwan em África, por fim conquistou um espaço e um *modus operandi* próprio, em contraste aos interesses da União Soviética e das potências ocidentais.

Os interesses da China em África foram executados de forma cautelosa, entre 1950 a 1980, a China concedeu mais de 800 projetos no continente africano, envolvendo projetos na área de infraestrutura, agricultura, sendo que a cooperação realizada pela China ultrapassou a cooperação executada pela Rússia e Estados Unidos. Ainda assim, a campanha efetuada pela China continha alguns resultados incoerentes no continente africano, como refere Snow: “ os líderes africanos não gostavam de ver as suas opiniões analisadas em termos geopolíticos e de serem pressionados a alinharem com as campanhas anti-revisionistas orquestradas por Pequim” (Cunha 2012:339).

Com a ascensão ao poder de Deng Xiaoping, a China mobilizou-se para a modernização, em 1978 já tinha estabelecido relações diplomáticas com 43 países do continente africano. Contudo a década de 80 foi considerada por alguns observadores a “ década da negligência, por um lado a contribuição de África para a modernização chinesa afigurava-se irrelevante, e por outro já não havia necessidade de recorrer aos africanos para combater, por delegação, o hegemonismo Soviético. Com a década de 90, África surge marginalizada pelos Estados Unidos e Europa Ocidental, poderia voltar-se para a China em busca de liderança e assistência ao desenvolvimento (...) esse esforço dos líderes africanos iria se revelar desnecessário, pois em breve uma China sedenta de recursos naturais lançar-se-ia à redescoberta de África, colocando à prova a crescente sofisticação dos mecanismos associados a sua política externa (...) ” (Cunha 2012: 340).

Foi com a década de 90, que surge a possível revitalização das relações entre a China e o continente africano. Esta revitalização realizou-se em 1995 com a visita do presidente Jiang Zemin. A visita do presidente, não surge por acaso, pois dois anos antes a China tinha passado a ser importadora de petróleo, passando a ser uma prioridade central na sua política externa. Os anos que se sucedem forem realizados estudos meticulosos sobre a realização de uma nova política africana, partindo do princípio “ da reformulação parcial da abordagem anteriormente seguida na década de 60 e 70 e maximizando o capital político de que Pequim ainda desfrutava em várias capitais africanas (...) ” (Cunha 2012:340).

Com o novo século, a China concedeu novas linhas gerais da estrutura política africana, substanciada na constituição do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC). Tratou-se fundamentalmente de uma iniciativa, com o objetivo de promover a cooperação com os países africanos. As empresas estaduais iniciaram uma nova exploração em África através da política *going out*, anunciada no ano 2001. As exportações do continente africano para a China aumentaram substancialmente entre o ano 2000 e 2005 a uma taxa anual de 48%. Mais de 85% das exportações de África para a China proveem de países exportadores de petróleo tais como: Angola, Nigéria, República do Congo, Sudão, e Guiné Equatorial (Aden 2005).

1.1 A importância da Cooperação Sul-Sul para o relacionamento entre China e África

Com a primeira Conferência do Movimento dos Não-Alinhados proferida em 1961, assistiu-se à emergência de um novo significado para a cooperação sul-sul, que tinha sido lançada em Bandung. “ A expressão “sul”, designa, desde os anos 70, um conjunto coletivo de países em desenvolvimento por oposição ao termo “norte”, atribuído aos países desenvolvidos e que na sua maioria se situam a Norte do Equador e que partilham semelhanças a nível de vulnerabilidade e desafios” (Esteves 2008:73). Com a política institucionalizada em organizações como o Banco Mundial e o FMI, e com a crise económica profunda, a capacidade do sul de participação nas agendas internacionais estava muito reduzida. Todas estas idiosincrasias provocaram um desejo de desenvolver um relacionamento sul-sul, “ neste sentido, a interação entre a China e África permite jogar com o ceticismo quanto ao Norte, devido ao passado de subjugação colonial inerentes objetivos imperialistas” (Esteves 2008:75). Como já foi referido a política externa da República Popular da China, consiste sobretudo em usar a sua experiência de libertação como uma vantagem nos relacionamentos com os países africanos.

Como refere o professor Heitor Barras Romana, a estratégia relacional passa essencialmente por uma: “ técnica de “ vitimização” perante a ameaça externa é uma constante na atuação da China ao longo dos tempos que, no plano internacional, funciona como fator de mobilização à volta do poder” (Romana 2005: 45). Permitindo o desenvolvimento de uma relação baseada em confiança.

Atualmente a cooperação Sul-Sul assenta particularmente numa política internacional de forma ativa, entre nações, e dos benefícios materiais provenientes das relações entre nações como o comércio e desenvolvimento de infraestruturas. A República Popular da China tem sido o Estado que promove mais a cooperação, podendo ser caracterizada de uma ofensiva diplomática. A adicionar a estas vantagens, os atuais líderes chineses e seus antecessores empregavam a prática da *realpolitik* que lhes proporcionava determinadas vantagens, como podemos observar na **tabela 6**:

Tabela 6-A política externa chinesa e seus líderes chineses

Líder Chinês	Política
Mao Tse Dong	“Apelo à união dos “3 mundos” na Ásia todos os países pertencem ao terceiro mundo. Toda a África pertence ao 3º mundo e a América Latina Também” (Esteves 2008:76).
Zhou EnLai	“Cinco Princípios de relacionamento com países africanos Árabes: apoio contra o imperialismo e neocolonialismo; políticas da paz, neutralidade e não-alinhamento; unidade e solidariedade, solução de disputas pacificamente, respeito pela soberania e repressão de interferências internas” (Esteves 2008:76).

Deng Xiaoping	“Defende o desenvolvimento de acordo com as especificidades de cada país; apela à união para promover o desenvolvimento económico” (Esteves 2008:77).
Jiang Zemin	“Cinco princípios da coexistência Pacífica como base para o desenvolvimento a longo prazo do relacionamento China-África para o séc.XXI: benefícios mútuos e igualdade; respeito pela integridade territorial e soberania de cada país; não ingerência nos assuntos internos de cada país; não-agressão; e coexistência pacífica” (Esteves 2008:77).
Hu Jintao	“respeito pela escolha política dos países africanos como padrão de desenvolvimento com base nas condições nacionais; esforço para manter a estabilidade, unidade e promover o desenvolvimento social e económico” (Esteves 2008:77).

Fonte: (Adaptado de Esteves 2008: 76-77)

Existe, porém, três períodos cruciais no relacionamento entre a China e África, que cumpre sublinhar:

- “Até meados dos anos setenta - Apoio específico aos movimentos de libertação na luta pela independência e conquista de esferas de influência aos EUA e à URSS durante a guerra-fria, principais concorrentes em África” (Esteves 2008:77).
- “A partir dos anos oitenta - Declínio das relações sino-africanas, pelo desejo da China em atrair investimentos e tecnologias dos países desenvolvidos e inícios de reformas de Deng Xiaoping que se empenhou no desenvolvimento económico do país e incremento de política económica doméstica” (Esteves 2008:77).
- “ finais dos anos noventa - Aproximação a África pelo colapso do império soviético e os acontecimentos na praça Tiananmen em 1989 que traduziu o não ajustamento ao mundo liberal e pressões internacionais. Isolada a China volta-se para o continente africano com o

intuito de travar a crescente influencia e o reconhecimento de Taiwan a nível internacional. A partir de 1999, a China empenhou-se na implementação de parcerias com a anuência dos países africanos. Desta forma, no ano 2000 o relacionamento China-África adquire novas proporções graças à criação do Fórum para a Cooperação China-África (...) ” (Esteves 2008:77-78).

1.2 Política externa chinesa direcionada para África

O ano de 2006 marca o início das relações diplomáticas entre a China e África, aproveitando esse momento, a China divulgou um documento, denominado de “ *livro branco*” (Esteves 2011:96), sobre os princípios pela qual uma relação se deveria reger com o continente africano. O livro Branco divide-se em seis partes, contudo, optámos deliberadamente pela seleção de quatro partes, que consideramos essenciais, nomeadamente:

Parte I- Diz respeito à posição e papel de África

- “Desafios e necessidade de apoio da Comunidade Internacional” (Esteves 2008:96).
- “Apelo à independência, união e à cooperação Sul-Sul, através da União Africana e da NEPAD” (Esteves 2008: 96).

Parte II- Relações entre China e África

- “Apoio da China e África e vice-versa” (Esteves 2008:97).
- “Relações Bilaterais” (Esteves 2008: 97).

O que podemos salientar é o facto de que neste relacionamento existe uma competitividade a nível comercial, pois os países do continente africano não possuem capacidade para lidar com a concorrência a nível de determinadas matérias-primas como os têxteis.

Parte III- A política da China direcionada para África

- “Cinco princípios da coexistência pacífica” (Esteves 2008:97).
- “Benefícios mútuos” (Esteves 2008:97).
- “Apoio mútuo e cooperação estreita” (Esteves 2008: 97).

Um dos aspetos a evidenciar neste ponto, será claramente a aplicação do *soft power* exercido pela China, apelando a uma cooperação sem contrapartidas políticas de acordo com os designados cinco princípios da coexistência pacífica. Contudo, é abordado o assunto “de uma só China”, o que será fundamentalmente uma contradição, onde o princípio da não-ingerência aparece como sendo uma regra de grande flexibilidade, “ pois a única diferença do condicionalismo imposto pela China é que diz respeito a um assunto interno que ela própria autoriza e necessita da ingerência, isto é uma imposição que necessita para fazer valer os seus intentos de união nacional, de modo a evitar o reconhecimento internacional de Taiwan. (...) em determinados aspetos a ingerência é desejável e necessária para atingir um determinado fim” (Esteves 2008: 98).

Parte IV- Cooperação em diversos sectores

1- Área política

- “ Intercâmbios legislativos” (Esteves 2008: 98).
- “Cooperação em assuntos internacionais” (Esteves 2008:98).
- “Contactos entre Governos” (Esteves 2008: 98).

2- Área Económica

- “Comércio facilitar a entrada no mercado chinês dos produtos africanos através de isenção de impostos alfandegários, graças ao papel da associação de indústrias e Comércio China-África” (Esteves 2008:99).
- “Ajudas económicas: oferecer e aumentar ajudas sem pré-condições políticas” (Esteves 2008:99).
- “Cooperação multilateral: para maior direito de decisão nos assuntos financeiros internacionais” (Esteves 2008: 99).

3- Educação, Ciência, Saúde

- “Exploração de recursos humanos, e cooperação no sector educacional e desenvolvido do fundo de exploração dos recursos humanos africanos, de investimento em intercâmbios estudantis e ofertas de bolsas de estudo” (Esteves 2008:99).
- “Cooperação Científica e Tecnologia que possa pela exploração e transferências tecnológicas, maior cooperação bilateral de biotecnologia, prospeção geológica, exploração mineral e medicamentos, assim como cursos de qualificação técnica” (Esteves 2008: 99).

4- Segurança e Paz

- “Cooperação militar: Intercambio militar de alto nível, qualificação de efetivos para a consolidação da defesa nacional” (Esteves 2008:100).
- “Segurança não tradicional: contra o terrorismo, tráfico de armas drogas e crimes económicos internacionais” (Esteves 2008: 100).

Perante os princípios mencionados, verificamos que a abordagem que é feita pela RPC em África, possui uma diversidade de áreas-chave, mesmo assim continuam a subsistir dúvidas sobre a cooperação entre ambos, no caso da China ela valoriza sobretudo a sua mão-de-obra. Outro dos aspetos a evidenciar, é a falta de políticas ambientais, que indiquem os efeitos da extração dos recursos africanos. De assinalar que as preocupações tem que partir do povo africano em constituir uma relação estratégica, designadamente de *win-win*. Para esta investigação, convém salientar ainda o apoio da RPC ao investimento no continente africano através de créditos e empréstimos, o que para este continente é uma alternativa significativa de financiamento (Alves 2007).

2. Fórum de Cooperação China-África

A estratégia chinesa para o continente africano resulta de uma prioridade do governo, a partir da entrada da China na OMC (2001), ela visa obter maior benefício no desenvolvimento económico. Na realidade o próprio continente africano sofreu alguns efeitos da globalização, quer endógenos como a violação dos direitos humanos, má governação entre outros, quer exógenos como: o sistema económico, e é nomeadamente aqui que a realização da cooperação com a China provocou efeitos imediatos. Desde do fim da Guerra-Fria, que o interesse chinês no continente africano aumentou significativamente, a existência proeminente de um desejo chinês em se tornar um líder do então terceiro mundo estaria presente. O objetivo seria intensificar o acesso a matérias-primas e recursos naturais através da diplomacia. O desenvolvimento de laços por parte de alguns países do continente africano com a China surge no ano 2000 com o Fórum de Cooperação China-África. Nesse mesmo ano aconteceria também o Acordo Cotonou ⁴⁰ (Wild 2006). O que podemos de facto assinalar do Fórum de Cooperação China-África é que, o mesmo, foi criado com alguns objetivos específicos, nomeadamente demonstrar o progresso e a modernização económica da China; encorajar os países africanos a seguir o exemplo do modelo chinês; condenar a ideia de hegemonia promovendo a paz; e finalmente o não reconhecimento do governo de Taipé.

⁴⁰ Acordo Cotonou: “ foi assinado em 23 de junho do ano 2000, entre a União Europeia e os 77 países da África, Caraíbas, e Pacífico (...)”(Esteves 2008 :83).

Com a primeira Conferência Ministerial no ano 2000, aprovou-se o Manifesto de Pequim⁴¹, declaração esta que funciona como documento fundador do Fórum, onde essencialmente se encontram princípios que estabeleciam a relação, como: os Cinco princípios da Coexistência Pacífica; respeitar a função desempenhada pelo Conselho de Segurança da ONU, em promover a segurança mundial; defender os direitos humanos e a autodeterminação; adotar o princípio da cooperação para o desenvolvimento mútuo; reconhecer os esforços no combate à malária, e VIH, por parte dos países africanos; Incentivar o perdão das dívidas externas; e desenvolver a cooperação a todos os níveis. A primeira parte da declaração seria dedicada, à natureza da criação do próprio Fórum, como um mecanismo de desenvolvimento e paz, criado fundamentalmente para enfrentar os novos desafios. Esta declaração denunciava as injustiças do sistema internacional, assim como o favorecimento a países mais desenvolvidos, apelava a uma união do continente africano, e apostava numa cooperação entre a China e África (Alden 2005).

A segunda parte consistia essencialmente no respeito pelo Conselho de Segurança da ONU, a não proliferação nuclear, a resolução de disputas por meios pacíficos, criação de um Fundo de solidariedade Mundial e um diálogo mais consistente com a cooperação sul-sul.

Com a segunda reunião Ministerial datada do ano 2003, passam a ser realizados planos de ação com metas específicas, e divididas em partes: a parte do desenvolvimento económico e social, segurança, paz, e cooperação multilateral. Mas também as questões relacionadas com a política e segurança seriam confirmadas como princípios executados no Manifesto de Pequim (ano 2000), que mencionavam a participação da China em operações de paz da ONU, existentes em África. Na cooperação multilateral, a questão essencial para Pequim seria essencialmente a adoção de uma posição de apoio mútuo a temas como: a não ingerência em assuntos internos, e territorial, assim como a promoção de soluções pacíficas para possíveis conflitos (Friedeng 2005).

Já no setor de desenvolvimento económico, as propostas por parte de Pequim, são mais abrangentes, envolvem fundamentalmente: ações para o desenvolvimento de infraestruturas, cooperação no setor tecnológico e agrícola, assim como um aumento de investimentos provenientes da China e Joint-ventures⁴².

⁴¹ Manifesto de Pequim: “ é um documento político que refuta as noções ocidentais de liberalização política e reforma económicas como uma obrigatoriedade para se atingir o desenvolvimento em infraestruturas e instituições sociais sem reformas políticas e económicas” (Esteves 2008:84).

⁴² Joint-Ventures “ Uma joint-venture com um parceiro local, representa uma forma mais ampla de participação em mercados estrangeiros de que a exportação ou licenciamento. Entre as vantagens dessa estratégia, estão o compartilhamento do risco e a possibilidade de combinar diferentes forças da cadeia de valor (...) Joint-ventures, podem ter grandes vantagens. Os parceiros de uma joint-venture devem compartilhar tanto os lucros quanto os riscos. A maior desvantagem dessa estratégia de expansão global é que a empresa incorre em grandes custos associados a questão de controlo e coordenação que surgem ao trabalhar com um parceiro” (Keegan 2005:189-190).

No ano 2003, surge a II Cimeira China-África, em 2006 o governo chinês apresenta pela primeira vez o seu *policy paper* sobre a sua parceria estratégica com o continente africano, procurando evidenciar os laços de solidariedade desenvolvidos. No mesmo ano, Pequim organiza a II Cimeira e Conferência Ministerial China-África, seguida do Fórum para a Cooperação, que contou com a presença de 48 países do continente africano. A realização desta cimeira havia sido concebida com o objetivo de comemorar os 50 anos das relações diplomáticas entre a China e África. Nela seria aprovado o designado plano de ação de Pequim, o qual contava com o apoio desenvolvido por parte da China em áreas como o desenvolvimento, o estabelecimento de áreas livre de comércio, e cancelamento da dívida a países mais endividados. Perante isto, a China consolidava a sua posição no continente africano, e constituía uma nova parceria estratégica Sul-Sul, que ia de encontro aos interesses africanos. Logicamente, que os Estados que reconheceram Taiwan ficaram de fora da respetiva parceria estratégica (Zhao 2004).

Em 2009, surge a quarta reunião ministerial, e a segunda do Fórum de Cooperação China-África, o designado (FOCAC). Contudo, a declaração da respetiva reunião possuía os princípios anteriormente aprovados. Na verdade, existem dois aspetos que merecem destaque, primeiramente a crise financeira internacional e a necessidade extrema de reforçar o sistema financeiro; posteriormente, o apoio da China a países africanos para que a resolução dos seus problemas passem sobretudo pelas organizações regionais.

O plano de ação desse ano possuía ainda duas secções novas, a saber: a cultura e o desenvolvimento social. Nos temas relacionados com a segurança e política, o plano de ação não continha nenhuma alteração. Porém houve uma ampliação de algumas propostas já estabelecidas como: produtos africanos com tarifas de importação reduzida e o aumento do Fundo de Desenvolvimento entre China-África. Em questões de desenvolvimento social surge um fortalecimento de ações pré-estabelecidas, como a construção de novas escolas e o envio de medicamentos (Alves 2007).

Na realidade, as relações de cooperação entre a China e África têm vindo a ser estimuladas pelo próprio Fórum, que tem na sua base uma parceria estratégica. Este Fórum de cooperação serviu para que a China se afirmasse como uma potência dominante. Noutra vertente, este Fórum abriu a possibilidade de aceder ao continente africano através de duas vias: o multilateralismo e o bilateralismo. Todavia os avanços apresentados pelo Fórum, são ainda pouco representativos, devemos ressaltar que o processo de aprofundamento de relações assim como a criação de instituições multilaterais é mais demonstrativo no início da sua formação, do que propriamente após a manutenção ou ampliação (Alves 2007).

2.1 As relações económicas entre China e África

Como vimos, até ao momento a diplomacia económica tem-se apresentado como a principal ferramenta de política externa, por parte da China em Angola. As relações económicas que têm sido estabelecidas entre os dois países confirmam essa opção chinesa. Fundamentalmente serão as trocas comerciais. Outro dos aspetos que não poderá ser negligenciado nesta análise é o facto de a China condicionar a sua política externa às suas necessidades internas, que inclui o abastecimento de recursos energéticos. Cumpre sublinhar ademais que a China utiliza fundamentalmente os seus instrumentos económicos para alcançar os seus objetivos políticos (Taylor 2006).

Os interesses económicos da China em África baseiam-se em fatores, primeiramente, a China possui uma visão de positividade sobre a situação macroeconómica do continente africano, que reflete a adoção de políticas económicas semelhantes a de Pequim, posteriormente, existe uma crença nas indústrias chinesas, os produtos, assim como o vestuário chinês teria uma grande potencialidade no mercado africano. Por fim, o continente africano é detentor de recursos naturais, nomeadamente o petróleo, e matérias-primas, dos quais a China necessita para o seu desenvolvimento económico e estabilidade interna (Alves 2007). A exportação da China para África tem na sua composição essencialmente equipamentos e produtos de maquinaria, têxteis, e equipamento de transportes. O ferro, algodão e os diamantes ocupam cerca de 11% das importações da China no continente Africano, já a composição restante é de 19%. Angola é o maior importador do continente africano de produtos chineses, seguida da África do Sul. No ano 2000, as importações referentes a Angola corresponde a 38% e a África do Sul 21%. Ao longo das décadas, Angola foi fundamentalmente o país que apresentou maior aumento das importações.

Nas últimas décadas, o comércio entre a China e África, tem aumentado substancialmente, com um crescimento acelerado entre o ano de 2005 a 2008. Neste período houve um equilíbrio entre as exportações e importações, à exceção do ano 2008 e 2009, quando houve um comércio deficitário para a China e África. Relativamente as importações realizadas pela China, são sobretudo focadas em cinco grupos de produtos, contudo 60% corresponde ao petróleo e combustíveis minerais, para além disso todos os produtos são *commodities*, nomeadamente os minérios (Taylor 2006).

Nas importações africanas, o cenário apresenta-se distinto. Cerca 50% das importações dizem respeito a equipamento eletrónico, artigos manufacturados e equipamentos elétricos. O continente africano traduz uma importância crescente como fornecedor de recursos energéticos, porém o continente africano representa 5% das importações mundiais da China, mas no que diz respeito aos recursos energéticos, a participação sobe para 20%.

A relevância é mais visível quando mencionada a relação China-Angola. Nas importações africanas, o cenário apresenta-se distinto: 50% das importações dizem respeito a equipamento eletrônico, artigos manufacturados e equipamentos elétricos. O continente africano possui um significado considerável como fornecedor de recursos energéticos, porém o continente africano representa 5% das importações mundiais da China, mas no que diz respeito aos recursos energéticos, a participação sob para 20%. A relevância torna-se mais assertiva na relação China-Angola (Taylor 2006).

O primeiro dado que surge da investigação e que deve ser, desde já referido, é o papel relações económicas entre ambos desempenhar um papel importante internacionalmente, pois a cooperação entre a China e África é um dos pilares basilares da política externa chinesa. O balanço do aprofundamento económico entre ambos é positivo, em várias áreas, nomeadamente:

- “em 2005 África registou um crescimento económico de 5,2%, o maior de sempre, devido ao investimento chinês” (Esteves 2008:121).
- “cancelamento de dívidas (enquanto país emergente poderá fornecer apoio junto da comunidade internacional)”(Esteves 2008:121).
- “presença de maior número de empresas chinesas em África; as vantagens oferecidas pelo governo chinês são de todo apelativas traduzidas pelos empréstimos concessionais e créditos de exportação para infraestruturas e promoção de cooperação entre empresas” (Esteves 2008:122).
- “Trocas de experiências (aprendizagem através do modelo de desenvolvimento oferecido pelo Consenso de Benjing) ” (Esteves 2008:122).
- “Investimento em áreas negligenciadas pelo ocidente a nível de infraestruturas, indústria e agricultura” (Esteves 2008:121).

Apesar deste balanço positivo, podemos identificar alguns obstáculos à cooperação entre China-África. O primeiro obstáculo a destacar incide no desconhecimento cultural, pois o relacionamento de cooperação entre ambos reside a nível das elites chinesas e africanas, logo há um desconhecimento por parte da população. O segundo obstáculo, reside na falta de cooperação nas pequenas e médias empresas e na agricultura, pois na realidade os governos apenas realizam projetos de grande envergadura. Todavia apesar do investimento chinês ser significativo para o continente, não será suficiente para o comércio com os países africanos. A adicionar a tudo isto e aos efeitos económicos, surgem implicações políticas e a importância de África no Sistema internacional. O desenvolvimento das relações China-África representam um tema de grande relevância para ambos.

Os impactos dessa relação refletem-se na distribuição do poder no Sistema Internacional. Embora no primeiro olhar, se forneça uma maior importância dessa relação a África, contudo, é para a China que esta relação terá mais peso (Wild 2007).

2.2 Os investimentos chineses no continente africano

Durante várias décadas a República Popular da China foi essencialmente recetora de investimentos externos, nomeadamente entre 1979 a 2010. Atualmente a situação inverteu-se e são os chineses que expandem os seus investimentos no continente africano com apoio do próprio governo. Os primeiros sinais de investimentos por parte da China surgem em 1979, com a implementação de uma *joint-venture*. Após esse início de investimento, surgem novas políticas que estimulam a realização de investimentos estrangeiro (Hare 2006).

Segundo o ministério do comércio chinês, o fluxo de investimento direto em África no ano de 2003, seria de aproximadamente 748 milhões de dólares, já em 2008 seria de 5,4 bilhões. O continente africano assim sendo, é o segundo maior destino de investimento direto proveniente da China, isto reflete a importância estratégica e económica que este representa.

Muitos dos investimentos chineses encontram-se relacionados com os recursos naturais, porém em 2008, grande parte dos projetos desenvolvidos no continente africano provinham de investimentos chineses. Os grandes investimentos têm sido realizados em vários sectores, nomeadamente: os transportes, o turismo, o vestuário e as telecomunicações. Atualmente as trocas comerciais entre a China e África ultrapassavam os 200 mil milhões em 2013, sendo que o crescimento direto aumentou 44%. Apesar destes valores, ainda hoje se questiona as intenções da China com os seus investimentos em África e os impactos do comércio entre os países, mas não é possível ignorar a importância das relações económicas entre ambos (Hare 2006). Atualmente podemos ainda constatar a existência de uma expansão de pequenas e médias empresas do setor privado no continente africano. Surgem inicialmente na China e expandem-se para África, sendo maioritariamente empresas de manufatura, comércio, e extração de recursos naturais. Com o surgimento de Zonas Económicas Especiais, o investimento direto chinês têm sido mais facilitado.

Em 2009 os principais investimentos por parte da RPC em África estariam relacionados com: setores financeiros, turismo, e setores de exploração mineral. Com o ano 2000, a RPC, surge na indústria petrolífera em países como: Angola, e Nigéria, todavia de forma menos intensa em países como o Chade, ou Guiné Equatorial. Perante isto, a China mostra a grande facilidade com que as empresas petrolíferas chinesas se inserem no continente africano, demonstrando claramente a sua facilidade uma vez que são apoiadas, por instituições financeiras e pelo próprio governo (Hare 2006).

3. Estudo de Caso: Angola

3.1 Histórico da relação China e Angola

Como já tivemos oportunidade de analisar ao longo desta investigação que as relações político-institucionais entre Angola e China datam da conquista da independência da República de Angola. Contudo, já existia contacto entre ambos em virtude do apoio aos Movimentos de Libertação Nacional. Com efeito, o desenvolvimento da relação entre China e Angola remonta aos anos da luta anti-colonial, fundamentalmente através do apoio aos movimentos de libertação (MPLA, FNLA, UNITA), que surgiram na segunda metade da década de 50. Perante o cenário da Guerra Fria, o forte apoiante do MPLA torna-se a URSS, já o apoio chinês seria marcado aos FNLA e em menor escala à UNITA. O motivo pela qual surge uma aproximação entre a China e o FNLA, foi por oposição ao apoio da URSS ao MPLA, num momento no qual a China já iniciava um distanciamento à potência (Esteves 2008).

Na década de sessenta, o apoio chinês volta-se para a recém criada UNITA, ficando assim demonstrado que inicialmente a política externa da china em relação a Angola ainda não seria bem definida. Pois na década de sessenta, a política externa desenvolvida pela China em África, encontrava-se abundantemente alinhada à União Soviética, tendo como objetivo o apoio à independência dos países africanos, e o estabelecimento de relações diplomáticas. Sendo assim, o apoio aos movimentos de libertação em Angola ainda não faria parte de uma estratégia previamente estabelecida por Pequim (Hare 2006).

Com a revolução Cultural, a política externa chinesa altera-se, o que se reflete nas suas relações com o continente africano. Ao longo da década de sessenta, a China intensifica a sua aproximação com a UNITA, saindo da esfera de influência Soviética. Com o início da década de 70, a postura Chinesa para África e para os movimentos de libertação seria distinta; a estratégia seguida pela política externa chinesa seria a de lutar contra as hegemonias, o apoio de Pequim aos movimentos de libertação contrapõe a posição Soviética no continente africano.

Os anos seguintes à independência foram anos de grande importância entre Luanda e Pequim. A China, durante esse período de tempo ignora o novo governo estabelecido (MPLA), sugerindo que o país se encontrava sob o domínio Soviético. A posição chinesa ao longo dos anos foi amenizando, e no final da década de setenta, surgem as primeiras negociações com o intuito de estabelecer relações diplomáticas entre ambos.

Em 1979, surgem as primeiras tentativas oficiais para o estabelecimento das relações diplomáticas, mas seria só em 1983 que o relacionamento diplomático se consuma, através de um Comunicado Conjunto sobre a realização das relações diplomáticas entre República Popular da China e a antiga, República Popular de Angola (Esteves 2008).

Podemos assim, afirmar que o relacionamento diplomático entre Luanda e Pequim poderá ser entendido através de duas perspectivas: Em primeiro lugar, no próprio melhoramento das relações entre a China e a União Soviética, resultando em relações da China com diversos países da União Soviética. A segunda perspectiva encontra-se associada à própria política externa desenvolvida pela China em África, ganhando impulso, em 1983 com a viagem de Zhao Ziyang ao continente africano. No ano de 1988, o presidente angolano, visita a China. Nessa ocasião, foram realizados acordos de cooperação bilaterais, essencialmente de comércio entre ambos.

Foi também estabelecido a Comissão Conjunta de Economia e Comércio. Após o incidente de Tiananmen (1989), e o isolamento sofrido por parte da China a política externa sofreria uma reestruturação, especialmente na política externa direcionada para África. A década de 90, executa uma aproximação da China com o continente africano e obviamente com Angola. O relacionamento entre ambos, foi-se intensificando gradualmente ao longo dos anos 90 e Angola no final dessa década tornar-se-ia um dos principais parceiros da China, devido, também, à cooperação em matéria de defesa (Esteves 2008).

Em forma de síntese, o importante a ressaltar é o facto de a China apoiar a UNITA, e o afastamento ideológico da URSS terem contribuído para que este mantivesse um certo “low profile” no país seguidamente à independência. Mas o ponto de viragem surgiria com o Fórum de cooperação China-África (2000), e também devido as trocas comerciais especialmente a partir do ano de 2004. A par disso, surgem sucessivas visitas de alto nível como podemos verificar na **Tabela 7**:

Tabela 7-Visitas de figuras de alto nível entre a China e Angola (2000-2014)

Ano	Visita a Angola	Visita à China
2000		Kundi Payhama Ministro da defesa nacional
2001	Tang Jiaxuan Ministro das Relações Exteriores	
2002	Wang Wenyuan Vice-presidente da conferência consultiva política da RPC	
2005	Zeng Peiyang Vice-primeiro-ministro	
2006	Weng Jiabao Primeiro-ministro	
2010	Vice-primeiro-ministro, atual Presidente Xi Jinping	
2013	Zhang Ming Vice Ministro dos negócios Estrangeiros visita Angola.	Georges Chikoti Inicia uma visita à República Popular da China
2014	Li Keqiang Primeiro-ministro da China visita Angola	

Fonte: (Esteves 2008:78-79)

3.2 O desenvolvimento da relação diplomática entre Angola e China

O desenvolvimento inicial da relação de cooperação entre Angola e China foi marcada por questões pertinentes no pensamento social, estabelecidas pela Conferência de Bandung, nomeadamente o anticolonialismo e a independência. Neste período, a China pretendia obter

vantagens sob a emergência do terceiro mundo africano, utilizando estratégias de influência. As estratégias desenvolvidas pela China poderão ter contribuído significativamente para o desenvolvimento de relações diplomáticas como continente africano. Entre as duas primeiras décadas de relacionamento diplomático datado entre 1983-2003, havia a existência de razões de natureza ideológicas e estratégicas entre o MPLA com Moscovo, o que dificultaria o relacionamento inicial da China com a República de Angola. Este relacionamento só iria ser estabelecido em 1983 (Campos e Vines 2007).

Estas duas décadas de relacionamento iriam ser marcadas por uma cooperação comercial com algumas limitações. O primeiro acordo comercial desenvolvido por ambos os Estados foi estabelecido no ano de 1984, e em 1988, foi realizada a Comissão Económica e Comercial Mista. Com a década de 90, surge um incentivo ao desenvolvimento de relações diplomáticas entre a República de Angola e Taiwan, contudo o desenvolvimento das relações com Taiwan não se efetua devido aos esforços realizados pela República Popular da China, com o objetivo de garantir os seus fornecimentos em petróleo, em troca de cooperação comercial. Porém, as exportações de petróleo, desenvolvidas pela República de Angola para a China, entre o ano de 1992-2003, foram significativamente irregulares (Burke et al 2007: 27).

No ano de 2003 surge, um acordo de cooperação económica e comercial, este respectivo acordo desenvolveu-se em empréstimos por parte da China a Angola. Com o desenvolvimento desta relação diplomática entre ambos, surgem visitas oficiais, tanto por parte dos representantes do governo Chinês como Angolano. Nesta conformidade, a República Popular da China envia os seus representantes governamentais a Angola desde 1984. Da parte da República de Angola, o primeiro representante a ser enviado foi Manuel Bernardo de Sousa em 1994 e posteriormente, o ex-Ministro da educação e antigo embaixador de Cuba, João Manuel Bernardo. “ de facto, o reconhecimento é que o estabelecimento das relações diplomáticas não é uma consequência requerida pelo Direito Internacional Público pois antes do reconhecimento os Estados podem manter relações não oficiais, o que acontece a *priori* em todos os casos” (Esteves 2008: 126).

Mais recentemente, já no ano de 2006 na visita oficial do Primeiro-Ministro (Wen Jiabao) a Angola, surge a criação de um Consulado-Geral de Angola na região administrativa de Macau, sendo que o objetivo será o intercâmbio entre ambos, ao nível do desenvolvimento das relações comerciais.

3.3 Os reais objetivos da China na cooperação com Angola

3.3.1 A importância do “ouro negro”

Ao longo das décadas, como vimos, a China e Angola têm vindo a desenvolver um relacionamento de grande proximidade, especialmente a partir do ano 2002, devido fundamentalmente ao cessar-fogo entre duas principais facções políticas - UNITA e MPLA. Contudo, poderemos mencionar que Angola corresponde na totalidade aos objetivos estratégicos desenvolvidos pela China. No que concerne, à República Popular da China, podemos destacar: o petróleo, as trocas de experiências, o acesso aos mercados de Angola, cooperação na área médica, militar e tecnológica.

As ligações desenvolvidas pela China e Angola beneficiaram de diversos fatores, como tal o petróleo é um dos denominadores comuns dos interesses de ambos. O petróleo é uma matéria-prima de alto valor estratégico, tanto a nível económico como político, desempenha uma função crucial em qualquer economia em crescimento, contudo a sua gestão implica sobretudo uma reflexão sobre duas características fundamentais: o fato de ser um recurso finito e a própria escassez. Todavia, existem dois critérios utilizados para classificar a matéria-prima como sendo estratégica:

1) “o seu grau de importância para a economia de um país” (Esteves 2011:129).

2) “a existência de riscos potenciais que possam afetar o seu acesso”(Esteves 2011:129).

“ Quanto ao primeiro critério o petróleo constitui a base da economia angolana, já o segundo suscita alguns pontos adicionais, mediante fatores internos (políticos, económicos ou sociais); dependência de importações e condições de reservas” (Esteves 2008:129).

Porém ao longo da história, este recurso energético tem sido alvo de diversas vicissitudes, pois ele contribui para o aumento significativo de poder nacional dos países do mundo. Angola é um dos detentores desta matéria-prima, concede-lhe um poder funcional avultado, cuja importância deve-se fundamentalmente à interdependência global. A República Popular da China, procura em África mas sobretudo em Angola, comprar recursos energéticos, que são utilizados para o fortalecimento da sua segurança energética e económica, de forma a estabelecer uma inserção em diversos mercados distintos, modificando assim as forças mundiais através do comércio externo (Pautasso e Oliveira 2008).

Esta necessidade de crescimento por parte da China exige uma tentativa para sustentar as ameaças de natureza económica que poderão dificultar a segurança nacional. Outro aspeto que não se poderá deixar mencionar diz respeito, ao facto da China ser uma potência militar e como tal, necessita essencialmente de suportar as suas forças armadas.

Na verdade podemos reafirmar a importância do controlo das matérias-primas de acordo com o teórico realista, Hans Morgenthau. De acordo com este autor, por parte da República Popular da China “prevalece uma necessidade de procurar novas fontes de energia que assegurem a sustentabilidade nacional, que parece-nos não passam, no imediato pelo desenvolvimento do carvão que apresenta dois inconvenientes: transportes (os locais de produção são remotos) e poluição, ou pelo desenvolvimento do gás natural que acarreta gastos enormes, aliados à necessidade de construção de oleodutos” (Esteves 2008: 131).

Esta lacuna leva a um esforço adicional por parte da República Popular da China, no desenvolvimento da sua estabilidade económica. Perante isto, poderemos referir, que a estratégia por parte da China não se limita exclusivamente a um relacionamento de exportador/importador, pretende ser um dos principais parceiros comerciais e, simultaneamente, que permita atingir um nível de segurança energética e económica. No caso de Angola, ela ocupa o 2º lugar como maior exportador de petróleo do continente africano, seguidamente à Nigéria, situação esta que poderá se inverter devido a crescente exploração territorial.

Relativamente à cooperação entre estes dois países, desde 2004, que Angola é o maior fornecedor de recursos energéticos à China, atingindo em 2006 um valor de 11,2 milhões de toneladas de petróleo, colocando o país no topo dos parceiros do continente africano. Angola tem vindo a reforçar a sua parceria enquanto parceiro da República Popular da China, essencialmente pelo fato de esta possuir um território abastado que possibilita uma oportunidade exclusiva para a China (Romana 2005).

3.3.2 A exploração petrolífera em Angola

Angola tem sido um dos principais fornecedores de petróleo da China. A procura deste recurso natural por parte da China deve-se essencialmente à necessidade das refinarias chinesas se encontrarem configuradas para processar o petróleo bruto angolano com baixo teor em enxofre. Como sinal crescente da participação chinesa em Angola, esta é detentora de algumas das petrolíferas mais cotadas a nível mundial, a denominada: Sinopec, e a Petrochina. Desde o ano 2004, que a Sinopec adquiriu parceiras em blocos petrolíferos angolanos, adquirindo assim 50% do bloco 18 operado este pela BP (Vines et. al 2011).

Todavia, as estratégias utilizadas pelas petrolíferas chinesas, são realizadas através de *joint-ventures*, no qual a Sinopec detém uma maioria de 55%, é a maior refinaria da Ásia, “ possui participações em três campos petrolíferos off-shore em Angola, em conjunto com a Sonangol, a maior petrolífera Angolana (...) as reservas adquiridas, no valor de 3.200 mil milhões de barris, significarão a aquisição de 100 mil barris dia para a China. Para além disso a China associou-se à Europeia British Petroleum (BP), para a exploração do Bloco 18 da costa angolana da qual detém metade dos direitos de exploração” (Esteves 2008: 133-134).

Para além disso, toda a exploração desenvolvida em novos blocos, contribui significativamente para que Angola seja o maior fornecedor mundial do país asiático. Contribui também para que Angola “desenvolva empréstimos para obter assistência financeira chinesa para grandes projetos de investimento em infraestruturas, telecomunicações e agrobusiness, ao abrigo do Programa de Reconstrução Nacional. Os empréstimos obtidos por Angola e garantidos pelo petróleo não são novidade. Tiveram início no fim dos anos oitenta, altura em que Angola precisava de financiamento para a comparticipação da Sonangol em desenvolvimentos na costa de Cabinda” (Vine et.al 2011:66).

Os empréstimos garantidos por parte do petróleo são claramente uma ferramenta a utilizar por parte do Governo Angolano, com o objetivo de garantir as suas prioridades orçamentais, tornando-se assim fundamental para o exercício do poder. Com este recurso natural, Angola têm pago vários empréstimos comerciais, este serve também para assegurar diversas linhas de crédito com a China, Brasil, e Portugal. Os empréstimos provenientes da China concedem condições mais favoráveis em termos de isenção e prazos de amortização. Constituem também uma forma de trocar recursos por infraestruturas, no qual a amortização dos empréstimos para a realização de estruturas é efetuada em recursos naturais. Normalmente este típico de acordo é realizado para países que não possam proporcionar garantias financeiras, permitindo-lhes assim o desenvolvimento de infraestruturas, aliadas à exploração de recursos naturais (Vine et. al 2011).

No ano de 2002, foi realizado pela EximBank e pela China Construction Bank, o primeiro financiamento, para o desenvolvimento de infraestruturas angolanas. Contudo o financiamento foi realizado diretamente as empresas chinesas. Em 2004, foi aprovado um financiamento num valor estimado de 2 biliões de dólares, que segundo o Bando Mundial, este empréstimo terá sido garantido pelo petróleo. Foi também realizado em 2005, pela China International Fund Ltd (CIF)⁴³, um empréstimo de 2,9 biliões de dólares com o objetivo de apoiar a reconstrução pós-guerra angolana. No ano de 2007, foi assinado outro empréstimo também garantido pelo petróleo, esta linha de crédito iria financiar alguns projetos adicionais aprovados pelo Conselho de Ministros (Romana 2005). Atualmente, o Banco de desenvolvimento da China concedeu um empréstimo de 1,32 mil milhões de dólares à Sonangol (Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola). No total somam-se cerca de 15 mil milhões de dólares concebidos por algumas instituições financeiras provenientes da República Popular da China, neste últimos anos.

⁴³ CIF - China International Fund Ltd: “ foi criada em 2003 e parece constituir o ramo de construção da Beiya International Development Ltd, uma companhia mãe da China Angola Oil Stock Holding Ltd, que negocia com o petróleo angolano (...) tem a sua sede num endereço de Hong Kong que também alberga outros empreendimentos comerciais ligados a Angola, incluindo a Sonangol Sinopec international (SSI), a China Sonangol International Limited (CSIL) e a China Beiya Escom International Limited” (Vine et al.2011:71).

3.3.3 Angola, o mercado por explorar

A República de Angola é um país devastado por um clima de guerra que durou 28 anos, cessando no ano de 2002. Apesar disso, Angola é um país em desenvolvimento, que desde a instauração da paz tem vindo a enfrentar continuamente alguns desafios, nomeadamente a nível dos mercados. A guerra trouxe um congestionamento para a maioria das cidades de Angola, mas possibilitou significativamente o desenvolvimento da região, as 18 províncias de Angola tem vindo a proporcionar um maior progresso no mercado interno.

Afetada positivamente, Angola ao longo das décadas tem vindo a ser um “ horizonte comercial” (Esteves 2008:135) para as empresas de origem chinesa. Todavia, é importante salientar que as empresas chinesas assim como o seu modelo de negócio e o seu modo de operar têm sido alvo de diversas críticas, nomeadamente na forma de pagamento e na instabilidade laboral. Segundo o Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC), as empresas chinesas violam com frequência as leis laborais e estimulam jornadas de trabalho de oito horas diárias. Conclui-se também, que os trabalhadores angolanos que trabalham em empresas chinesas realizam mais trabalho, por menos salário (Santos e Quintão 2011). Para além disso, existem incompatibilidades culturais, e sociais entre os trabalhadores angolanos e chineses. Existe uma preferência por parte das empresas chinesas em adquirir trabalhadores chineses, da mesma forma que os angolanos têm uma preferência explícita por trabalhadores angolanos.

A chegada de trabalhadores chineses em Angola é claramente um acontecimento social relevante, num continente que apresenta taxas de desemprego significativamente elevadas. Contudo, é de mencionar que a maioria das empresas chinesas, não respeitam algumas cláusulas relativamente a subcontratarem no mercado angolano. Levando em conta, as observações mencionadas, “ pode-se concluir que o governo angolano deverá criar condições necessárias que garantam as condições de trabalho em geral, e nas empresas chinesas em particular. (...) o intercâmbio cultural, económico e profissional poderá trazer grandes benefícios” (Santos e Quintão 2011:3). Todavia, as empresas chinesas têm a capacidade de eliminar a concorrência, no mercado dos têxteis chineses esse é o seu ponto forte.

O mercado de Angola possui uma vasta clientela exigente e com sede de produtos baratos. Mas de facto, Angola tem vindo a sentir o impacto sócio-cultural das empresas chinesas em seu território, sendo semelhante ao experienciado pelos países do ocidente, tem uma agravante, o facto de ser mais competitivo, “especialmente em matérias de indústrias têxteis e manufacturas de baixa tecnologia onde se registra a proliferação de lojas retalhistas chinesas que competem com os pequenos e médios comerciantes” (Esteves 2008:135).

3.3.4 A importância de Angola na expansão política “uma só China”

A República Popular da China chegou ao continente africano, e nomeadamente a Angola, com um vasto conjunto de vantagens a oferecer e uma gestão cuidadosa dessas mesmas vantagens. Do ponto de vista formal, a RPC impõe uma condição assente: o Estado interlocutor terá de adotar a política de “*uma só China*” (Esteves 2008:135), como tal não poderá haver o reconhecimento de Taiwan.

Taiwan representa para a China essencialmente um ponto de fragilidade. Portanto o esforço implementado pela RPC em África e consequentemente em Angola tem também como objetivo retirar protagonismo na cena internacional a Taiwan. Assim sendo, Estados como Angola adquiriram uma importância estratégica inegável para a luta diplomática entre a República Popular da China e Taiwan. Pequim ao longo das décadas tem vindo a estabelecer laços diplomáticos, com os seus parceiros africanos. Através da sua presença no continente africano, a China procura fundamentalmente evitar o reconhecimento de Taiwan como Estado soberano, procurando aliados em Organizações Internacionais. Atualmente são poucos os países do continente africano que reconhecem Taiwan, entre eles encontram-se: São Tomé e Príncipe, Burkina Faso e Gâmbia (Mendes et al. 2008).

No acaso específico de Angola, as exigências realizadas pela China passariam pelo apoio à respectiva política de “uma só China” (Esteves 2008:135), como tal os dirigentes angolanos procedem a declarações especificamente nesse sentido. “ A título de exemplo, destacamos a intervenção de Francisca Paiva, na altura agindo como Secretária-Geral do MPLA, em que fez uma declaração atestando apoio à integração de Taiwan à China durante o encontro entre a delegação da Federação de Mulheres da China e a OMA- Organização da Mulher Angolana (...) ” (Esteves 2008:137). Todos os esforços desenvolvidos pela China em Angola foram mantidos a custo de uma relação de proximidade com as elites governativas. A RPC, aumentou a sua ajuda ao governo angolano, usando uma retórica sobre a diversidade e respeito mútuo, mostrando ser o oposto dos discursos dirigidos pelas potências Europeias, implementando empréstimos e ajuda financeira sem qualquer tipo de burocracia e perdoando assim as dívidas externas (Mendes et al. 2008).

3.3.5 Os benefícios da respectiva integração regional

Uma das integrações regionais mais efetivas do continente africano é realizada pela SADC⁴⁴. Desde a sua formação que a África do Sul, desempenha um papel de liderança, contudo esse papel de liderança encontra-se cada vez mais distante, uma vez que Angola tem desenvolvido um papel cada vez mais ativo e influente, mas a África do Sul continua a ser detentora de influência no que diz respeito à política de vizinhança. Angola desempenha um papel fulcral como potência regional nesta organização, o que lhe consolida um reforço no seu posicionamento internacional e na sua defesa territorial. Contudo, a China tem todo o interesse em aceder aos mercados, fundamentalmente realizados através da SADC, que possui um elo de ligação com a América do Sul (Esteves 2008).

O relacionamento da China com Angola concederá à China vantagens geoestratégicas, as suas fronteiras, permitem aceder a todos os mercados da região e a uma maior sustentabilidade económica que com a modalidade de cooperação entre ambos os Estados irá garantir maior lucratividade à China. Para além do mencionado, Angola encontra-se envolvida na COMESA⁴⁵, que lhe confere uma entrada em diversos mercados mais vastos, sob tarifas preferenciais. Perante isto, a China poderá aceder a estes benefícios, pois Pequim tem fornecido apoio aos membros pertencentes da COMESA, possuindo assim uma imagem muito positiva perante todos os membros. No caso concreto de Angola, esta poderá executar o seu lobby no sentido fundamental de obter apoio aos intentos da RPC no acesso aos seus produtos (Esteves 2008). Para além do mencionado, Angola também é membro pertencente da CEEAC⁴⁶, um organização regional que tem como objetivo central estabelecer um mercado comum centro-africano. A presença de Angola, na SADC, COMESA, e CEEAC, são oportunidades fundamentais para projetar Angola como potência regional.

⁴⁴ SADC: “ Comunidade para o Desenvolvimento da África- Austral. Este tipo de integração regional quer se quer como uma etapa para um multilateralismo pleno desenvolvido pela NEPAD, é das mais importantes em África, tendo sido estabelecida em Agosto de 1992, em Windhoek (Namíbia). Os membros da comunidade são: Angola, Botswana, Tanzânia, Zimbabwe, Maurícias, África do Sul, Lesoto, Congo, Suazilândia, Madagáscar, Namíbia, Malawi, e Moçambique” (Esteves 2008: 138).

⁴⁵ COMESA: “ Mercado comum da África Oriental e Austral que inclui os seguintes países: Angola, Egipto, Madagáscar, Sudão, Burundi, Eritéia, Malawi, Camarões, Etiópia, Maurícias, Uganda, RD Congo, Quênia, Ruanda, Zâmbia, Zimbabué, e Seichelles. Os objetivos consistem em promover a integração económica regional através do comércio e investimento. Conta com uma população total de mais de 385 milhões de habitantes” (Esteves 2008: 140).

⁴⁶ CEEAC: “ Comunidade Económica dos Estados da África central. Foi estabelecida em 18 de Outubro de 1983. Até 1999, o estatuto de Angola era apenas de observador altura em que se tornou um membro efetivo (...)” (Esteves 2008 :140).

4. Angola: quais os seus interesses na cooperação com a China

4.1 Linhas de crédito chinês: a sua importância

Os negócios desenvolvidos entre a República Popular da China e Angola são claramente uma mais-valia para o desenvolvimento da economia angolana, que caminha progressivamente para um desenvolvimento sustentável.

A RPC, através do ExIm Bank, tem vindo ao longo das décadas a atribuir empréstimos e créditos significativos a Angola. Podemos referir que o 1º foi realizado em 2004, tinha um valor de 2 biliões de dólares, com um período de pagamento de 17 anos, sendo que 12 anos serão sujeitos a uma taxa indexada ao índice Libor. A primeira fase do empréstimo, realizou contratos na: água, energia, educação, e serviços públicos, no total foram 50 projetos que envolveriam 7 empresas de origem chinesa. Os contratos renunciados apreendiam a reabilitação de diversos hospitais, escolas básicas, e aquisição de maquinaria para reabilitar o sistema agrícola (Moss e Rose 2006).

Nesse mesmo ano de 2004, foi assinado um contrato de cooperação preliminar às linhas de crédito, que incluía: acordos de cooperação em áreas como: infraestrutura, áreas energéticas, cooperação económica e técnica, acordos entre empresas de telecomunicação, a angolana Mundo Startel, e a chinesa ZTE Corporatinal International, e acordos entre a Comissão Nacional para o Desenvolvimento e o Ministério do petróleo e minas. No ano de 2006, o empréstimo mencionado subiu para 3 biliões de dólares, a quantia difundida não será de todo exata, pois o montante que foi divulgado, poderá não responder à quantia exata, o que poderá evitar internacionalmente especulações, contudo poderá dificultar a transparência (Moss e Rose 2006).

Na primeira fase do empréstimo, as empresas angolanas tiveram acesso a cerca e 600 milhões de dólares, “ funcionando sob subcontratações por empresas chinesas, sob o sistema de *joint-ventures* (...) este sistema permite proteger a economia do país e o esforço do governo tem sido louvável nos esforços para dotar o país de legislação protetora face à “invasão” que tem proliferado. Medidas como a recém-criada Lei de Base do Investimento Privado, dão segurança aos investidores estrangeiros e são um sinonimo da vontade de abertura ao mercado exterior, que permite também a descentralização da política economia assente no Estado” (Esteves 2008: 144).

Perante isto, uma das contrapartidas dos empréstimos emitidos, é o facto de Angola realizar o pagamento dos empréstimos em petróleo, aproximadamente 10.000 barris de petróleo por dia, que poderá ser uma contrapartida negativa face as oscilações do preço do petróleo.

No domínio agrícola, podemos ressaltar, que o crédito serviu exclusivamente para aquisição e reabilitação de estradas e modernização de sistemas de irrigação. Pois Angola, é maioritariamente um país rural, que sofre de falta de desenvolvimento agrícola. O apoio fornecido pela República Popular da China, através dos seus créditos, permitiu uma maior dinâmica no sector, a experiencia chinesa aliada aos níveis de conhecimento sobre os processos de irrigação foram uma mais-valia para o desenvolvimento do sector agrícola angolano (Esteves 2008).

No domínio do sector das obras públicas, é claramente a reabilitação de pontes, estradas e o desenvolvimento de novas infraestruturas, que são as prioridades centrais. Com o crédito, surge o desenvolvimento de uma estrada que liga Luanda a Negage, surge também o Porto de Cabinda, e a recuperação dos caminhos-de-ferro de Moçâmedes, Luanda e Benguela, que desempenham uma função fulcral na deslocação de grandes cargas para distâncias longas. Este sector é claramente um dos mais importantes, pois não necessita de grandes qualificações humanas, o que poderá ser um veículo que gere emprego. Para as empresas chinesas este sector é uma mais-valia pois poderão oferecer emprego, e contribuir para a diminuição do emprego angolano.

Medidas do género, tem contribuído fundamentalmente para o desenvolvimento, e alargar os mercados angolanos, tão desejados pelos chineses. No que diz respeito ao sector da educação, “ a construção e apetrechamento de 31 institutos médios; 15 escolas secundárias do II e III níveis, em várias províncias do país são as principais inovações. (...) em 2005, a população escolar atingiu os 4,9 milhões de alunos e regista-se a franca expansão da formação profissional. Inscritos na cooperação China-Angola, os intercâmbios de professores e estudantes, têm ocupado um lugar de destaque (...) ” (Esteves 2008:148).

Na área da saúde, foram reabilitados vários hospitais, melhorando significativamente a qualidade de vida das populações. Na área da saúde é implementada, a prática da medicina tradicional chinesa. Em Angola a maioria da população vive de crença, sendo grande a percentagem de pessoas analfabetas, existem poucas técnicas modernas de medicina, e os medicamentos são dispendiosos, logo o processo de inserção da medicina tradicional chinesa será facilitado. O Segundo facto a mencionar, diz respeito à cooperação existente entre Angola e os países do Ocidente, que não disponibilizaram medicamentos fundamentais, logo resta a África e nomeadamente a Angola encontrar na parceria com a China um meio para encontrar soluções que possam resolver o problema. Para além disso a RPC, Já enviou vários especialistas em ramos distintos da medicina, para auxiliar os profissionais existentes (Esteves 2008).No domínio das águas e energias, existe uma melhoria, na rede de energia de Luanda, avaliada em 44,5 milhões de dólares. O acesso a estes bens de primeira necessidade contribuíram para a existência de menos cortes energéticos, e menos águas insalubres.

Assim sendo, a linha de crédito fornecida pela China têm potenciado uma maior distribuição da eletricidade, registando em 2005 valores acima da média. Em síntese, o crédito chinês ao longo das décadas tem proporcionado várias oportunidades para o desenvolvimento de Angola. O modelo de desenvolvimento chinês permite alguma absorção por parte da população de Angola. Contudo existem diversas críticas internas e externas, direcionadas a este processo. Internamente, as críticas surgem por parte da UNITA, (oposição política) “que se mostra reticente em relação às vantagens comparativas para a economia do país, a longo prazo (...) a nível externo Angola, enfrenta algumas críticas por parte das instituições de Bretton Woods sobre o empréstimo Chinês. Na realidade é a primeira vez que há outra instituição capaz de cooperar com Angola, o que constitui uma novidade para as potências ocidentais (...)” (Esteves 2008:149).

4.1.2 Críticas as linhas de crédito da China

Várias têm sido as críticas dirigidas às linhas de crédito chinesas e as formas como estas foram negociadas e implementadas, nomeadamente em determinados projetos como: a colaboração com empresas angolanas, a falta de transparência a nível dos pagamentos e a própria sustentabilidade dos projetos. Uma das principais críticas destina-se fundamentalmente ao alcance do crédito e essencialmente ao que se destina. “A gestão do crédito depende da eficiência do governo, que tem que lutar contra a tendência existente de confusão entre o domínio público e privado, através de meios de fiscalização, em que o Tribunal de Contas poderá desempenhar o papel principal” (Esteves 2008:150).

Todavia, existe um mal-estar na oposição angolana, no que diz respeito à realização da seleção dos projetos, cuja orientação é maioritariamente chinesa, demonstrando assim algum interesse, na aquisição dos recursos comerciais e energéticos de Angola. Respetivamente aos pagamentos efetuados são realizados através de uma conta-corrente proporcionada pela venda de petróleo à RPC, realizada diretamente pelo Ministério das Finanças às empresas. Mas as críticas são sobretudo apontadas, aos possíveis desvios de fundos destinadas somente às linhas de crédito, e a descapitalização destas mesmas.

4.2 Cooperação Militar

Na cooperação exercida entre Angola e China, o domínio militar não foi uma área de todo negligenciada. Este será mais um dos motivos estratégicos para a República Popular da China assegurar o seu “*comprehensive national power*” (Esteves 2008:152). Apesar da China ser uma potencia económica, possuir um lastro político, social e económico particularmente interessante, falta-lhe conquistar a posição de potencia militar, contudo será provavelmente a maior potencia que poderá competir militarmente com os Estados Unidos da América. Segundo o “ relatório Mapping the world para 2020, prevê que a China alcance a segunda posição no ranking das potências que mais despendem na área da defesa, ultrapassando a Rússia e logo atrás dos EUA. A China será de acordo com todos os parâmetros, uma potência militar de primeira ordem (...) dispõe de capacidade estratégica por via do seu arsenal nuclear, mas este encontra-se virtualmente limitada uma vez que o poder não atómico continua a ser dominante nos conflitos armados” (Cunha 2012:131).

Por outro lado, Angola é uma das potências do continente africano assim com a África do sul, no que diz respeito as forças armadas. As forças armadas angolanas possuem uma experiência bastante significativa na área das guerrilhas, devido fundamentalmente à guerra civil que assombrou no país.

Como consequência, a cooperação existente no domínio militar poderá beneficiar Angola, respectivamente à experiência que a China possui a nível de estratégia militar, aumentando assim a influência por parte da China. Mas de facto, a consequência mais notória, será claramente o fornecimento de tecnologias e armas que tem sido motivo de contestação por parte do ocidente. “A China emergiu como principal exportador de armas a seguir aos Estados Unidos da América (EUA), o que coincidiu com as trocas de alta tecnologia entre os EUA e Pequim. Enquanto os EUA, vendiam armamento sofisticado à China esta tornou-se o principal fornecedor desse armamento a preços negociáveis com os países africanos” (Esteves 2008:152).

4.3 ONU: e o seu aliado chinês

A muito que o continente africano, reivindica a sua posição no Conselho de Segurança, órgão de maior importância para a ONU, composto por 5 membros permanentes onde a República Popular da China possui lugar permanente, assim como: Estados Unidos, Rússia, França e Inglaterra. A sua admissão em Organizações internacionais foi realizada com alguma cautela, mesmo no plano de ordem jurídica internacional. Até ao final da década de 70, seriam poucas as participações da China em agências especializadas da ONU. Contudo, esta adotou “ na ONU, um dos princípios basilares da sua política externa: a firmeza de princípios e a flexibilidade na sua aplicação, inspirado no mandamento maoísta que recomendava o arrojo na estratégia e a cautela na tática” (Cunha 2012: 239).

Respetivamente, a Angola, esta é um dos candidatos a um dos lugares no Conselho de Segurança da ONU, assim como outros países do continente africano que poderemos destacar a: Nigéria, Egipto, Argélia, Quênia, e a Líbia. O governo de Angola pretende executar uma candidatura a uma vaga como membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU, ainda no ano de 2014. Para tal, Angola irá necessitar de apoio dos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. Contou com o apoio exclusivo da China, Rússia, e os países da CPLP. Desta forma, conter assento no Conselho de Segurança irá beneficiar a influência geopolítica, assim como representará uma ajuda económica substancial.

Relativamente, as vantagens adquiridas por parte do apoio fornecido a Angola, será claramente o país Asiático, a China que irá beneficiar pelas razões que iram ser mencionadas:

- “ Angola é atualmente o maior exportador de petróleo para a China e o alcance das relações de cooperação favorece os laços de aliança entre ambos” (Esteves 2008: 160).
- “ A China tem todo o interesse em apoiar a entrada dos países africanos no Conselho de Segurança por se encontrar cada vez mais isolada devido a algumas decisões tomadas de posição que não agradam às potências ocidentais, e estamos a falar em especial das questões relacionadas com os Direitos Humanos” (Esteves 2008: 160).
- “ Desde a criação do Fórum para a cooperação China- África a China assegura as alianças com o continente, o que permite assegurar posições políticas ou, quanto muito restringi-las” (Esteves 2008: 160).

4.4 A visão da República de Angola face à presença Chinesa

O continente Africano e conseqüentemente Angola têm tido uma posição acentuadamente pontual mesmo no que diz respeito aos âmbitos multilaterais e regionais da presença chinesa no continente. São fundamentalmente os interesses das elites governativas, que determinam exclusivamente a sua postura perante a sua relação com a China.

Do ponto de vista do governo de Angola, mas fundamentalmente sob o ponto de vista do MPLA, todos os créditos e empréstimos direcionadas para da China para Angola são essencialmente oportunidades para reconstruir as infraestruturas do país. A relação de cooperação existente entre a China e Angola é utilizada, na maioria das vezes como tema eleitoral de forma positiva, uma propaganda. A ajuda fornecida pela China é objeto de campanha eleitoral gratuita por parte do MPLA. Para além de desenvolver, as infraestruturas do país do país a China é um dos clientes mais importantes do petróleo angolano. Tendo essa situação presente, não será difícil compreender a posição de Angola, perante a intensificação das relações com a China. Existindo assim uma intensificação da relação entre o partido comunista chinês, e o MPLA (Hare 2006).

O principal fator que poderemos considerar como sendo de tensão à presença chinesa em Angola, é o desemprego, mas não será os imigrantes chineses, pois por regra não ficam mais de 2 anos no país. Assim que os contratos terminam regressam ao seu país de origem, a China. Contudo, alguns trabalhadores permanecem em Angola, estabelecem pequenos comércios, entrando em confronto com os comerciantes angolanos. A presença chinesa em Angola, poderá ser analisada à luz de duas perspectivas: a das elites governativas e a da própria população. Todavia em Angola, não existe uma dicotomia marcante. O governo angolano tem uma relação de grande proximidade com a China, tanto do ponto de vista político como económico. Já a população não carece de uma opinião contrária ao seu próprio governo, não querendo isto dizer que a falta de opinião por parte da população angolana seja um reflexo da incapacidade da população em se manifestar (Hare 2006).

Em forma de síntese, o que poderemos salientar é a evolução desta relação de cooperação entre ambos. Há uma necessidade de alimentar a procura de recursos energéticos por parte da China, que vai ao encontro das necessidades de Angola em exportar os seus recursos energéticos para garantir a manutenção do MPLA no poder.

4.5 Aspetos positivos e negativos para Angola

• Positivos

A relação de cooperação existente entre Angola e China tem possibilitado uma restauração a nível das infraestruturas angolanas. O investimento Chinês ilustra a evolução angolana após o cessar da guerra civil em 2002. Os recursos disponibilizados pela República Popular da China, são claramente eficazes, todos os empréstimos e créditos passam sobretudo pelo Banco Chinês, sendo exclusivamente transferido para as empresas de origem chinesa. Os empréstimos mencionados são uma fonte atrativa para os países do continente africano, contrariamente aos fornecidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), e Banco Mundial, que impões condicionalidades na concessão dos empréstimos (Esteves 2008). A relação existente entre Angola e China possibilitou que Angola obtenha uma margem significativa na realização de negociações com os seus parceiros ditos tradicionais. A China, é claramente uma alternativa, aos parceiros tradicionais, e que portanto, não mostra qualquer tipo de importância, relativamente aos direitos humanos, ou a modelos ditos governamentais. A China trouxe algumas vantagens para Angola, essencialmente estas são verificadas a nível económico e comercial, podendo trazer algumas implicações negativas para a população de Angola.

• Negativos

Apesar dos benefícios demonstrados, a relação existente entre Angola e China, ainda apresenta alguns desafios que necessitam de ser ultrapassados por Angola. Angola necessita, de promover uma parcela da sua mão-de-obra e matérias-primas que são empregues nas obras de infraestrutura, já que a maioria dos trabalhadores é originária da China. Com a diminuição dos serviços Chineses, poderia haver um aumento de oportunidades de emprego para a população angolana, além de possibilitar uma dinamização significativa da economia angolana. Todavia, relação que a China tem com a Angola, não resulta numa homogeneidade na melhoria das condições económicas, isto devido a uma assimetria dos poderes. A penetração chinesa nos mercados africanos e angolanos provoca uma ameaça aos sistemas de produção regional, na indústria local e no mercado de trabalho e pode ter como consequência um desequilíbrio das balanças comerciais. Associado a isto, o excesso de quantidade dos produtos chineses a baixo custo pode desvalorizar o produto local e ainda levar a que a economia Angolana corra o risco de se limitar ao papel de exportadora de matérias-primas em vez de se tornarem em indústrias locais mais fortes e competitivas. (Mendes 2008).

5. As perspectivas futuras da relação de cooperação entre China e Angola

5.1 As consequências da relação de cooperação entre China-Angola a curto e longo prazo

A primeira, reflexão que podemos executar, prende-se sobretudo ao facto de que ao longo da história, existe um país asiático (China), que possui a capacidade de se implementar no continente africano. Esta implementação faz parte de um estratégia da política externa chinesa, que tem como objetivo projetar-se a nível internacional, através do continente africano, num admirável expansionismo comercial, que poderá trazer consequências notáveis à configuração geopolítica do mundo. Levando em conta o facto de que o continente africano seria uma área de influência americana, Angola poderá ser futuramente um palco onde haverá uma disputa de forças entre a China e EUA. Portanto, Angola, não é mais do que um meio para se atingir objetivos específicos (Mendes 2008). A República Popular da China, e a sua estratégia, vão além das fronteiras angolanas, é comprovável este facto através do Fórum, de cooperação China-Angola, cujo objetivo chinês seria a obtenção de recursos energéticos. Angola, detentora de recursos energéticos, facilita a posição estratégica da China na obtenção de recursos minerais para outros países com por exemplo a República Democrática do Congo. Portanto, poderemos refletir se os reais interesses da china serão só a necessidade de obter recursos energéticos, ou se o continente africano servirá somente de base, como plataforma ao mundo global.

Atualmente as relações internacional, são possuidoras de um pragmatismo económico bastante característico, e será nesta perspectiva que Angola encara a República Popular da China como um potencial parceiro, e aliado de circunstâncias, todavia, “se houver uma oportunidade negocial mais vantajosa para a China não hesitará em abandonar Angola. A China está em Angola para durar, ou pelo menos enquanto o petróleo continuar a fluir - mas o mesmo pode ser dito sobre outros países” (Esteves 2008: 162). Resta mencionar, que o objetivo deste relacionamento não é de todo multilateral, embora se possa retirar vantagens dos parceiros e maior segurança. A própria Angola deverá apostar cada vez mais nesta cooperação, que poderá no futuro assegurar a Angola, uma menor reflexão geopolítica da Republica Popular da China.

5.2 O impacto cultural

No relacionamento entre a China e Angola, um dos desafios impostos diz respeito ao choque entre as culturas existentes. Queremos com isto dizer, que a cultura de Angola é bastante distinta da cultura chinesa, a língua é de facto uma barreira, ao relacionamento entre angolanos e chineses e é também prejudicial para as empresas. O inglês seria a solução para tal problema, contudo a população angolana pouco domina outras línguas para além da língua portuguesa. Como tal, é compreensível que a maioria dos trabalhadores das empresas chinesas opte por trabalhadores chineses, uma vez que eles próprios não dominem a língua portuguesa (Esteves 2008).

Outra das diferenças culturais existentes, é o facto de que os trabalhadores angolanos, exigem um pagamento adiantado na realização dos seus trabalhos, uma forma de negócios muito característica da cultura africana e dificilmente se ultrapassa. Em Angola, a cultura negocial exige dinheiro antes do trabalho executado. Como contrapartida, pagar em adiantado, não melhora o resultado final do trabalho.

Em síntese, a opinião da inserção de trabalhadores chineses em Angola são desiguais, no entanto os angolanos sentem-se de alguma forma ameaçados pela presença chinesa, pois existe claramente uma competição. “ os preços praticados a nível do comércio local e os baixos salários exigidos pelos chineses representam uma ameaça aos hábitos angolanos. Para além deste tipo de concorrência, a mão-de-obra chinesa representa alguns desafios à mão-de-obra angolana por ser mais disciplinada, e menos exigente, o que acreditamos, ainda que a longo prazo, poderá aumentar o sentido de responsabilidade e desejo de formação dos angolanos para combater a concorrência” (Esteves 2008: 167).

Atualmente, a inserção socio-cultural, não se encontra desenvolvida, pois o povo chinês é naturalmente um povo fechado, por sua vez o povo angolano é mais aberto e proporciona mais facilmente fenómenos de assimilação. Muito provavelmente a longo prazo, os angolanos irão assimilar algumas características da cultura chinesa, o que até poderá beneficiar em alguns aspetos o país contribuindo assim para o seu desenvolvimento.

5.3 Impacto Económico

O relacionamento de cooperação entre Angola e China é um relacionamento recente que tem obviamente aspetos positivos e negativos. Primeiramente o que poderemos evidenciar é claramente a intensidade desta cooperação no plano económico e comercial. Ao longo das décadas foram realizados diversos contratos comerciais, que deram lugar a diversas obras em Angola, contudo algumas dessas respetivas obras tornaram-se polémicas. Além disso existem queixas sobre o incumprimento de contratos por parte dos imigrantes chineses. Existe também, materiais que são transportados pelos armadores chineses, contrariando assim o compromisso existente com a Secil Marítima (Esteves 2008).

Estes problemas citados resultam essencialmente de uma fiscalização insuficiente por parte do governo de Angola. Como tal é imprescindível mostrar à República Popular da China que não podem ignorar a fiscalização. Apesar deste relacionamento entre a china e Angola, desejar uma certa diversificação a nível relacional, poderá haver um risco de exclusividade. Angola não deverá restringir-se somente à China, caso surjam novos parceiros estratégicos Angola deverá estabelecer outras, como meio a precaver-se de algumas situações de possível dependência. A estratégia de gestão de parceiros será para Angola uma mais-valia, criara oportunidades e ter poder de escolha será um dos objetivos de Angola a medio prazo e longo prazo (Mendes 2008).

A médio prazo, podemos salientar que nesta relação de cooperação, a República Popular da China continua a ceder créditos à Republica de Angola como forma de garantia estratégica. Dos benefícios adquiridos da relação da cooperação entre ambos podemos salientar: que a longo prazo o governo de Angola estará mais atento aos moldes desta cooperação, pois a realização de obras, continuam envoltas em polémicas. É a altura indicada para qua a economia de Angola, “obtenha dividendos da internacionalização empresarial, à semelhança do fenómeno going-out chinês, através da implementação de políticas de incentivo e o investimento em mercados estrangeiros. Tendo isto em vista, as grandes empresas nacionais como a Endima e a Sonangol, têm a capacidade e estabilidade necessária para o investimento além-fronteiras, o que lhes permite adquirir reconhecimento internacional” (Esteves 2008: 165).

5.4 O Impacto do expansionismo comercial chinês: sua importância

Este ponto tem como função analisar e caracterizar a diplomacia económica da República Popular da China, assente no papel desempenhado pelas suas multinacionais. A China como sendo um dos países mais populosos do mundo, possui um crescimento económico impressionante que é proporcional a sede de recursos energéticos. Como tal, a China ao longo das décadas têm-se tornado cada vez mais dependente de importações, onde os recursos energéticos, neste caso o petróleo, é prioridade central. Em segundo lugar, constatamos, que a China possui estratégias para as suas multinacionais em Africa, nomeadamente em Angola que consistem essencialmente em :

- **Vantagem política Comparativa:** “ Uma vontade explícita da parte da China em trabalhar com qualquer Estado, independentemente da sua posição internacional, baseada na perceção da política externa chinesa de não interferência nos assuntos domésticos de outros Estados. Na prática isto significa que a China é capaz de investir em regimes párias com quem as firmas ocidentais não fazem negócios” (Esteves 2008: 175).
- **Vantagem Económica Comparativa:** “ utilização de uma estratégia de licitação de baixo-custo, centrada em mão-de-obra pouco qualificada e baixos custos de gestão. O uso de mão-de-obra chinesa pouco qualificada em projetos é uma das distinções chave do ocidente tradicional- e das multinacionais sul-africanas em África” (Esteves 2008: 175).
- **Diplomacia Simbólica e Económica:** “ A atenção diplomática, acoplada no apoio aos projetos de prestígio e assistência ao desenvolvimento a potenciais países recipientes pelo governo chinês é um aspeto proeminente do processo de licitação das multinacionais” (Esteves 2008: 175).

Perante isto o que poderemos verificar, é que as empresas chinesas, tem vindo a desempenhar um papel fulcral em sectores da construção, um papel que anteriormente fora desempenhado por empresas sul-africanas e europeias. Os contratos estabelecidos pelas empresas chinesas e angolanas assumem as seguintes formas mencionadas:

- “ Projetos fundados em empréstimos do governo chinês ou ajuda financeira aos países em desenvolvimento” (Esteves 2008: 176).
- “ Projetos obtidos através de acordos governamentais bilaterais” (Esteves 2008: 176).
- “Projetos fundados em empréstimos do Banco Mundial, Banco Africano de desenvolvimento, Banco Islâmico de Desenvolvimento e outras instituições do género” (Esteves 2008: 176).

Outro dos aspetos a salientar, diz respeito à ofensiva chinesa no que diz respeito à posição chinesa como “stakeholder”, de forma a estabilizar e assegurar a sua sustentabilidade económica. Enquanto ator internacional, ao longo das décadas a China tem vindo a desenvolver diversos projetos internacionais cujo objetivo é expandir as relações que são mutuamente benéficas, positivas e essencialmente produtivas, abrangendo sobretudo as suas prioridades.

Conclusão

De acordo com os objetivos propostos no âmbito desta dissertação importa realizar algumas considerações finais que nos permitam dilucidar algumas respostas sobre a problemática em questão. O epicentro desta investigação consistiu numa reflexão sobre as potencialidades económicas e políticas da China, com o objetivo de fortalecer a relação de cooperação com Angola, a qual assume, hoje, uma primazia nos objetivos geoestratégicos e geopolíticos da República Popular da China. Cumpre-nos, portanto, concluir com uma reflexão acerca de alguns pontos específicos.

A China com toda a sua especificidade cultural e política tornou-se particularmente interessante no plano das relações internacionais. De um Estado-pária, a China transformou-se numa potência ambiciosa e auto-confiante, cujo objetivo central tem sido a projeção do seu poder a nível regional e global. O atual comportamento da China tem vindo mesmo a desenvolver uma alteração significativa nas dinâmicas do sistema internacional. Não é demais salientar que a política externa chinesa e a sua condução apresenta traços distintivos das demais nações. É composta por uma estratégia linear com objetivos concisos, marcada maioritariamente por axiomas oriundos da tradição realista das relações internacionais, e é marcada pela coerência de objetivos e prioridades, nomeadamente a promoção do desenvolvimento económico, proteção da soberania, fortalecimento do poder nacional e diplomacia económica ativa, sempre motivada por interesses internos.

Ainda no que diz respeito à política externa chinesa é importante mencionar as suas prioridades centrais, como o não reconhecimento de Taiwan e o acesso notável aos recursos energéticos. De um Estado sinocêntrico e excluído pela comunidade internacional, a República Popular da China adotou uma política externa heterogénea com nuances de uma geometria variável, desenvolvendo uma estratégia internacional denominada por: “ estratégia da pomba da paz” (Mendes 2008:235), distribuindo assim as suas várias áreas de atuação no plano internacional. Com uma ambição crescente em se integrar na atual comunidade internacional, a política externa da República Popular da China (RPC) atua em diversas áreas. A nível multilateral, a sua intervenção assume-se como sendo dinamizadora em cenários securitários e económicos na ASEAN (Association of Southeast Asian Nations), e APEC (Asia-Pacific Economic Cooperation). No plano bilateral a República Popular da China tem realizado parcerias estratégicas bilaterais com a Rússia, Europa e EUA.

Com efeito, a política externa chinesa e os meios utilizados por Pequim para atingir os seus objetivos tem sido variados. No que diz respeito ao bilateralismo e multilateralismo os recursos utilizados têm sido alterados permitindo assim uma estratégia mais diplomática e precisa consoante o objetivo em questão. Na realidade, aquilo que se poderá considerar uma

estratégia de *smart power*. A RPC tem recorrido ao uso do *soft power* no multilateralismo de âmbito regional, este *soft power* que ao contrário da versão norte-americana de Joseph Nye, cunhada por ideais políticos, tem uma índole económica, civilizacional e cultural, resultante do elevado desenvolvimento económico chinês, que levam à aceitação de uma influência visível em várias regiões do globo.

Atualmente a República Popular da China detêm uma política externa cada vez mais ativa, possuindo protagonismo em vários fóruns multilaterais e permitindo-lhe atuar perante os outros Estados como defensora de relações *win-win* e “apresentando uma postura de não interferência nos assuntos internos dos outros Estados, contrastando com a posição ocidental de desrespeito pela soberania e de imposição de sanções, a China conquista facilmente os países sujeitos a escrutínio internacional e é vista como um modelo pelo mundo em desenvolvimento, nomeadamente naqueles a quem dá crédito e investe em troca de recursos naturais” (Mendes 2008: 240-241). No que diz respeito aos recursos naturais, ao longo das décadas a RPC tem vindo a tornar-se cada vez mais dependente, sendo este um dos principais fatores domésticos que condiciona a sua política externa. Um dos objetivos centrais da China tem sido a manutenção do seu índice de desenvolvimento económico assim como o aumento da sua produção energética a nível doméstico. Para alimentar o crescimento económico acentuado da sua economia, a China adotou uma política eficaz no que diz respeito ao seu abastecimento. Cumpram-se ademais sublinhar, que Angola é o principal fornecedor e parceiro comercial do continente africano à China. A região estabelecida desde a Nigéria a Angola, tornou-se uma região com interesse geopolítico vinculado à segurança energética da República Popular da China.

Nesta fase de conclusões, e antes de proceder ao enquadramento das relações China-Angola, torna-se quase obrigatório assinalar que a relação de cooperação entre a China e África data já de longos anos. O relacionamento entre a China e África possui três momentos fundamentais desde da década de setenta até meados da década de noventa. Inicialmente surge um apoio específico aos movimentos de libertação, e apoio à independência. Em meados da década de oitenta, surge um declínio na relação entre a China e África, devido à implementação de novas reformas importadas por Deng Xiaoping cujo objetivo seria o desenvolvimento económico do país. Nos finais da década de noventa surge uma aproximação ao continente africano devido ao colapso do Império Soviético, e aos acontecimentos surgidos na praça de Tiananmen (1989). Mas seria no ano 2000 que o relacionamento entre ambos atingiria novas proporções graças ao Fórum de Cooperação China-África.

Porém, o estreito relacionamento cimentado há décadas passa sobretudo por um sinónimo de louvor para o continente africano, pois surge pela primeira vez a oportunidade do continente africano possuir um parceiro que não seja ocidental e que não imponha qualquer tipo de contrapartidas na cooperação, dando a possibilidade de adotar o Consenso de Beijing.

Na realidade, o continente africano ao longo das décadas tem sofrido os “efeitos perversos da globalização devido a fatores endógenos, inerentes à estrutura dos estados africanos: conflitos, má governação, violação dos direitos humanos, e essencialmente fatores exógenos como o sistema económico vigente que é em tudo agressivo para as economias africanas” (Esteves 2008: 81) e é claramente neste ponto específico que a cooperação entre a China e África terá efeitos diretos.

Contudo, é importante sublinhar que a política externa da China em África passa sobretudo por assegurar o acesso a recursos naturais, através do investimento, diplomacia, e comércio. No entanto, o desejo da China se assumir como líder dos países em desenvolvimento encontra-se sempre presente. E apesar de este relacionamento ter sido cimentado mais recentemente fornece sobretudo um novo vigor à cooperação sul-sul, sendo uma oportunidade para os países em desenvolvimento do continente africano crescerem, tendo a China como apoio e parceira estratégica.

Até ao presente, a cooperação entre a China e África resume-se fundamentalmente a uma parte, onde a China assume um papel central no que diz respeito à concessão de empréstimos, investimentos, e cooperação financeira, para além disso a China é um aliado essencial no exercício de pressão à comunidade internacional, em troca o continente africano fornece recursos naturais e acesso a mercados de escoamento de produtos. Ora, o continente africano, carecia de um parceiro que lhe proporciona-se relevo internacional. Todavia, a relação estabelecida entre ambos permite-nos compreender que tanto o continente africano quanto a República Popular da China possui um entendimento essencial no que diz respeito aos *Princípios de Coexistência Pacífica*. A China recorre ao uso destes princípios diplomáticos como forma de tática com o objetivo de promover o modelo de desenvolvimento económico, garantindo os seus interesses internos. Contudo, com o desenvolvimento desta investigação, constatamos que o *Princípio da não-ingerência* em assuntos internos do Estado Angolano não é sólido, pois existe uma ingerência estabelecida de forma indireta através do apoio às classes governantes.

Quanto às considerações respectivamente a Angola e China, concluímos que ambos os países estão num crescente desenvolvimento económico, onde a parceria entre ambos será claramente frutífera. Ambos desempenham papéis fundamentais nas zonas onde se inserem seja pela sua capacidade de influência ou posicionamento geográfico. Ambos adquiriram benefícios da cooperação existente. No que concerne à China, destacamos o acesso aos mercados angolanos, recursos naturais, utilização do poder geopolítico de Angola, e o apoio ao isolamento de Taiwan. Para além disso, a China usufrui da influência de Angola perante os seus vizinhos para se inserir nas integrações regionais africanas: COMESA, CEEAC, e a SADC. Por sua vez, a Angola usufrui de empréstimos e créditos, investimento estrangeiro que ajuda essencialmente a reconstrução do país. Angola é o maior parceiro comercial da República

Popular da China no continente africano, o que possibilita ao país retirar benefícios a nível comercial.

Ao longo das décadas, em Angola tem vindo a surgir uma multiplicação de atores internacionais que de alguma forma se sentem “ameaçados” pela oferta em oportunidades únicas de negócio. O seu potencial e o desenvolvimento económico têm atraído diversos atores, nomeadamente a nível de comércio. Porém, constatamos que será provavelmente necessário a realização de algumas medidas protecionistas, permitindo assegurar a segurança nacional. O impacto sócio-cultural no relacionamento entre a China e Angola, é claramente um desafio, o choque entre culturas dificulta algumas experiências comerciais, a língua continua a ser uma barreira crucial no relacionamento entre ambos. Atualmente, o relacionamento sócio-cultural entre a China e Angola não se encontra na totalidade desenvolvido, o povo angolano é culturalmente amistoso e propício a fenómenos de assimilação, logo o que se perspectiva é que a longo prazo o povo de Angolano se assimile a alguns aspetos da cultura chinesa.

Por último é importante referir os reais interesses da República Popular da China em Angola. Concluímos que os interesses económicos, nomeadamente a obtenção de recursos energéticos, como forma de manter os níveis de crescimento económico é um dos interesses primordiais. Um dos interesses reais da China em Angola remete-nos obrigatoriamente para o sector petrolífero. No continente africano, Angola é o 2º maior produtor de petróleo, seguidamente à Nigéria, Angola produz cerca de 1,9 milhões de barris de petróleo por dia, tornando-se assim o maior fornecedor da China no continente africano. Como o petróleo representa uma importância central em qualquer economia em desenvolvimento, a República Popular da China procura obter em Angola uma segurança económica, consequência de ser o segundo maior consumidor mundial. Contudo, é importante realçar as ameaças de natureza económica que podem afetar significativamente a segurança interna.

Outro dos factos que não podemos deixar de referir, sob pena de enviesamento dos resultados desta investigação e que contribui para a melhor compreensão do consumo petrolífero chinês, reside no facto da China ser uma potência militar e como tal necessitar de suporte relativamente às suas forças militares. Nesta conformidade existe a necessidade de novas fontes de energia, como tal Angola assegura a sustentabilidade nacional da China.

Ainda e dentro dos interesses económicos, há a salientar o interesse chinês em participar em blocos de exploração petrolífera. A primeira participação da República Popular da China em exploração de petróleo angolano foi assinalada em 2005, pela China Sonangol International Limited. As estratégias petrolíferas desempenhadas pela China passam sobretudo por se associarem em joint-ventures na exploração angolana, logo a exploração de novos blocos angolanos, contribuí não só para a China mas também para Angola, uma vez que faz como que

esta se mantenha como maior fornecedor de recursos naturais à China. Sob outro ponto de vista, o fornecimento de petróleo angolano, irá claramente sofrer com as oscilações constantes no preço do petróleo, logo a sede de ouro negro e por vezes a sua escassez poderá possibilitar jogos com o aumento do preço.

Concluimos também, que a República Popular da China possui total interesse em ingressar nos mercados africanos. O relacionamento existente entre a China e Angola irá, inevitavelmente, conceder à China vantagens geoestratégicas, as fronteiras angolanas permitem aceder a todos os mercados da região e a uma maior sustentabilidade económica que com a modalidade de cooperação entre ambos os Estados irá garantir maior lucro à China. Para além daquilo que tem vindo a ser sublinhado, Angola encontra-se envolvida na COMESA (Mercado Comum da África Oriental e Austral) o que lhe confere uma entrada em diversos mercados mais vastos sob tarifas preferenciais. Perante este cenário, a China poderá aceder a estes benefícios pois Pequim tem fornecido apoio aos membros pertencentes da COMESA, possuindo assim uma imagem muito positiva perante todos os membros. No caso concreto de Angola esta poderá executar o seu lobby no sentido fundamental de obter apoio aos intentos da RPC no acesso aos seus produtos. Angola também é membro pertencente da CEEAC, uma organização regional que tem como objetivo central estabelecer um mercado comum centro-africano. A presença de Angola, na SADC, COMESA, e CEEAC, são oportunidades fundamentais para projetar Angola como potência regional, o que a torna extremamente interessante aos olhares da potência asiática.

Ainda nos interesses mencionados pela República Popular da China também reside a projeção do poder geopolítico da própria. A primeira reflexão desenvolvida prende-se pelo facto de a China ser o primeiro país asiático a implementar-se geopoliticamente em África. Esta estratégia chinesa tem como objetivo a projeção internacional da própria no continente africano através do expansionismo comercial. Todavia, ao compreender as atuais relações internacionais verificamos que para a República Popular da China, Angola é um meio a atingir um objetivo específico, é um parceiro de circunstância. Senão vejamos: O objetivo da República Popular da China é demonstrado para além do Fórum de Cooperação China-África, no qual comprova que existem interesses específicos pela China não só nos recursos energéticos, mas no facto de Angola abrir diretrizes às riquezas de vários países africanos. Outro objetivo da República Popular da China passa pela temática política. Em África a política externa da China consiste em usar a sua experiência de libertação como sendo uma vantagem no relacionamento com os países africanos, consistindo essencialmente no desenvolvimento de relações mais consistentes, mas tendo sempre presente o desejo de se assumir com líder dos países em desenvolvimento.

A República Popular da China, como membro pertencente ao Conselho de Segurança da ONU, torna-se um importante aliado dos países africanos. A China ao longo das décadas tem vindo a sustentar a inclusão de países africanos em via de desenvolvimento com direito a assento no Conselho de Segurança da ONU. Desta forma, um dos países candidatos seria Angola, contudo já foi concretizado, Angola já é membro não-pertencente do Conselho de Segurança da ONU com o apoio evidente da China. Desta forma resta-me também mencionar o “calcanhar de Aquiles” da República Popular da China, Taiwan. A China pretende resolver essa questão o mais rapidamente possível, integrando o território de Taiwan nos seus objetivos nacionais. A ilha de Taiwan tem poder comercial e económico, e o continente africano teve uma aproximação a Taiwan em meados da década de noventa, devido fundamentalmente a questões monetárias. Atualmente são poucos os países africanos que possuem um relacionamento demarcado com Taiwan. No caso de Angola, uma das exigências realizada pela China passa pelo apoio público à política “uma só China” (Esteves 2008:137), e o não reconhecimento de Taiwan.

Conclui-se, portanto, que os interesses da China em Angola são diversos e pautados por uma grande heterogeneidade. Não obstante, os interesses económicos surgem logo à partida à cabeça dos restantes. No que concerne à aquisição de recursos naturais, a economia chinesa tem como objetivo acompanhar as exigências económicas desta economia emergente. Existe também o interesse em aceder aos mercados africanos. A presença chinesa em África e nomeadamente em Angola oferece uma vantagem geoestratégica. Para além disso, os chineses não conferem qualquer tipo de importância a zonas de conflito, países em ambiente de risco, ou desrespeito pelos direitos humanos, desde que se realize a aquisição de recursos naturais. Para além disso, a China necessita de Angola, e dos mercados africanos para escoar os seus produtos, e tem concedido a Angola propostas muito apelativas no que diz respeito a empréstimos concessionais, créditos, e investimentos. Ou seja: o comportamento da República Popular da China tem um objetivo principal: reforçar o poder.

Este por ventura é motivado por um realismo onde o Estado é a figura central, tendo como objetivo adquirir segurança energética, como meio de obter a sua sobrevivência. Como um dos objetivos será a inserção em mercados africanos, a China promove o alargamento da sua esfera de influência. Para Angola, a cooperação com a RPC é de facto produtiva, especialmente em sectores como a educação, finanças, ciência, saúde.

Relativamente a futuras direções para a investigação torna-se quase obrigatório o acompanhamento da relação entre estes dois países no quadro regional e internacional. É importante que a reflexão aconteça para um melhor entendimento dos caminhos comerciais que poderão sedimentar esta cooperação bilateral, tendo assim a possibilidade em se incrementar noutros Estados africanos. Ora, perante esta investigação, Angola poderá ser para a RPC uma plataforma para atingir outros objetivos específicos.

Sendo assim a China será mais um parceiro de circunstâncias. Angola deverá, encarar a China como um aliado circunstancial e deverá fundamentalmente diversificar os seus parceiros comerciais, incrementando políticas protecionistas eficazes de forma a evitar um maior desenvolvimento no que diz respeito ao branqueamento de capitais.

Referências Bibliográficas

Livros

- Aarão, D. et al. (2010) *Angola, Tradição, modernidade e cultura política*. Rio de Janeiro: FGV.
- Aden, C.; Amnon, A. (2012) *Foreign policy analysis: New approaches*. London and New York: Routledge.
- Alden, C. (2005) *China in Africa in Survival*. Londres: ISS Autumn.
- Alden, C. (2007) *China in Africa*. London: Zed Books.
- Almeida, C. (2011) *Angola Potência regional em emergência*. Lisboa: Colibri.
- Alves, D. (2011) *A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.
- Brodway, H. (2007) *Africa's silk road*. Washington: World Bank.
- Baldiwi, A. (2002) *Power and International Relations*. London: save.
- Breslin, S. (2010) *Handbook of China's International Relations*. London: Routledge.
- Bessa, A. et al. (2002) *Introdução à política III-ideologias, Regimes Políticos e Ordem Internacional*. Editorial verbo.
- Carricho, A. (2012) *Os livros brancos da defesa da República Popular da China (1998-2010). Uma desconstrução do discurso e das percepções de (In) segurança*. Lisboa: Instituto Nacional de Defesa.
- Campos, I; Vine, A. (2008) *Angola and China, a pragmatic partnership*. London: Center for Strategic International Studies (CSIS).
- Cravinho, J. (2002) *Visões do mundo, as relações internacionais e o mundo contemporâneo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Crawford, R. (2005) *Idealism and Realism in international relations, beyond the discipline*. Oxford: Routledge.
- Coutinho, L. (2011) *A realidade internacional: Introdução à Teoria das relações internacionais*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Cunha, L. (2012) *A hora do dragão: Política externa da China*. Lisboa: Zebra Publicações.
- Chien, C. (2001) *Remarking the Chinese State, Strategies, Society and Security*. London: Routledge.
- Chan, Gerald. (1999) *Chinese perspectives on international relations: A framework for Analysis*. London: Mcmillan.
- Chien-Min, C. et al. (2001) *Remarking the Chinese State, Strategies, Society and Security*. London: Routledge.

- Cunha, L. (2008) *China- conflito e cooperação na questão de Taiwan*. Lisboa: Prefácio.
- Castro, T. (2012) *Teoria das Relações Internacionais*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- Dunne, T. et al. (2010) *International relations Theories: Discipline and Diversity*. Oxford: Oxford University Press.
- Dougherty, J.; Pfaltzgraff, R. (2003) *Relações internacionais: as teorias em confronto, um estudo detalhado*. Lisboa: Gradiva.
- Dufour, J. (1999) *Geopolitique de la Chine*. Bruxelles: Editions Complexe.
- Daddow, O. (2013) *International Relations Theory, the Essentials*. London: Sage.
- Davies, M. (2010) *How china is influencing Africa's development*. Pretoria: Development centre.
- Eisenman, J. et al. (2007) *China and the developing world, Beijing's strategy for the Twenty-First Century*. M.E. Sharp.
- Esteves, D. (2008) *Relações de Cooperação China-África: O caso de Angola*. Coimbra: Almedina.
- Fernandes, J. (2004) *Teoria das Relações Internacionais: da abordagem clássica, ao debate pós-positivista*. Coimbra: Almedina.
- Freire, M. (2011) *Política externa: as Relações Internacionais em Mudança*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Fewsmith, J. (2001) *China since Tiananmen, The politics of transition*. Cambridge: University Press.
- Finkelstein, D.; Kivlehan, M. (2003) *China's Leadership in the 21st Century, The rise of the four Generation*. London: M. E Sharpe.
- Foot, R. (1997) *The study of China's International Behaviour: International Approaches*. Oxford: Oxford University Press.
- Feng, H. (2006) *Chinese strategic, culture, and Foreign Policy Decision-Making: Confucianism, Leadership and War*. London: Routledge.
- Frioz, M. ; Burnett, P. (2005) *African perspective's on China in Africa*. Oxford: Faham.
- Goldstein, A. (2005) *Rising to the Challenge: China's strategy and international security*. Stanford: Stanford University Press.
- Gismondi, M. (2008) *Ethics, Liberalism and Realism in international Relations*. Routledge: Advances in International Relations and Global Politics.
- Griffiths, M. (2007) *International Relations Theory for the Twenty-first Century a Introduction*. Routledge: advances in international Relations and global politics.
- Gayo, M. et al. (2011) *Teoria das Relações Internacionais por Waltz, Kenneth*. Lisboa: Gradiva.
- Goldman, M. ; Macfarquhar, R. (1999) *the paradox of China's Post Mao Reforms*. Harvard: Harvard University Press.
- Gries, P. (2004) *China's New Nationalism: Pride, Politics and Diplomacy*. California: University of California Press.

- Genest, M. (1996) *Conflict and Cooperation, Envolving Theories of International Relations*. Harcourt Brace College Publishers.
- Guimarães, H. (2005) *Economia política do comércio internacional, Teoria e ilustrações*. Cascais: São João do Estoril, Publicações Universitárias e Científicas.
- Gomes, G. (2012) *A política externa e a Diplomacia numa Estratégia Nacional*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- Halper, S. (2010) *The Beijing Consensus: How China's Authoritarianism, Model will dominate the twenty first centuries*. New York: Basic Books.
- Huters, T. et al. (1997) *Culture & State in Chinese History*. Stanford: Stanford University Press.
- Hutchings, G. (2000) *Modern China*. London: Pequim Books.
- Hill, C. (2003) *The Changing Politic of Foreign Policy*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Hudson, V. (2007) *Foreign Policy Analysis: Classic and Contemporary Theory*. United States of America: Rowman and Littlefield Publishers.
- Hayward, C. (2000) *De-facing power*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Herz, M.; Hoffmann, A. (2004) *Organizações Internacionais: História e Práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Idun, I.; Laing, J. (2007) *the impact of the chinese presence in africa*. London: Jetro.
- Kwan, L. (2009) *Raw Encounters: Chinese Managers, African Workers and the Politics of Casualization in Africa's Chinese Enclaves*. Los Angeles: The Institute for Research on International relations.
- Jackson, R.; Sorensen, G. (2007) *Introduction to International Relations, Theories and Approaches*. Oxford 3ª edição: Oxford University Press.
- Jacques, M. (2009) *When China Rules the World*. London: Allen Lane.
- Jesus, J. (2007) *Faces da China*. Lisboa: Fundação Jorge Álvares.
- Johnston, A.; Robert, R. (2008) *New Directions in the study of China's Foreign Policy*. Stanford: Stanford University Press.
- Johnston, A. ; Robert, R. (1999) *Engaging China. The Management of an Emerging Power*. London: Routledge.
- Keller, W.; Rawski (2007) *China's Rise and the balance of Influence in Asia*. Pittsburgh: Pittsburgh University.
- Kim, S. (1998) *China and the world: Chinese Foreign Policy Faces the new Millenium*. Boulder: Westview Press.
- Kurlantzick, J. (2007) *Charm Offensive, How China's Soft Power is transforming the World*. New Haven: Yale University Press.
- Keohane, R. ; Nye, J. (1993) *Power and Interdependence*. Longman Publishing Group (10th Edition).

- Keohane, R. (1989) *Neoliberal Institutionalism: a perspective on world politics International Institutions and State Power*. Westview Press.
- Keegan, W.; Green, M. (2008) *Global Marketing*. Prentice-Hall (5ª edição).
- Lam, W. (2006) *Chinese Politics in the Hu Jintao Era. New leaders, new Challenges*. London: Sharpe.
- Lampton, D. (2001) *the making of Chinese Foreign Policy of the People Republic of China*. California: California University Press.
- Lara, A. (1995) *Elementos da Ciência Política*. Lisboa: Pedro Ferreira.
- Lanteigne, M. (2002) *Chinese Foreign Policy: Introduction*. London: Routledge.
- Leão, R. et al. (2011) *A China na Nova configuração global, impactos políticos e económicos*. Brasília: Instituto de Pesquisa Económica e Aplicada.
- Lyrio, M. (2010) *A ascensão da China como potência: Fundamentos Políticos internos*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão.
- Mankiw, G. (2001) *Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macroeconomia*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Maltez, J. (2002) *Curso de Relações Internacionais*. São João do Estoril: Principia.
- Minta, K. (2010) *Understanding Foreign Policy Decision Making*. New York: Cambridge University Press.
- Mudimbe, V. (2012) *Contemporary African Cultural*. UK: African Books collective, Oxford.
- Mundimbe, V. (1998) *the invention of Africa -Gnosis, philosophy, and the order of knowledge*. London: Indiana University Press.
- Melissen, J. (2007) *The new Public Diplomacy - Soft Power in international relations*. London: Palgrave Macmillan.
- Mendes, N. (1997) *Segurança e desenvolvimento económico na região da Ásia-Pacífico*. Lisboa: ISCSP.
- Moreira, A. (2005) *Teorias das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina.
- Magalhães, C. (2005) *A Diplomacia Pura*. Lisboa: Bizâncio.
- Mattern, J. (2007) *Why Soft Power isn't so soft: Representational Force and Attraction in World Politics*. London: Routledge.
- Mark, L. (2002) *Public Diplomacy*. London: Foreign Policy Center.
- Nuutinem, J. (2012) *China and other emerging actors in Africa*. Helsinki: Kepa.
- Macqueen, N. (1997) *the decolonization of Portuguese Africa: Metropolitan revolution and the dissolution of Empire*. London and New York: Longman.
- Morgiardi, M. (2007) *Diplomacia*. Coimbra: Almedina.
- Moreira, C. (2007) *Teorias e práticas de investigação*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Norrie, M. (1997) *Decolonization of Portuguese Africa: Metropolitan Revolution and Dissolution of Empire*. London: Longman.
- Nye, J. (2002) *Compreender os conflitos internacionais - Uma introdução à Teoria e à História*. Lisboa: Gradiva.

- Neack, L. (2008) *The New Foreign Policy power seeking in a globalized era*. New York: Rowman & Littlefield Publishers.
- Nogueira, J.; Messari, N. (2005) *Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Nye, J. (2012) *O futuro do Poder*. Lisboa: Temas e Debates.
- Nye, J. (2009) *Powers and lead*. Oxford: Oxford University Press.
- Nye, J. (2009) *Soft Power*. Oxford: PublicAffair.
- Nye, J. (2002) *Compreender os conflitos internacionais - Uma introdução à Teoria e à História*. Lisboa: Gradiva.
- Nye, J. (2004) *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. Nova Iorque: PublicAffairs.
- Neack, L. (2008) *The New Foreign Policy power seeking in a globalized era*. New York: Rowman & Littlefield Publishers.
- Peñas, F. (2000) *África en el Sistema Internacional*. Madrid: Cinco Siglas de Frontera, Catarata.
- Rios, X. (2005) *Política Exterior da China, la diplomacia de una potencia emergente*. Barcelona: Bellaterra.
- Romana, H. (2005) *República Popular da China, A sede do poder estratégico- mecanismos do processo de decisão*. Coimbra: Almedina.
- Ross, R. (2008) *China's ascent - power, security, and the future of international politics*. Cornell: University Press.
- Santos, V. (2009) *Teoria das relações internacionais: cooperação e conflito na sociedade internacional*. Lisboa: Instituto superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Santos, V. (2007) *Introdução à teoria das relações internacionais: referências de enquadramento teórico-analítico*. Lisboa: Instituto superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Sousa, F. et al (2008). *Dicionário de Relações Internacionais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Shuisheng, Z. (2004) *Chinese Foreign Policy: Pragmatism and Strategic behaviour*. New York: ME Sharp.
- Sujian, G. (2006) *China's Peaceful rise in the 21st century*. San Francisco: University State.
- Smith, S. et al. (2008) *Foreign policy: Theories, actors, cases*. Oxford: Oxford University Press.
- Smith, S. et al. (2010) *International Relations Theories Discipline and Diversity*. Oxford 2ª Edition: Oxford University Press.
- Shinn, D. (2010) *China and the horn of Africa*. Washington D C: George Washington University.
- Trigo, V. (2006) *Cultura Económica Chinesa: Como Negociar com a China?* Brasil: Pedago.
- Venâncio, J. (2000) *O facto Africano. Elementos para uma sociologia de África*. Lisboa: Editorial Vega.
- Venâncio, J. (2005) *A dominação colonial. Protagonismos e Heranças*. Lisboa: Editorial Estampa.

- Visentini, P. et al. (2007) *Breve História de África*. Porto Alegre: Leitura XXI.
- Vine, A. (2009) *Sede de Petróleo Africano- Petrolíferas Nacionais Asiáticas na Nigéria e em Angola*. UK: Chatham House.
- Vine, A. et al. (2011) *Sede de petróleo africano. Petrolíferas nacionais Asiáticas na Nigéria e em Angola*. Chatham House: Royal Institute of International Affairs.
- Unger, J. (2002) *The nature of chinese politics, from Mao to Jiang*. New York: ME Sharpe.
- Wilensky, A.; Januário, R. (2005) *Geopolítica e Relações Internacionais*. Lisboa: Quid Juris.
- Williams, M. (2007) *Realism Reconsidered- The legacy of Hans Morgenthau in International Relations* Oxford: Oxford University press.
- Williams, M. (2005) *The Realist Tradition and the Limits of International Relations*. Cambridge: Cambridge studies in International Relations.
- Waltz, K. (2012) *Teoria das relações internacionais*. Lisboa: Gradiva.
- Waltz, K. (2008) *Realism and International Politics*. New York and London: Routledge.
- Webber, M. ; Smith, M. (2002) *Foreign Policy in a Transformed World*. London: Longman.
- Wang, H. (2003) *China's New Order: Society, Politics and Economy in Transition*. Cambridge: Harvard University Press.
- Yong, D. (2008) *China Struggle for State, the realignment of international relations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Zhao, S. (2004) *Chinese Foreign Policy: Pragmatism and strategic behavior*. New York: ME Sharpe.

Artigo em Publicação Periódica

- Anshan, Li. "China and Africa: Policy and Challenges" - *China Security*, vol. 3, nº3.
- Ademola, O. et al. (2009) "China-Africa, trade relations: Insights from AERC scoping studies" *European Journal of Development Research*, vol.21 pp. 485-505.
- Bhattacharya, A. (2006) "China's foreign policy challenge and evolving strategy" - *Strategic analysis*, vol.30, nº1.
- Bueno, A. (2012) "Compreendendo o novo Confucionismo: A possível transição do marxismo para o confucionismo na China contemporânea" - *Revista mundo Antigo*, vol.1, 126-136.
- Bhattacharya, A. (2006) "China Foreign policy challenges and evolving strategy", *Strategic Analysis*, vol.30, nº1.
- Cabestan, J. (2009) "China's Foreign-and-Security-policy decision-making processes under Hu Jintao", *Journal of Current Chinese Affairs*, 3, 63-97.
- Cerny, P. (2008) "Embedding Neoliberalism: The Evolution of a Hegemonic Paradigm", *Journal of International Trade and Diplomacy*, 2 (1), 1-46.
- Cai, C.; Shixiong, N. (2007) "Is Knowledge Society Possible in the International Arena? - A constructive Interpretation of China's Strategic Culture", *China International Studies*, summer, pp.138-153.
- Chen, Z. (2005) "Nationalism, Internationalism and Chinese Foreign Policy", *Journal of Contemporary China*, pp.35-53.
- Dittmer, L. (2000) "Informal Politics among the Chinese Communist Party Elite", *Informal politics in East Asia*. Cambridge: Cambridge University Press, 106-140.
- Foot, R. (2006) "Chinese Strategies in Us-hegemonic Global order: Accommodating and Hedging", *International Affairs*, 82(1), 77-94.
- Furst, R. (2005) "Taiwan - A Maturing Chinese Democracy", *Perspectives*, 24, 42-60.
- Gilboy, G.et al. (2008) "Political and Social Reform in China: Alive and Walking", *The Washington Quarterly*, 31(3), 143-164.
- Guo, S. (2011) "The Party-State Relationship in Post-Mao China", *China Report*, 37 (3), 301-315.
- Hwim, Y. (2011) "On the Soft Power of Sci-Tech Culture and Path To improveit", *Studies in Sociology Science* vol.2 79-83.
- Huimim, Y. (2011) "On the soft power of Sci-Tech culture and paths to improve it" *Studies in Sociology of science*, vol.2 pp.79-83.
- Ikenberry, J. (2010) "The liberal international order and its discontents", *Millennium*, 38 (3), 509-521.
- Ikenberry, J. (2008) "The rise of China and the future of the West: Can the Liberal System Survive?", *Foreign Affairs*, 87(1), 23-37.

- Leite, A. (2011) “ A corrida Chinesa em busca de energia: A evolução da política energética em direção à África, América do Sul e Brasil” - Revista de Estudos internacionais, Vol.2, 32-47.
- Lima, C. (2005) “ China- sistema político Vigente” - Revista conjuntura internacional, cenários PUC Minas, vol.2,1-4.
- Mendes, C. (2010) "O Poder de Atração Cultural da China e a sua Influência Diplomática no Mundo: Um Desafio às Normas Vigentes?", *Zoom - Revista do Centro de Estudos do Curso de Relações Internacionais*, 33-39.
- Mendes, C. (2008), "Política Externa Chinesa: Um Jogo em Vários Tabuleiros ", *Revista de Estudos Chineses*, N.º 4, 229-242.
- Medeiros, C. (1999) “ Economia e Política do desenvolvimento recente da China” - Revista de Economia Política, vol.19, nº3, 93-110.
- Monte, J. (2010) “ China e Africa: a política de Pequim para continente africano” *Meridiano.4* (116), 12-13.
- Ofofiele, U. (2009) “trade, aid and human rights: China’s Africa policy in perspective.” *Journal of International Commercial Law and Technology*, vol.4 (2).
- Pautasso, Diego (2009) “A política externa chinesa e a 4ª Conferência do Fórum de Cooperação China-África-2009” *Meridiano.47* (112), 18-20.
- Pautasso, D. (2009) “As relações económicas internacionais entre China e Angola” *Meridiano.47* (105), 27-29.
- Pautasso, D. (2009) “Os desdobramentos internacionais do desenvolvimento e da demanda por petróleo na China” *Meridiano.47* (109), 23-25.
- Renshon, R. (2008) “The theory and Practice of Foreign Policy Decision Making” *Political Psychology*, 29 (4), 509-536.
- Shimdt, S. (2012) “Soft Power or Neocolonialist Power? African Perceptions”, *Review of European Studies* Vol. 4, 1-11.
- Santos, R.; Quintão, A. (2011) “ Mitos e percepções sobre as empresas chinesas entre trabalhadores angolanos”. *Angola Brief*, Centro de Estudos e Investigação Científica, vol1 nº15, pp.1-4.
- Sousa, M. et al. (2013) “ As dinâmicas da cooperação China-África: Perspectivas e controvérsias” - *Boletim Meridiano*, vol.14, nº 137, 27-34.
- Tull, D. (2006) “China’s engagement Africa: Scope, significance and consequence.” *The Journal of Modern African Studies*, vol. 44, pp.459-479.
- Taylor, I. (1998) “China’s foreign policy towards Africa in the 1990s”. *Journal of Modern African Studies*, Vol.36 pp 443-460.
- Valério, N. e Fontoura, M. (1994) “ A evolução económica de Angola durante o segundo período colonial - uma tentativa de síntese. *Análise social*, Vol. XXIX (5ª edição) 1193-1208.
- Zaharna, R. (2007) *The Soft Power Differential: Network Communication and Mass Communication in Public Diplomacy*, *The Hague Journal of Diplomacy*, 2 (221).

Webgrafia

Artigos

Lina, Y. (2010) “China-Africa forum benefits strategic ties, development” Forum on China-Africa Cooperation. Disponível <http://www.fmprc.gov.cn/zflt/eng/zfgx/jmhzt/761279.htm> [6 de Janeiro 2014].

Página Oficial

Asia Society. Disponível em: www.asiasociety.org [2 de Janeiro de 2014].

Asia-Pacific Center for Security Studies. Disponível em: www.apcss.org [5 de Janeiro de 2014].

Asian- Europe Foundation. Disponível em: www.asef.org [5 de Janeiro de 2014].

Asia Foundation. Disponível em: www.asiafoundation.com [8 de janeiro de 2014].

Banco Mundial. Disponível em: www.worldbank.org [12 de Janeiro de 2014].

Banco de investimento Asiático. Disponível em: www.adb.org [20 e Janeiro de 2014].

Center for Chinese Studies, University of California, Berkeley. Disponível em: <http://ieas.berkeley.edu> [20 de Janeiro de 2014].

Center for defense information “CDI”. Disponível em: www.cdi.org [20 de Janeiro de 2014].

Casa Asia. Disponível em: www.casaasia.es [15 de Janeiro de 2014].

Council on Foreign Relations. Disponível em: www.cfr.org [15 de Janeiro de 2014].

Centre of Asian Studies, University of Hong kong. Disponível em: www.hku.hk [16 ed Janeiro de 2014].

Centro Argentino de Estudios Internacionales “CAEI” Disponível em: www.caei.com.ar [13 de Março de 2013].

East Asian Institute, Columbia University. Disponível em: www.colombia.edu [16 de Janeiro de 2014].

European Institute for Asian Study. Disponível em: www.eias.org/index.html [23 de Janeiro de 2014].

Embaixada da República Popular da China em Lisboa. Disponível em: <http://pi.chineseembassy.org/pot/> [23 de Janeiro de 2014].

Fundo Monetário Internacional. Disponível em: www.imf.org [26 de janeiro de 2014].

Foreign Policy Institute, The Johns Hopkins University. Disponível em: www.sais-jdu.edu [1 de Fevereiro de 2014].

Governo da República Popular da China. Disponível em: [http:// english.gov.cn](http://english.gov.cn) [1 de Fevereiro de 2014].

Institute for Foreign Policy Analysis. Disponível em: www.ifpa.org [5 de Janeiro de 2014].

Institute for international Studies, Standford University. Disponível em: www.iis.stanford.edu [5 de Fevereiro de 2014].

Institute for Policy Studies “IPS” Washington DC. Disponível em: www.ips-dc.org [2 de Fevereiro de 2014].

Institute of Asian Research “IAR”, University of British Columbia. Disponível em: www.iiss.org [18 de Janeiro de 2014].

Instituto Confúcio. Disponível em: www.chinese.cn [6 de Janeiro de 2014].

IRChina. Disponível em: www.irchina.org/en/index.asp [6 de Janeiro de 2014].

Instituto Português de Relações Internacionais “IPRI” Disponível em: www.ipri.pt [8 de Fevereiro de 2014].

Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC. Disponível em: www.fmprc.gov.cn/eng [30 de Janeiro de 2014].

Organization for Economic Cooperation and Development “OECD”. Disponível em: www.oecd.org [29 de Janeiro de 2014].